Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ANO 55.º/18 988 4$00

QUINTA-FEIRA 26 FEVEREIRO 1976

Numa importante alocução proferida esta manhã na Escola Prática de Infantaria, em Mafra, o brigadeiro Vasco Lourenço advertiu as forças interessadas na dissolução do M.F.A. de que ninguém calará a sua voz no contexto nacional. As palavras do oficial-general foram uma réplica muito clara às manobras de direita que têm vindo a avolumar-se nas últimas semanas

VASCO LOURENÇO EM MAFRA

NINGUÉM CALARÁ A VOZ DO M.F.A.

. «Ninguém calará a voz do M. F. A.» — disse hoje em Mafra, na Escola Prática de Infantaria, o brigadeiro Vasco Lourenço, durante uma alocução que se revestiu de importante significado político. A este aviso Vasco Lourenço adicionaria que «o verdadeiro espírito do M. F. A. está neste momento espalhado a quase todas as Forças Armadas», acrescentando a necessidade de denunciar aqueles que nunca, nem de longe nem de perto, estiveram ligados ao Movimento dos Capitães ou ao Movimento das Forças Armadas e abdicaram das suas responsabilidades nos momentos difíceis, aparecendo agora, com ares doutorais, a falar em «democracia» e no «espírito do 25 de Abril».

Na linha de outras afirmações produzidas na sequência das visitas que vem efectuando a unidades sob a sua responsabilidade, o comandante da Região Militar de Lisboa recordou os perigos que ameaçam a unidade dos militares, garantes da democracia, sobretudo da parte dos que se convencem e tentam convencer «que o 25 de Novembro justificou o 11 de Março» e tentam uma campanha que só pode ter duas finalidades: «ou a provocação que permite tentar novo golpe» ou a confusão que leve a admitir «as pseudo verdades que tentam impingir».

. A isto, alertou, «os verdadeiros homens do 25 de Abril» terão que dar resposta tendo em mente «que não podem trair o povo que neles confiou».

Quanto à reacção, ela «não virá com golpes, com invasão, com banhos de sangue: vem como em 1926 devido à incapacidade dos democratas em se unirem e criarem, construirem, fazerem obras concretas e palpáveis, que por si só combatem o inimigo comum em todos os domínios.

«Basta ver as declarações de alguns grandes capitalistas portugueses feitas há poucos meses: «Não regressaremos ainda a Portugal porque não é ainda a altura propícia; ainda há algumas reservas de riqueza disponíveis. Vamos esperar que as desbaratem para então irmos».

. «É este estado de espírito daqueles homens — prosseguiu — esperam calmamente porque confiam que poderão voltar e, pior, impondo condições. É para isto que eu chamo a atenção. É preciso que o Povo português tome consciência destas realidades. E é preciso que os chefes e res-

Continua na pág. 20

PROVEDOR DE JUSTIÇA TOMA POSSE A 10 DE MARÇO

. Deverá tomar posse no próximo dia 10 de Março do cargo de provedor da Justiça o tenente-coronel Costa Brás — revelou o próprio à Anop.

O tenente-coronel Costa Brás adiantou que se aguarda uma «boa oportunidade» para a cerimónia de posse e expressou o desejo de que tal se verifique «depois de a máquina burocrática estar montada, a fim de que se possa dar um mínimo de resposta às necessidades».

Estão paradas há quatro dias as obras de limpeza do Terreiro do Paço. Motivo: os trabalhadores pretendem o 13.º mês e o subsídio de férias referente a 1974, que ainda não lhes foi pago. Os contactos tidos até agora com a entidade patronal e com o Ministério do Trabalho foram infrutíferos

PACTO M.F.A.-PARTIDOS

Assinatura hoje (se o P.P.D. quiser)

O Pacto Constitucional M. F. A.-Partidos poderá ser assinado hoje às 20 horas no Palácio de Belém, se o P. P. D. se decidir nesse sentido, segundo conseguimos apurar de fontes fidedignas.

Na verdade, após a reunião de ontem entre a delegação do C. R. e as dos partidos politicos interessados só o P. P. D. e o P. C. P. por motivos muito diferentes, como é óbvio, não confirmaram abertamente a possibilidade de poderem assinar hoje.

No entanto, é convicção nos meios afectos ao P. C. P. que este Partido assinará hoje o Pacto, muito embora a sua delegação tenha deixado a questão em aberto na reunião de ontem pelo facto de ter sido suprimido o preâmbulo do Pacto, com texto proposto pela delegação do C. R.. A supressão do preâmbulo foi motivada pelas fortes pressões feitas nesse sentido pelo P. S. e C. D. S..

Quanto ao P. P. D., a sua posição só será conhecida pelas 17 horas de hoje, após uma reunião da Comissão Executiva do Secretariado Nacional. De acordo, com um informador do P. P. D. se a decisão da Comissão Executiva for favorável à assinatura do Pacto, o Secretariado Nacional ainda poderá decidir não ratificar o Acordo. No caso da opinião da Comissão Executiva ser desfavorável, o Secretariado nada poderá fazer e o Partido Democrático não assinará o Pacto.

PREÂMBULO — POMO DE DISCÓRDIA

O pomo da discórdia da reunião de ontem, relaciona-se com o preâmbulo do Pacto, apresentado aos partidos há cerca de 2 dias. À excepção do P. C. P. e do M. D. P. / C. D. E., todos os outros partidos levantaram objecções à inclusão desse texto no Acordo Constitucional, o que motivou uma proposta de supressão do mesmo, apresentada pela própria Comissão do C. R.. Face a esta proposta, a delegação do P. C. P. disse não estar mandatada para assinar o Pacto sem preâmbulo.

De resto quanto ao têxto do Pacto, propriamente dito, houve acordo mais ou menos generalizado, mantendo-se o C. R. intransigente quanto à pretensão do P. P. D. de realização simultânea das eleições legislativas e presidenciais. Sobre tal matéria ficou definido que as eleições legislativas se realizam em 25 de Abril próximo e as presidenciais cerca de dois meses depois, provavelmente no domingo 27 de Junho, ficando para mais tarde o acto eleitoral para as autarquias locais.

Todavia, um porta-voz do P. P. D. salientou ontem no final da reunião com elementos do C. R. e delegações dos restantes partidos que deverão assinar o Pacto (além do P. P. D., o P. S., P. C. P., M. D. P. / C. D. E. e C. D. S.) que aquela decisão é parcialmente favorável ao seu Partido visto que o sistema constitucional de poderes entrará em funcionamento simultâneamente, sendo o Governo definitivo nomeado pelo Presidente da República a eleger.

O TÊXTO DO PREÂMBULO

É do seguinte teor o têxto do preâmbulo, contestado pelo P. S., P. P. D. e C. D. S. e suprimido por proposta da delegação do C. R., constituída ontem por Melo Antunes, Vasco Lourenço e Martins Guerreiro:

INTRODUÇÃO

. 1. O Movimento das Forças Armadas, ao desencadear a acção libertadora de 25 de Abril de 1974, marco inicial de um processo de transformação profunda da sociedade portu-

Continua na pág. 20

Normalização das relações Portugal-Angola em fase de negociação

. Contactos com vista à mais rápida normalização possível das relações entre Portugal e a República Popular de Angola estão a ser realizados em Luanda, a cargo do dr. Carlos Teixeira da Mota, chefe dos serviços de instalação da representação diplomática portuguesa na capital angolana.

Pretende-se prioritariamente normalizar a situação dos portugueses ainda residentes em Angola — e que segundo dados não oficiais rondariam os 50 mil — e, ao mesmo tempo, garantir o regresso daqueles que o desejarem, entre os quais se contam cerca de 15 mil cidadãos nacionais já inscritos para trabalharem em Angola.

Segundo notícias de Luanda, os contactos em curso, a despeito da frieza inicial com que o acto de reconhecimento foi acolhido em Angola, caracterizam-se por uma certa descompressão.

Ontem, o dr. Carlos Teixeira da Mota foi recebido em audiência pelo secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores da R.P.A., Roberto Almeida, a quem fez a entrega de uma mensagem enviada pelo ministro português dos Negócios Estrangeiros, major Me-

Continua na pág. 20

20 PÁGINAS

Nacional

Política de A a Z

QUESTÕES DE PALAVRAS

Neste longo processo da redução da intervenção no M.F.A. na vida política — no qual se empenharam os partidos maioritários — acaba de se anunciar um acordo em que os «militares» — cedem aos «civis» posições e poderes. A passagem do Estado de predomínio castrense para uma situação constitucional deverá dar lugar a novas formas de intervenção popular na vida política e motivar um acréscimo da vigilância popular em defesa das conquistas revolucionárias.

Quando se vê discutir e recusar o «preâmbulo político» do Pacto, compreende-se, sem custo, que não se trata de uma simples questão de palavras.

Houve partidos políticos que pretenderam não caucionar com a sua assinatura um texto que valorizava os aspectos positivos da intervenção do M.F.A. na vida política. Estamos perante uma questão de fundo, as palavras serviram-lhe de véu diáfano.

A GEOGRAFIA E A POLÍTICA

Nas palavras que proferiu no jantar que, em Mons, lhe foi oferecido pelo general Alexander Haig, comandante militar da N.A.T.O. na Europa, o general Ramalho Eanes, referiu-se ao regresso de Portugal à Europa, nos seguintes termos: «Os portugueses vivem hoje uma ruptura histórica bastante mais complexa do que aquela por que já passaram outras potências europeias. Por isso, para nós, o actual momento é uma aposta vital em que se joga o futuro cristalizado numa tábua de aspirações, abstractas e concretas, a legitimar por consenso eleitoral».

Esta aposta na «democracia» é de molde a inspirar confiança aos homens políticos que, por sistema, por atitude mental, duvidam das intenções dos militares, mas a alusão a dificuldades e sacrifícios não deixa ilusões quanto à austeridade que se prevê e que a governação civil deverá assumir.

O que não se vê bem que possa ser realizado contra os interesses das camadas trabalhadoras, sem a sua mobilização consciente, sem o seu apoio. As querelas partidárias, que a campanha eleitoral agravará, não prometem tempos fáceis.

A política portuguesa insere-se numa geopolítica, e o próprio discurso do general Ramalho Eanes mostra a necessidade de termos em conta a situação de Portugal na Europa e o sistema de relações que deveremos manter ou reconstituir noutros continentes. O «regresso à Europa» não poderá significar abdicação da defesa dos interesses portugueses na África. Há uma cultura a defender. Amizades existem que cumpre cultivar, estreitar, reforçar. A História corrige, ou completa, a Geografia. A Política — e o general Ramalho Eanes não o ignora — não é só Geografia.

AS PONTES CULTURAIS

Disse, em Mons, o general Ramalho Eanes que Portugal, situando-se dentro dos «parâmetros da cultura europeia», não deixará de «servir de ponte entre a Europa, a África, a Ásia e as Américas, atando laços culturais por cima dos mares e das fronteiras». É caso para pensar se estaremos, nós, Portugueses, na condição mais favorável para tal tarefa, se não tivermos a preocupação de defender os valores da tradição revolucionária da nossa História e os valores revolucionários da actualidade nacional. O «25 de Abril» abriu-nos, no Terceiro Mundo — e não só — portas que se tinham cerrado ao regime fascista.

Não será a social-democracia tépida, ou o regressivismo reaccionário, que favorecerá as nossas relações culturais, políticas e económicas com outros países. Tudo tem que ser revisto e repensado. Os erros cometidos não justificam novos erros. O «regresso à Europa» não poderá representar a «entrega a uma parte da Europa». A nossa tradição impõe-nos esse destino «de servir de ponte entre a Europa, a África, a Ásia e as Américas, atando laços culturais por cima dos mares e fronteiras».

A DEFESA DAS LIBERDADES

Depois do brigadeiro Vasco Lourenco, e do general Ramalho Eanes, foi a vez do vice-almirante Souto Cruz, tomar posição sobre o dever que incumbe às Forças Armadas, e portanto aos fuzileiros navais, de «garantir que o direito de voto venha efectivamente a exercer-se em plena liberdade e sem coacção». A garantir da liberdade eleitoral é, sem dúvida, importante. Mas nao e suficiente. E necessário garantir — e em todo o espaço nacional — a plena liberdade da actividade política para as forças democráticas e progressistas. É preciso acabar com o terrorismo, com as intimidações, com a intoxicação da opinião pública. É preciso proteger — e para todos os partidos democráticos — a segurança das sedes e dos militantes.

E é preciso, igualmente, repudiar as formas de violência que nunca podem substituir o livre debate de ideias, o esclarecimento dos problemas, a elucidação dos cidadãos. Só a verdade é revolucionária. E não há que recear a verdade. Mas — uma política de verdade e de defesa das liberdades — passa, também, pela garantia de que as forças reaccionárias não tenham o controlo de posições fundamentais nos aparelhos do Estado. Estamos longe do «25 de Abril», em Portugal, na Madeira e nos Açores, a reacção passou à ofensiva. Não bastam garantias formais quanto à legalidade do acto eleitoral. O problema é mais grave: é o problema da liberdade de ser antifascista em Portugal; é o problema do respeito devido aos que durante os longos anos da opressão e do obscurantismo tiveram a coragem de não pactuar, de resistir. Essa liberdade, também, deverá ser garantida.

Souto Cruz na Arrábida para ver os fuzileiros

O vice-almirante Souto Cruz, chefe do Estado Maior da Armada, esteve ontem na Arrábida, onde os fuzileiros têm vindo a desenvolver exercícios de fogos reais.

Falando aos soldados e oficiais presentes aos exercícios, no km 5 da estrada de Azeitão, num improviso após o almoço no acampamento, o vice-almirante disse que estava satisfeito com o que estava a ver; mencionou a necessidade de eleições livres, lembrando que cabe às Forças Armadas garantir a liberdade para o acto eleitoral; e afirmou que «os fuzileiros devem resistir a todas as pressões de grupos que desejam que o povo português não possa exprimir-se livremente».

O chefe do Estado-Maior da Armada destacou o importante papel da Marinha e, particularmente, dos fuzileiros na defesa dos interesses nacionais:

«Esperamos que a vossa actuação seja a que corresponde às tradições do País marítimo que somos».

Eanes na N.A.T.O.

"Atar laços culturais por cima das fronteiras"

«Nós, portugueses, procuramos agora fazer funcionar os mecanismos democráticos, criando novas instituições políticas, reformulando o nosso subsistema de valores e procurando atingir metas sociais modernas, nomeadamente no tocante à justiça e bem-estar» — afirmou o general Ramalho Eanes num jantar que lhe foi oferecido pelo comandante-chefe das Forças Armadas da N.A.T.O., general Alexander Haig.

O chefe do Estado-Maior do Exército, que se deslocou à Bélgica e à Alemanha para visitar instalações da N.A.T.O. e travar conversações com altos funcionários da Aliança Atlântica, reafirmou ainda o seu desejo de ver Portugal reentrar na Europa, nao deixando, no entanto, de continuar a ser «uma ponte entre a Europa e a África, a Asia e as Américas, atando laços culturais por cima das fronteiras». Para isso Ramalho Eanes considerou um imperativo o nosso regresso à Europa e consequentemente à N.A.T.O., «regresso não apenas formal».

O chefe do Estado-Maior do Exército e a sua comitiva devem regressar amanhã a Lisboa.

Sauvagnargues esta tarde em Lisboa

Chega hoje a meio da tarde a Lisboa o ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Jean Sauvagnargues. A chegada está prevista para as 16 e 30.

Sauvagnargues desloca-se a Portugal para conversações com o seu homólogo português, o major Melo Antunes, com quem deverá encontrar-se. Não se conhece o teor das matérias que vão ser objecto de conversações, mas presume-se que, entre outras coisas, deverão ser tratadas as trocas entre os dois países e possivelmente auxílios que a França possa fazer a Portugal, de acordo com negociações que tenham em conta a emigração portuguesa para aquele país.

O responsável pelos Assuntos Exteriores do Governo Francês deve avistar-se com outras individualidades, entre elas o general Costa Gomes e o almirante Pinheiro de Azevedo.

Sá Carneiro em Amesterdão

Chegou hoje a Amsterdão, vindo de Copenhaga, o secretário-geral do P.P.D., Francisco Sá Carneiro, no prosseguimento de uma visita à Dinamarca e à Holanda para trocas com dirigentes social-democratas e governantes destes países. Sá Carneiro, que viaja acompanhado por Francisco Balsemão e Luís Brito Correia, desloca-se imediatamente a Haia, capital política dos Países Baixos, para encontros com membros do Governo holandês não conhecidos.

Ontem, em Copenhaga, o secretário-geral do P.P.D. avistou-se com Ejnar Hovgaard Cristiansen, seu homólogo do Partido Social-Democrata Dinamarquês. A conferência durou cerca de uma horal revelaram fontes social-democratas da Dinamarca. Um telegrama da Reuter diz que se desconhecem pormenores relativos aos assuntos tratados.

Incidente de Benavila

Um pretexto para combater "a unidade P.C.P.-P.S." — consideram os comunistas

«Nunca qualquer incidente teria surgido se o dr. Mário Soares, em lugar de ter usado expressões nitidamente anticomunistas, tivesse aconselhado os seus militantes a unirem-se com todos aqueles que lutam contra os monopolistas, os latifundiários e contra a direita, que se unissem com todos aqueles que trabalham as terras e concorrem para a produção e ao mesmo tempo para a libertação dos trabalhadores que tanto têm sido vítimas da exploração» — afirmou José Leandro membro da Comissão Distrital de Portalegre do P.C.P. a propósito dos incidentes de Benavila, em conferência de Imprensa realizada ontem no centro de trabalho daquele partido em Alcantara.

Presentes na conferência alguns militantes comunistas da região de Portalegre, incluindo António Rosado Vieira (agredido à navalha, a soco e a pontapé no comício por dois militantes do P.S.), além de Aurélio Santos, do Comité Central, e João Paulo Guerra do S.I.P.

Ao sublinhar o facto de Mário Soares ter escolhido Campo Maior e Benavila, «localidade onde os trabalhadores estão mais unidos e onde a Reforma Agrária mais avançou», Rosado Vieira diria que o dirigente do P.S. foi ao Alentejo «arranjar pretextos para justificar perante as bases do P. S. as suas afirmações de que não é possível a unidade entre comunistas e socialistas».

APLAUSOS DE AGRÁRIOS

Rosado Vieira, que foi agredido exactamente no momento em que procurava acalmar os ânimos dos seus camaradas que protestavam devido aos insultos do dr. Mário Soares, diria também não acreditar que este e outros dirigentes do P. S. presentes em Benavila, desconhecessem que eram grandes agrários, e não os trabalhadores, que aplaudiam os ataques ao Partido Comunista. Foram citados os agrários Ribeiro Caraça, António Alves, António Guerreiro, Sofia Minas, engenheiro Pinheiro e António Pinheiro, que faziam aliás parte da caravana automóvel de Mário Soares que esteve em Campo Maior e Benavila.

Em relação ao comicio naquela primeira localidade diz uma nota da Comissão Distrital de Portalegre do P.C.P., divulgada na conferência que «em Campo Maior, depois do ambiente já estar bastante quente devido à intervenção do sr. Aires Rodrigues que atacou o P.C.P. e a Reforma Agrária, o dr. Mário Soares, a abrir a sua intervenção — talvez por engano — chamou aos trabalhadores «amigos de Rio Maior».

Dirigindo-se aos que protestavam diria que «berrassem à vontade, que iriam sofrer as consequências no Alentejo que estão a sofrer no Norte».

A mesma nota dá conta de que na mesa que presidiu o comício estavam presentes «o Francisco Costa, conhecido pelo «Xico Corrécio», com largo cadastro por delito comum e um outro elemento que se diz do M.R.P.P.». Estes — sublinha a nota — iniciaram o comício chamando «gamelistas» aos comunistas. Refere ainda que do cortejo automóvel participava também o veterinário de Ponte de Sôr responsável pelo caso de Cujancas».

COMISSÃO DE INQUÉRITO

A comissão distrital de Portalegre do P.C.P. enviou entretanto ao Secretariado Nacional do P.S. uma carta em que se propõe, para apuramento imparcial da verdade, a formação de uma Comissão de Inquérito formada por representantes do P.S. e do P.C.P., presidida por uma personalidade, independente acordada entre os dois partidos.

Ainda na conferência de Imprensa Orlando Azinhais um dos trabalhadores da Herdade 21 de Fevereiro fez o convite a todos os jornalistas que quisessem se deslocassem a Benavila para verem de perto o que é a Reforma Agrária.

PUB.

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIARIOS DO DISTRITO DE LISBOA

MOÇÃO

Os Delegados Sindicais, reunidos em Plenário no dia 24/2/76 no Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, aprovaram por aclamação uma moção de apoio incondicional à justa luta dos camaradas do Sindicato dos Profissionais dos Tranportes, Turismo e Outros Serviços do Distrito de Angra do Heroísmo.

Nesta Moção, exigem também do Ministério do Trabalho, a publicação imediata do Acordo Colectivo de Trabalho da Empresa de Viação Terceirense Ld.ª.

Foi também decidido dar conhecimento do conteúdo da moção, ao Sr. Presidente da República, Conselho de Ministros, Conselho da Revolução, Ministro do Trabalho e Órgãos de Informação.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 1976

A DIRECÇÃO

post scriptum

Afinal... como é?

Somos finalistas do curso complementar; foi-nos mandado fazer um trabalho sobre «os conflitos de trabalho», onde nós focámos entre outros o problema da construção civil. Depois de termos trocado impressões com os próprios trabalhadores do sector, para melhor completarmos o nosso trabalho, resolvemos dirigir-nos ao Sindicato da Construção Civil, no dia 13/2/76, com o objectivo de adquirir mais alguns dados, sobretudo estatísticos.

Quanto nos dirigimos ao último andar do edifício onde este se encontra, e ao dizermos o que pretendíamos, mandaram-nos ir à direcção (no primeiro andar), dizendo que lá nos dariam o que precisávamos. Estivemos bastante tempo à espera de sermos atendidas, mas o mesmo não aconteceu quando chegou a nossa vez, pois ao dizermos «Olhe, nós estamos a fazer um trabalho sobre...», nos foi dada a seguinte resposta sem rodeios: «Não, o sindicato não fornece dados para isso». Nem tivemos oportunidade para dizer mais nada, pois a pessoa que nos dera a informação fora-se já embora, tendo no entanto dito ainda «desculpe», embora já perto do fim do corredor. Ainda no mesmo dia, embora já com poucas esperanças devido ao «acolhimento» atrás recebido, fomos à Intersindical, onde para além da atenção que nos prestaram, nos forneceram o que efectivamente requisitávamos. Aqui deixamos os nossos públicos agradecimentos à Intersindical. Quanto ao Sindicato da Construção Civil, lamentamos a sua atitude. Será que ela se deve ao facto de este acontecimento ter sido passado numa sexta-feira, dia 13 (dia do azar, dizem?) ou será que eles não estão verdadeiramente empenhados em que as verdades venham ao de cima? Afinal, como é???

Maria João B. e Maria Armanda V. — LISBOA

A serenidade do povo tem limite

«Quando é que temos ao serviço da nossa Rádio e TV os bons profissionais que estão suspensos e os programas que digam alguma coisa ao povo, como os que tínhamos há três meses atrás, para acabarmos com estes candidatos a locutores?

Fartos de fado e folclore, e ainda de palavras que só nos enganavam, ficámos nós durante 48 anos.

O nosso povo é sereno, mas a sua serenidade também tem limite».

Maria Simões — BARREIRO

Reconhecimento tardio

«O reconhecimento da República Popular de Angola, por parte do Governo Português, foi feito tão tardiamente, que estou certo de modo algum corresponder ao pensamento geral dos portugueses que, com os 30 por cento de analfabetismo muito mais cedo identificaram de que lado está a manápula sugadoira imperialista americana e europeia, e aqueles que ajudam o povo angolano e o seu único movimento legítimo e popular.

Acho que o Governo Português tem o dever de informar o seu povo da realidade política movida nos bastidores, que porventura dê motivo a prejuizos comerciais e venha a afectar a amizade dos dois povos».

Mário Bértolo de Lima — LISBOA

Que liberdade há neste País?

«O povo vai ser despertado novamente para o próximo acto eleitoral, o que não é tarefa fácil de cumprir, em consciência, para quem nunca soube o que era democracia ou eleições livres.

Mas fala-se que a vontade do povo é soberana. Certo (mesmo quando se ouve da boca de quem nunca assim falou!). No entanto, parece-nos que ensinam os juristas, que por aí abundam, que a vontade tem de ser **livre e esclarecida** para produzir efeitos de direito. E que a declaração será nula se tiver havido erro, coacção, dolo ou qualquer outro vício na formação dessa vontade.

Será que em Portugal já estão asseguradas as condições para que a manifestação da vontade dos eleitores seja efectivamente, **esclarecida** e **livre**?

As autoridades, nomeadamente a comissão eleitoral, vão garantir essas condições, designadamente no interior do País? Quais os meios de Informação (jornais, boletins, etc.) que aí existem? Serão livres e pluripartidários? Que liberdade de Informação e propaganda existe, por exemplo, em Trás-os-Montes, Minho e Beiras? Que liberdade há neste País?

Depois da resposta a estas (e outras) questões, fundamentais, talvez possamos saber se os capitães de Abril já cumpriram a missão que a História lhes propôs e eles aceitaram. Há quem teime que sim!...».

F. Simões — COIMBRA

Pombas brancas, pombas negras

«Segunda-feira, 23 de Fevereiro de 1976, 15 horas e 10, fim das notícias na Rádio Renascença.

Ela — Seguidamente, apresentamos aos nossos ouvintes «Pombas brancas».

Ele — Nós bem apresentamos «Pombas», mas!...

O ouvinte — Então os trabalhadores da nova RR ainda não se aperceberam que as «pombas» que agora nos estão a impingir são mesmo «pombas negras?».

António Martins Peres — LISBOA

A VIDA MISERÁVEL DOS HERDEIROS DOS MAIAS

Herdeiros da grande civilização Maia, misteriosamente desaparecida há vários séculos, os índios da Guatemala conhecem o movimento dos astros e a duração do ano solar, o sistema decimal e a concepção do número zero. A Europa teria de esperar pelo século XVI para descobrir um calendário tão preciso. Ao sair da capital encontramo-los caminhando ao longo dos carreiros e das estradas de montanha, curvados ao peso de grandes fardos. Camponeses analfabetos e explorados, os descendentes dos antigos Maias são hoje marginalizados por um país que sonha com um desenvolvimento à americana. Tendo grande respeito pelas tradições dos seus antepassados, continuam a atrabalhar, a alimentar-se e a vestir-se como há mil anos. Durante quatro longos séculos, os conquistadores tentaram tudo para acabar com a sua língua, a sua religião, os seus costumes, mas, apesar disso, a cultura índia ainda nos aparece mais viva junto das catedrais majestosas e dos feios monumentos espanhóis. Encontramo-la a cada esquina, com as índias de roupas multicolores e através das mil pequenas profissões que animam a cidade.

Os índios representam 70 por cento da população da Guatemala. Os 30 por cento não-índios, brancos e mestiços, chamados «ladinos», são a classe dirigente do país. Comerciantes ou proprietários agrícolas, vivem nas grandes cidades. Embora os índios sejam iguais perante a lei os «ladinos» desprezam-nos. Esta discriminação a um tempo social e racial também se perpetua desde há séculos. O índio é, antes de mais, um camponês. Em tempo normal cultiva o seu pedaço de terra (aproximadamente 2 ares), o que lhe permite não morrer de fome.

Quando a colheita é má, o que acontece frequentemente, com as inundações da estação das chuvas, tem de se empregar como trabalhador agrícola na plantação de um «ladino». É a pior das soluções, e, no entanto, há todos os anos milhares de índios que não têm outra. Trabalham durante um mês a uma média de doze horas por dia. Os trabalhadores são recrutados por intermédio de um engajador, e o seu salário é diferente, conforme se trata de um homem, de uma mulher ou de uma criança. As plantações de café ou de algodão estão situadas na costa do Pacífico e é necessário um dia para lá chegar.

Lá, é o universo dos «Tristes Trópicos». Os capatazes são encarregados de fazer reinar a ordem. Andam armados, porque muitos deles são encontrados mortos. Ao fim do dia, o algodão é amontoado a fim de ser pesado, e frequentemente há quem faça batota no peso, e o índio, quase sempre iletrado, perde ali mesmo parte do seu salário. Nas plantações, mal alimentado, dorme numa barraca de madeira ou ao ar livre. Se não comer o bastante, pode comprar um pouco mais de comida nas lojas do senhor da terra, mas endivida-se e quase sempre é obrigado a ficar mais tempo na plantação.

As aldeias isoladas, provoadas de comunidades puramente índias, têm, cada uma, a sua personalidade própria, os seus costumes, as suas profissões. São muitas vezes compostas de cabanas rectangulares cobertas de colmo, dentro das quais a família se amontoa, dormindo no chão. Não há mobília, a não ser um forno de argila e um tear muito rudimentar cuja orgiem remonta a tempos imemoriais. Mas é, decerto, no mercado, que melhor se exprime a vida local. Uma vez por semana, geralmente ao domingo, uma lenta procissão de gente descalça, dirige-se para a cidade. Os homens vão carregados de sacos cheios de madeiras ou de legumes, as mulheres levam à cabeça cestos com especiarias, e vestem as suas saias azuis. Levam os filhos às costas, envoltos em grandes xailes coloridos.

Único elo social, o mercado também é, para o índio, um lugar de encontro e tentação. Numa atmosfera colorida e calorosa, exibe-se toda a produção regional: aqui vêem-se mangas, goiabas e papaias; além, diante das índias sentadas com as pernas cruzadas, ramalhos de especiarias. Há um aroma forte a gengibre e a baunilha. Mais adiante fetiches e remédios milagrosos que apagam a fadiga e a doença. Muitas vezes as pessoas acabam por comprar um par de sandálias porque é um objecto de primeira necessidade. As outras compras serão modestas: velas para as devoções, sal, feijão preto, e «chewing-gun» para o sonho.

O dia de mercado é também ocasião de homenagear os deuses, chamar a si a boa sorte. Embora convertidos ao catolicismo no século XVI, os índios não abandonaram o seu politeísmo ancestral, e nas montanhas do Estado de Quiché, ainda estão muito ligados às crenças e aos ritos religiosos que herdaram dos antigos Maias. O catolicismo dos índios é uma religião formalista, feita de gestos rituais em que o diálogo com o santo tem frequentemente o objectivo de lhe pedir a cura de uma doença ou uma boa colheita.

Na grande praça de Chichicastenango, cidade sagrada dos índios Maias Quichés, dá-se o maior ajuntamento; as roupas são de lindas cores e ouve-se o som melancólico do «tun» e do «chirimia», os dois instrumentos tradicionais. Em frente da igreja de São Tomás, que se diz erguida sobre as ruínas de um antigo templo do Sol, os índios queimam o copal, um incenso extraído da resina de um pinheiro aromático, enquanto fazem as suas orações. Depois, nos degraus exteriores, balançam o incensório, que é uma simples lata de conserva. O fumo é acre e branco.

Aqui, grande parte dos costumes ancestrais foram transmitidos de geração em geração. O incenso destina-se a expulsar os espíritos maléficos e as doenças, e os índios não hesitam em gastar o que têm para cumprir esse rito. Eles acreditam que o homem possui dois espíritos. Quando morre, um desses espíritos sobe ao céu e o outro fica entre os vivos, aos quais é favorável ou desfavorável. As crenças índias e os ritos católicos coexistem perfeitamente e todos os santos da cristandade estão associados a um «chao» (deus maia). Assim, Cristo tão depressa é o deus do Sol como o da chuva. São Tomás também é o deus da tempestade.

Certas cerimónias ainda são muito punitivas. Uma lenda índia conta que uma mulher infiel foi outrora transformada em pedra e que o seu espírito assombra a montanha. Perante uma multidão atenta e muda, vi o feiticeiro de uma confraria secreta, proceder ao sacrifício de um frango, pronunciando palavras rituais destinadas a aplacar o espírito da mulher em cólera e a afastar da aldeia a sua vingança.

Os índios esquecem por vezes a sua miserável condição, para participar na festa organizada pelas confrarias em honra do santo, patrono da aldeia. Essa confrarias são instituições de origem espanhola e dispõem de um forte poder oculto. Por essa ocasião vêm de toda a parte fazendo por vezes sete ou oito horas a pé. Os santos apóstolos, vestidos de trajes ricos, e cobertos de flores, saem da igreja e são passeados por todas as ruas. A festa dura em geral três dias e durante ela dá-se uma libertação colectiva dos indivíduos. Durante muitos meses economizam para comparar petardos, aguardente e álcool de milho. As procissões e os cortejos sucedem-se à volta da igreja, enquanto os foguetes estalam no ar.

No segundo dia realiza-se a dança dos conquistadores: os índios, vestidos de conquistadores espanhóis, contam a seu modo a conquista. Dança ancestral ou troça feita aos espanhóis? É difícil saber. No terceiro dia, cansado e embriagado, o índio regressa, titubeante, à sua aldeia. Gastou todo o dinheiro que tinha e que teria podido consagrar à família, mas a mulher não o censura. Foi ele quem ganhou o dinheiro, é o **macho**, o homem. Durante algumas horas pôde entrever outra vida mais atraente e doce. Mas ele sabe que amanhã carregará de novo madeiros ou café, porque, segundo pensa, os deuses assim o decidiram.

© LE MONDE

UM PRESIDENTE PARA O MÉXICO

CIDADE DO MÉXICO (OPS) — «O exercício mais cabal da democracia é a unanimidade» — disse aos correspondentes estrangeiro José López Portilo, futuro presidente mexicano e até ao momento, candidato único (é apresentado por três partidos) para as próximas eleições presidenciais de 4 de Julho.

López Portillo, que era professor de Direito Constitucional, teorizou em torno da Democracia, seu significado e suas expressões, e rebateu prontamente as acusações da Oposição no sentido de que a existência de apenas um candidato não é opção nem alternativa para que os cidadãos elejam, sendo portanto antidemocrática.

«Uma aspiração real de democracia é a maioria, e o seu ponto culminante seria quando essa maioria se transformasse em totalidade» — disse López Portillo, candidato à presidência mexicana pelo poderoso Partido Revolucionário Institucional — meio século de governo sem derrotas eleitorais — e postulado também por outros dois partidos menores: o Partido Popular Socialista (de tendência marxista) e o Partido Autêntico da Revolução Mexicana (que agrupa os poucos chefes militares sobreviventes da revolução de 1910 e alguns burocratas).

No México, estão registados quatro partidos que podem legalmente concorrer às eleições: Partido Revolucionário Institucional, Partido Popular Socialista, Partido Autêntico da Revolução Mexicana e Partido de Acção Nacional (direita). Três estarão presentes nas eleições de 4 de Julho com um só candidato: López Portillo. O quarto, o Partido de Acção Nacional, está seriamente comprometido por divisões internas. As suas tacções não conseguem chegar a acordo para designar um candidato à presidência. Se a Acção Nacional não puder unir-se até Março e escolher um candidato (o que é considerado impossível por muitos observadores políticos), López Portillo será candidato único e na «disputa» somente terá um rival simbólico, se acaso for mantido: o candidato presidencial do Partido Comunista Mexicano, o velho líder operário Valentín Campa Salazar.

Um correspondente norte-americano expressou a Lopez Portilho a sua «angústia porque, frente a ele, estaria apenas o candidato do Partido Comunista Mexicano, que não é registado legalmente e que poderia, segundo o jornalista dos Estados Unidos, constituir-se o receptor de uma sombria votação de todos os que estão contra o P.R.I. — os indiferentes, os abstencionistas e desde logo os «esquerdistas» que contestam o regime. O candidato do P.R.I. não deu importância a tais temores. O Partido Comunista Mexicano, melhor dito, Valentín Campa Salazar somente receberia segundo López Portillo, os votos nominais dos eleitores que assim o queiram.

Efectivamente, como o P.C.M. e o seu candidato não têm registo, os mexicanos que queiram votar por eles terão que escrever no boletim de voto o nome completo de Campa, inclusive o seu apelido materno. Caso contrário, se aparecer a sigla do P.C.M. ou apenas o primeiro apelido do simbólico candidato, o voto não é válido. De todas as maneiras o próprio P.C.M. está consciente, se mantiver a sua posição de estar presente nas eleições de Julho, de não poder contar

Continua na pág. 4

Nacional

Moçambique

Estado assegura educação a partir dos quatro anos

«Não têm qualquer fundamento as notícias postas a circular em Portugal sobre um alegado «controlo» ou «tutela» do Estado moçambicano sobre todas as crianças maiores de 4 anos», disse-nos hoje um informador oficial da cidade do Maputo, contactado via telex. «Trata-se de mais uma das muitas calúnias postas a circular com fins específicos», disse o mesmo informador, acrescentando: «Esse tipo de calúnia tem normalmente origem em boatos postos a circular por indivíduos que abandonam Moçambique sem nenhum motivo concreto e que com falsidades desse género tentam justificar a sua partida».

O mesmo informador especificou que, embora nada esteja ainda legislado com carácter definitivo, estão, no entanto, em preparação uma série de medidas que garantirão que a educação de todas as crianças será assegurada, em pé de absoluta igualdade, a partir dos 4 anos, pelo Estado. «Não serão permitidas quaisquer espécie de discriminações», disse. «Não haverá escolas ou creches para privilegiados e a distribuição das crianças pelos estabelecimentos de assistência escolar não ficará ao livre arbitrio dos encarregados de educação, obedecendo a uma planificação estatal. Desta forma eliminaremos toda a discriminação de classes herdada das estruturas educativas coloniais. É possivel que isto não agrade a muitos, mas são medidas necessárias ao avanço e consolidação da Revolução moçambicana».

Quanto a nova onda de saidas de Moçambique por parte de cidadãos estrangeiros, nomeadamente de portugueses, aquele informador confirmou a notícia: «É verdade», afirmou. «Muitos portugueses estão a abandonar novamente o nosso país, muitos deles rescindindo os contratos de dois anos que haviam assinado com o Estado. Isso não nos surpreende e até compreendemos as suas razões. Está em curso uma Revolução e ela não se faz sem uma extrema agudização da luta de classes. É um processo duro e muitos não aguentam».

PUB

TMX PORTUGAL LIMITED

COMUNICADO

Considerando que:

— No nosso «texto para discussão» fornecido ao Ministério do Trabalho em **16 de Dezembro** informámos: ...«Há várias possibilidades em aberto para nossa consideração em conjunto»...

...«Portanto, temos intenção de assegurar que estas alternativas sejam imediatamente discutidas, resolvidas e postas em vigor...»...

...«É nossa opinião e preferência que procuremos uma solução para o problema que proporcione emprego para o maior número de empregados com o menor número de demissões.»

— Na Acta da Reunião no Ministério do Trabalho de **5 de Janeiro de 1976** está transcrito o seguinte:

...«Penso que temos de encarar a curto prazo o problema imediato de como poder manter uma fábrica eficiente aqui em Portugal»...

...«A Administração diz que tem de ir para a semana de 3 dias **ainda este mês**»...

— Na nossa carta de **21 de Janeiro de 1976** para o Ministério do Trabalho informámos:

...«Na nossa referida carta (16 de Dezembro de 1975) e, igualmente, nas mencionadas reuniões (17 de Dezembro de 1975 e 5 de Janeiro de 1976), salientámos o nosso desejo de as possíveis vias de actuação, em alternativa, serem discutidas e acordadas com as individualidades adequadas...

...«As reduções no actual programa de produção para o corrente ano têm o significado de que só poderemos fornecer trabalho, com aplicação do horário de trabalho semanal na totalidade, a 750 dos 1915 trabalhadores que temos, o que originaria rescisões de contratos para aproximadamente 1200 trabalhadores.

Preferimos, no entanto, manter ao nosso serviço o maior número possível de trabalhadores com a correlação óbvia do menor número possível de rescisões de contratos pela nossa parte. Em conformidade julgamos já ter ficado acordado entre todas as partes interessadas, incluindo a Comissão de Trabalhadores, que um esquema de prestação de trabalho, com um horário de trabalho semanal reduzido, equivalente a três dias de trabalho por semana, e com uma inerente redução de salário, irá ser implementado. Nesta base manteríamos ao nosso serviço 1247 trabalhadores e o número de rescisões seria de 668 trabalhadores»...

...«Contudo, com a finalidade de não perigar no futuro o emprego dos trabalhadores que queremos manter ao serviço é essencial que implementemos o esquema de trabalho reduzido imediatamente.

Além disso, é nossa intenção que, com excepção dos nossos departamentos de Vendas e de Segurança, a fábrica encerre a sua actividade na Sexta-Feira, 23 de Janeiro de 1976, por um período de duas semanas com intenção de reabrir, Segunda-Feira, 9 de Fevereiro de 1976.

O salário de Janeiro será pago aos trabalhadores na totalidade, em 23 de Janeiro de 1976, mas o salário de Fevereiro será reduzido de acordo com o esquema de redução de trabalho a começar em Fevereiro de 1976»...

...«Durante o citado período de 90 dias os trabalhadores a ser despedidos receberão o seu salário numa base mensal mas estes salários serão reduzidos de acordo com o esquema de redução de trabalho proposto»...

— Na resposta do Ministério do Trabalho de **29 de Janeiro de 1976** somos informados do seguinte:

...«No que diz respeito à redução de laboração, com a inerente redução de salários, terá forçosamente de se atender ao Art.º 78.º do Decreto-Lei N.º 49 408, de 24 de Novembro de 1969»...

— Na nossa resposta de **2 de Fevereiro de 1976** ao Ministério do Trabalho esclarecemos:

...«No que concerne às referências feitas na vossa carta a possíveis faltas de cumprimento dos regulamentos legais, agradecemos o favor de notarem que na nossa carta de 21 de Janeiro de 1976 presumimos que todas as partes concordariam que as nossas propostas seriam as que melhor defendiam o maior número de empregados. No caso de a semana a três dias ser inaceitável, então teremos de requerer uma redução adicional do número de trabalhadores da nossa fábrica.

Aguardamos o esclarecimento de V. Exas. sobre a aceitação ou não aceitação da nossa proposta».

— Na nossa carta de **5 de Fevereiro de 1976** para o Ministério do Trabalho insistíamos:

...«Estamos aguardando o esclarecimento de V. Exas. acerca do 4.º parágrafo da nossa carta de 2 de Fevereiro de 1976»...

Este 4.º parágrafo da nossa carta de 2 de Fevereiro de 1976 dizia o seguinte:

...«Aguardamos o esclarecimento de V. Exas. sobre a aceitação ou não aceitação da nossa proposta»...

E dado que:

1. Os resultados combinados da recessão económica mundial com novos acontecimentos tecnológicos significantes na indústria de relógios e a deterioração da posição de encomendas em relação a certos mercados fornecidos com produto da fábrica de Portugal, criaram um problema que temos de resolver.

2. Temos proposto desde Dezembro 16, 1975 que a resolução para a parte do problema que afecta especificamente a nossa fábrica em Portugal seja a de proporcionar trabalho para o maior número de empregados com o menor número de demissões.

3. Infelizmente esta nossa proposta em vez de ser discutida e eventualmente acordada pelas individualidades adequadas tem recolhido quer o silêncio quer a recusa velada das entidades em questão.

4. Não infringimos qualquer lei nem pretendemos fazê-lo; apenas procurámos encontrar a melhor solução para um problema e, como tal, propusemo-la para discussão e entrada em vigor.

5. Também não recebemos até agora qualquer outra sugestão construtiva ou contra-proposta para a solução do problema.

Concluímos:

Como desejamos cumprir a lei e como o Ministério do Trabalho não concordou com a nossa proposta de pôr em vigor a semana de trabalho reduzida, com o mínimo de despedimentos, concluímos que em ordem a submeter-nos à lei somos obrigados a retirar a nossa proposta no que se refere à redução da semana de trabalho. O salário de Janeiro já foi pago por inteiro a todos os empregados. O salário de Fevereiro será pago por inteiro a todos os empregados.

As circunstâncias criadas por esta situação obrigam a Companhia a abordar o Governo Português no sentido duma assistência e suporte imediatos para que a Companhia possa continuar a operar em Portugal.

TMX PORTUGAL LTD.

24/Fev./76

NOVO PRESIDENTE

Continuação da pág. 3

com uma votação apreciável. Os comunistas desejam alcançar 100 mil votos; nas últimas eleições presidenciais mexicanas (em 1970) votaram mais de 13,5 milhões de pessoas; no acto eleitoral de Julho próximo deverão ir às urnas, teoricamente, mais de 25 milhões de mexicanos; logo os desejos do P.C.M. não são um perigo eleitoral.

O ADVERSÁRIO É A ABSTENÇÃO

Entretanto López Portillo, ao que parece sem adversário de esquerda ou de direita, terá que lutar contra um opositor fantasma: a abstenção. Nas eleições de 1970 as abstenções alcançaram os 35 por cento, segundo dados oficiais ou 40 por cento, segundo os opositores.

Aliás, estes opositores — e não apenas eles, mas muitos observadores — consideram que nas eleições de Julho a vencedora poderia ser a abstenção. O chefe do Partido Mexicano dos Trabalhadores, de esquerda e também não registado, Heberto Castillo, sustenta que sem a presença do partido direitista, Acção Nacional, rival tradicional do P.R.I., a abstenção pode facilmente superar os 60 por cento, evidenciando assim que o governo mexicano é fruto da imposição de uma minoria. Ao que parece o P.M.T. conclamará os cidadãos à abstenção.

Heberto Castillo sublinhou ainda as desvantagens de um candidato não registado: a maioria dos camponeses e dos operários dificilmente escreve o seu nome, quanto mais o dos outros; um partido não registado não tem representantes nas assembleias de voto; um partido não registado não tem representantes no colégio eleitoral; finalmente um partido não registado não tem direito ao tempo de Rádio e Televisão que é concedido aos registados. Por tudo isto a abstenção é, para esse dirigente político opositor a melhor arma para pressionar o governo do P.R.I. no sentido de mudar as regras do jogo eleitoral, permitindo que os partidos «esquerdistas» se registem legalmente. Agora exige-se para o registo um mínimo de 70 mil militantes. Os partidos de esquerda rejeitam essa norma, que consideram uma imposição e seria perigosa para a segurança dos seus militantes. Além disso os militantes ficariam registados no Ministério do Interior, que é a máxima autoridade eleitoral.

Assim, de acordo com tal quadro, a «unanimidade» e a «abstenção» serão, até às eleições do próximo dia 4 de Julho, os termos em voga. A «unanimidade» para o candidato do P.R.I. e os seus partidários; a «abstenção» para os seus opositores.

Apoio americano a retornados

Um acordo no montante de 15 milhões de dólares para o programa de auxílio aos retornados das antigas colónias africanas, foi ontem assinado entre o ministro dos Assuntos Sociais, Rui Machete, e o embaixador Frank Carlucci, por parte dos U. S. A..

Esta concessão faz parte de um programa global de cooperação económica, e técnica entre Portugal e os Estados Unidos.

Em resposta a uma solicitação do Governo, português feita em Agosto de 1975, os Estados Unidos contribuiram com o transporte para Portugal de 31 mil retornados de Angola. Nos termos do acordo ontem assinado os Estados Unidos continuam o auxílio destinado às necessidades básicas dos retornados.

TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS

TEMPORADA DE INVERNO

(Comemorações do Centenário da Tetralogia **«O Anel do Nibelungo»** de Wagner) hoje, 26 de Fevereiro:

— INAUGURAÇÃO —

do **Ciclo de Conferências sobre Wagner e a Tetralogia**
no Salão Nobre de S. Carlos, às 18.30 horas (entrada livre)

Quinta-feira, 26 de Fevereiro:
WAGNER E «O ANEL DO NIBELUNGO»
I — **«O Anel do Nibelungo» na vida e na obra de Richard Wagner**
por João de Freitas Branco

Quinta-feira, 4 de Março:
WAGNER E «O ANEL DO NIBELUNGO»
II — **«O Ouro do Reno», um preâmbulo que encontrou autor**
por João de Freitas Branco

Terça-feira, 9 de Março:
WAGNER E O MUNDO OITOCENTISTA: IDEIAS E GOSTO
I — **Antecedentes**
por Manuel Rio Carvalho (em colaboração com a Juventude Musical Portuguesa)

Quinta-feira, 11 de Março:
WAGNER E «O ANEL DO NIBELUNGO»
III — **«A Valquíria» ou a negação de uma vontade (de negar)**
por João de Freitas Branco

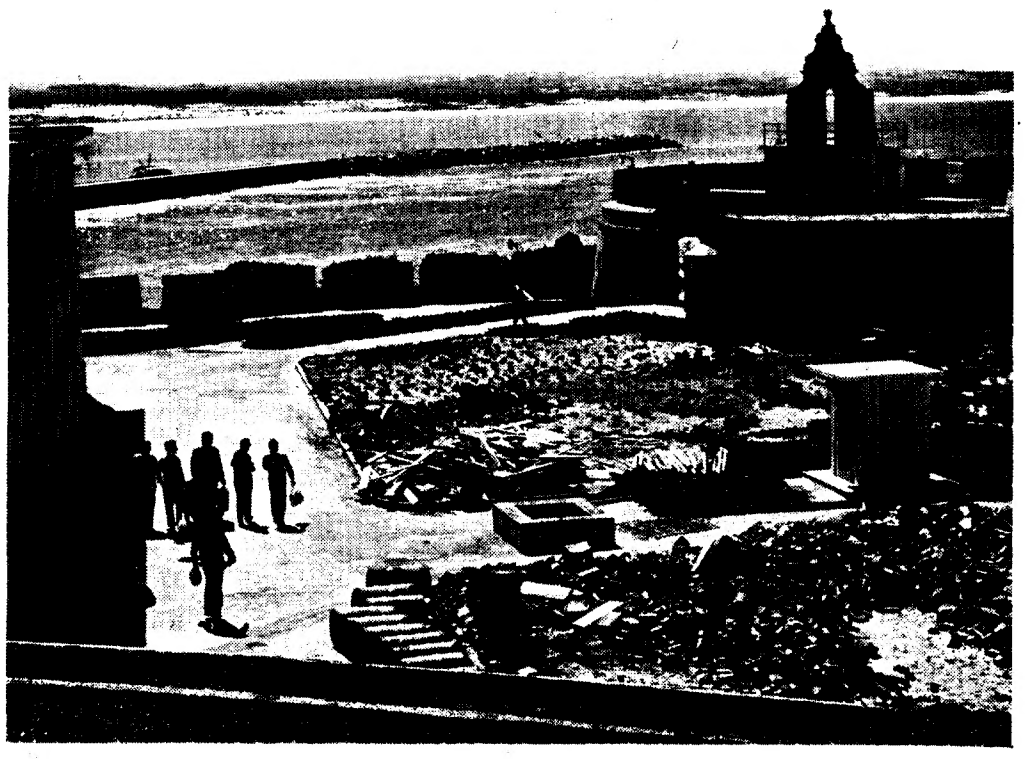
Quinta-feira, 18 de Março:
WAGNER E «O ANEL DO NIBELUNGO»
IV — **«Siegfried» — e outras maneiras de ser herói**
por João de Freitas Branco

Sexta-feira, 19 de Março:
WAGNER E O MUNDO OITOCENTISTA: IDEIAS E GOSTO
II — **Inserção de Wagner neste contexto**
por Manuel Rio Carvalho (em colaboração com a J. M. P.)

Quinta-feira, 25 de Março:
WAGNER E «O ANEL DO NIBELUNGO»
V — **«Crepúsculo dos Deuses» ou Aurora duma Humanidade?**
por João de Freitas Branco

Sexta-feira, 2 de Abril:
RICHARD WAGNER: UTOPIA E ACTUALIDADE
por Kurt Mayer-Clason (Director do Instituto Alemão)

Nacional



A prisão de Peniche (da qual se evadiu há longos anos Álvaro Cunhal) foi hoje definitivamente encerrada, no decurso de uma cerimónia que conta com a presença do secretário-geral da Cruz Vermelha, convidado para hastear a bandeira branca no edifício. A cerimónia, precedida pela evacuação dos últimos presos (todos saíram de helicóptero), inscreve-se nas medidas que visam «a extinção de presos políticos em Portugal», segundo uma nota do Estado-Maior do Exército

Caxias, Alcoentre, Peniche

Mais "pides" em liberdade

Vinte e um agentes da ex-P.I.D.E./D.G.S. deixaram ontem Caxias, Alcoentre e Peniche. Desta última cadeia devem saír hoje mais, uma vez que o estabelecimento vai ser encerrado no decurso de uma cerimónia que conta com a presença do secretário-geral da Cruz Vermelha Internacional, convidado para hastear a bandeira branca no edifício.

Pormenorizando, podemos dizer que abandonaram ontem Caxias: António Amaro Pedrão, Américo Guerreiro Guia, Albino José Morais, Maria Albertina Gonçalves Dias Rodrigues Costa, Maria de Lurdes Tavares Coelho Domingos Ferreira, Teresa da Costa Ribeiro Leite, Maria do Carmo Martins Leal Leite de Araújo Monteiro e Aurélio dos Ramos Miguel.

De Alcoentre saíram: José Armando da Silva Reis, Adelino Barrusso Capinha, Joaquim Gonçalves, Lino Gomes Branquinho Trovão, Fernando Dias Palricas, Afonso Valentim Tobar Kittler, Mário Adérito Rodrigues, Francisco Coelho Correia, Armando Afonso dos Reis, Bento Pereira, Joaquim António Calado Roque e José Bonito Godinho.

Finalmente, de Peniche, saiu também ontem Miguel Costa da Silva.

Todos estes agentes deixaram as cadeias acima mencionadas de noite.

P.C.P. de Braga não encontra casas para alugar

A Comissão Distrital de Braga do P.C.P. tem estado a encontrar algumas dificuldades nesta fase preparatória da próxima campanha eleitoral. Uma das principais é o aluguer de casas, por exemplo, para instalação de serviços e locais de reunião. Esta dificuldade provavelmente irá alargar-se ainda às instalações a alugar para realizar sessões de propaganda, muito embora a referida comissão não as preveja por enquanto, num texto recentemente enviado à Comissão Nacional de Eleições.

Trata-se de uma exposição acerca do que tem acontecido naquele distrito como noutros: ataques, assaltos, atentados, numa vaga de terror que conheceu no Verão passado o seu período mais quente, mas de que não se deixa de admitir que venha a reactivar-se em qualquer altura.

«É compreensível que a violência, a intimidação, as perseguições individuais e a falta de garantias que assegurem o livre exercício das liberdades democráticas gerem um clima de medo que leve as pessoas a recusar o aluguer de casas para sedes de partidos, como é o caso do P.C.P.» — diz a comissão distrital de Braga desta organização na sua exposição à C.N.E., considerando no entanto: «A manutenção desta situação de falta de liberdades é um atentado à ordem democrática, tanto mais grave quanto é certo que nos encontramos já em pleno período pré-eleitoral e não se vislumbra, por parte das autoridades responsáveis, uma atitude firme de resolver tal situação.»

O P.C.P. em Braga pede às autoridades que façam diligências no sentido de acabar com esta situação.

DENÚNCIA DE PRISÕES

Entretanto o Comité Antifascista de Viana do Castelo divulgou um comunicado onde afirma que durante os primeiros dias desta semana a P.S.P. e a P.J. teriam detido diversos antifascistas com base em informações de um elemento classificado como «provocador». Essa pessoa, cujo nome não é apontado no comunicado, infiltrou-se em organizações antifascistas, de onde foi expulso, e agora, segundo o C.A.F. de Viana do Castelo, tenta envolver os membros dessas organizações em processos obscuros, relacionados com material explosivo que foi encontrado na sua casa.

O Comité afirma que foram presos desde operários, casados e com cinco filhos, até jovens de 16 anos, unicamente com base nas informações prestadas pelo referido «provocador». Os motivos das prisões não foram revelados e, ao que se sabe, nas buscas efectuadas às casas dos detidos nada de ilegal foi encontrado.

O comunicado do C.A. F. termina com duas perguntas sobre a manutenção das prisões: «Será por alguns deles terem participado na manifestação do C.A.F. de repúdio pelas actividades do C.D.S. em Viana? Por que não são presos os E.L.P.'s, C.D.S.'s e toda esta coria de fascistas e pides, soltos dia a dia, que andam a pôr bombas em toda a parte?»

C.D.S. com o arcebispo

"Um encontro de rotina"

O presidente do C. D. S. Diogo Freitas do Amaral, encontrou-se na passada segunda-feira no Sameiro com o arcebispo de Braga, D. Francisco Maria da Silva. Confirma-se assim a notícia que ontem demos em primeira mão. «Foi um encontro de rotina tal e qual como aquele que tive com o sr. bispo do Porto em Janeiro, como aquele que tive em Fevereiro com o sr. Patriarca de Lisboa, e como muitos outros, que já tenho tido e hei-de continuar a ter; sem qualquer significado especial» — disse, a propósito, o primeiro nome do Partido do Centro ao «Diário de Notícias» — «Quanto ao sr. arcebispo de Braga, pois a verdade é que, como sou católico e natural de Guimarães, ele é o meu arcebispo e, portanto, já o tenho encontrado muitas vezes» — disse ainda Freitas do Amaral, para lembrar a seguir que outros dirigentes partidários, Sá Carneiro e Mário Soares, por exemplo, têm tido encontros idênticos com figuras cimeiras da hierarquia da Igreja Católica em Portugal.

O dirigente do C. D. S. disse ter estado em Braga a pedido de sacerdotes da diocese, com quem se avistou antes do encontro com D.Francisco Maria da Silva.

Embora, estas ocorrências se tenha dado na segunda-feira, só de ontem para hoje foram conhecidas. Deve ter-se tratado dum encontro particular, uma vez que o C. D. S. até hoje ainda não o divulgou, nem antes, nem depois, apesar de actualmente ter montado e em funcionamento um qualificado e eficiente serviço de apoio à Informação.

25 de Novembro

Oficiais detidos vão ganhando a liberdade

. Semana após semana, os militares detidos em consequência do 25 de Novembro vão ganhando a liberdade. Ontem, de Caxias, saíram mais quatro: os majores Arlindo José Dias Ferreira e José Emílio da Silva (ministro da Educação quando Vasco Gonçalves era primeiro-ministro) e os capitães Lourenço Soares Marques e José Tasso de Figueiredo. De Santarém deixou o Presídio Militar o major Carlos Torres Cruz e Oliveira (secretário de Estado da Saúde no IV Governo provisório).

O major Dias Ferreira e os capitães Lourenço Marques e Tasso de Figueiredo fizeram parte dos quadros superiores do extinto Copcon.

Todos estes oficiais foram soltos «sob regime de liberdade condicional».

COMITÉ RUSSELL EXIGE LIBERDADE PARA OTELO

Apurámos, entretanto, que uma delegação do Comité Russell para Portugal, presente entre nós de 9 a 15 de Fevereiro último, e composta de personalidades políticas e sindicais de toda a Europa, se deslocará brevemente ao nosso país para pedir «ao mais alto nível o julgamento e a libertação do general Otelo Saraiva de Carvalho e dos outros presos detidos desde o 25 de Novembro.

Segundo os membros desta segunda delegação (já se tinha deslocado a Portugal uma primeira delegação em fins de 1975), reina presentemente em Portugal uma «certa desorganização» e uma deterioração» das Comissões de Trabalhadores, em consequência dos acontecimentos de 25 de Novembro.

Major José Emílio da Silva, ex-ministro da Educação em Governos de Vasco Gonçalves

Assim, «nos bancos, ou no sector da Saúde, certas iniciativas, tal como a instituição de serviços gratuitos, têm tendência para recuar».

Sublinhando «a pressão cada vez mais forte da direita», os membros da delegação acham no entanto que após as eleições «se assistirá sem dúvida a um renovar das lutas dos trabalhadores».

Deficientes das Forças Armadas num quadro de adidos

. Os deficientes das Forças Armadas que tiverem optado pela continuação na situação do activo em regime que dispense plena validez são considerados adidos aos respectivos quadros, de acordo com portaria com data de 24 de Fevereiro, dimanada do Ministério da Defesa Nacional.

Segundo a portaria, que regulamenta o serviço activo que dispense plena validez, a mudança para os quadros ou especialidade diferentes daqueles a que pertenciam os D.F.A., será processada nos postos a que já tenham ascendido por promoção ou por graduação, mantendo essa antiguidade na nova escala para que transitem.

Outro ponto regulamentado pela portaria respeita aos militares que reúnam as condições de promoção ao posto imediatamente superior, mas não possuam aptidão física: neste caso, serão promovidos na altura que lhes competir, independentemente da verificação de aptidão física a realizar por junta médica.

A nova regulamentação estabelece ainda que os militares que optarem pela continuação na situação do activo em regime que dispense plena validez podem, mediante declaração, no prazo de um ano, passar à situação de reforma extraordinária se dos quadros permanentes, ou pensão de invalidez, se dos quadros de complemento ou não permanentes, sendo-lhes atribuída a pensão correspondente ao posto em que nessa data se encontrem promovidos ou graduados.

DESARMADOS TRÊS DRAGA-MINAS

Três draga-minas costeiros foram mandados passar ao estado de desarmamento por portaria dimanada do Conselho da Revolução.

Os draga-minas («Horta», «Vila do Porto» e «Velas») terão uma lotação especial no estado de desarmamento, composta por 14 elementos. Os efectivos da lotação serão progressivamente reduzidos do pessoal que se for tornando desnecessário.

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

MOÇÃO

Em face de toda a política antioperária desenvolvida no nosso país, que mais não visa senão abir caminho para a recuperação capitalista, derrubando uma a uma todas as conquistas dos trabalhadores, os Delegados Sindicais reunidos em Plenário no Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, no dia 24/2/76 aprovaram por aclamação o seguinte:

1.º — Exigir a publicação imediata do Decreto-Lei sobre o Controlo Operário.

2.º — Exigir a concessão de Credenciais a todas as Comissões de Trabalhadores de empresas em Autogestão.

3.º — Repudiar a Indexação salarial, pelas seguintes razões: a) É uma forma disfarçada de forçar os trabalhadores a consentirem na sua própria exploração, ainda mais acentuada.
b) Retira aos trabalhadores o seu poder reivindicativo, e consequentemente a sua força de classe.
c) Priva os trabalhadores da liberdade Sindical, arma mais forte pela qual é possível fazer frente ao capital.

4.º — Exigimos a livre contratação colectiva, único meio dos trabalhadores combaterem a inflação.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 1976

A DIRECÇÃO

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO E LEIXÕES

FORNECIMENTO ATÉ 2500 SACOS (125 TONELADAS) DE CIMENTO «PORTLAND NORMAL»

Na sede da Administração dos Portos do Douro e Leixões, Palácio da Bolsa, cidade do Porto, perante a Comissão para este fim nomeada, realizar-se-á, no dia 17 de Março de 1976, pelas 15 horas, concurso público para a adjudicação do fornecimento supracitado.

O depósito provisório de 3125$00 (três mil cento e vinte e cinco escudos) será efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, na filial, agências ou delegações ou directamente na Tesouraria da mesma Administração, no próprio dia do concurso, salvo se for apresentada garantia bancária, de igual valor, devidamente aprovada por despacho obtido através da Direcção-Geral da Fazenda Pública.

O depósito definitivo será de 5 % do valor da adjudicação.

O programa e condições do concurso estão patentes, todos os dias úteis, durante as horas normais do expediente, na Divisão de Secretariado da Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros desta Administração e da Secretaria-Geral do Ministério dos Transportes e Comunicações, em Lisboa.

A documentação a apresentar no concurso, salvo a guia de depósito provisório, não necessita de ser selada.

Administração dos Portos do Douro e Leixões, em 23 de Fevereiro de 1976.

Pel'O Presidente do Conselho de Administração

Alfredo H. de Oliveira Stoffel

Instituto de Aperfeiçoamento Técnico Acelerado

Orgulha-se d eter trazido a Portugal alguns dos maiores economistas e sociologistas de todo o mundo. Assim,

* MICHEL ROCARD, em 1974
* PIERRE EELSEN, em 1975 * JUSTO DE LA CUEVA ALONSO, em 1975
* MARGARITA AYESTARAN ARANAZ, em 1975
* HENRI SIMONET, em 1975 * CLAUDE CHEYSSON, em 1975

e, ainda há poucos dias, integrados num dos mais brilhantes e oportunos Seminários sobre Gestão e Administração de Empresas Públicas e Nacionalizadas :

* MICHEL ROCARD (de novo)
* PIERRE YVES COSSÉ * LUCIEN PFEIFFER
* MICHEL DUBOIS * GERARD MUNARI

E anuncia, com início em 15 de MARÇO, no HOTEL RITZ os Seminários de

● GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
Pelo Economista Francês Doutor CLAUDE DUFEUR
e de
● RELAÇÕES PÚBLICAS NA EMPRESA
Pelos Prof. Doutor Justo de la Cueva Alonso e Doutora Margarita Ayestaran Aranaz

DADO O NÚMERO RESTRITO DE VAGAS, AS INSCRIÇÕES INICIAM-SE HOJE E TERMINAM NO PRÓXIMO DIA 8

Informações e Inscrições no HOTEL RITZ (em LISBOA) — Tel. 68 41 31

BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
TINTURARIA GUANABARA Dep de confecções
Av. João XXI, 5 D — Rua Infantaria 16, 55 C — LISBOA
Telef. 726603 — Telef. 686864

Nacional

NOTA OFICIOSA

Relatório da Comissão Liquidatária da ex-Legião Portuguesa

Do Ministério da Administração Interna recebemos a seguinte nota oficiosa:

À semelhança do que se fez em relação à Comissão Liquidatária da ex-D.G.S., vem o M.A.I. proceder à divulgação pública de um resumo de actividades desenvolvidas pela «Comissão Liquidatária da Extinta Legião Portuguesa» que encerrou os seus trabalhos em 31 de Dezembro de 1975.

Pretende-se, assim, fornecer uma visão, embora rápida, da implantação territorial e da extensão das actividades, incluindo o potencial bélico, da ex-Legião Portuguesa.

Sublinha-se a particularidade da óptica pela qual a comissão liquidatária, criada pelo Decreto N.º 285/74 de 26 de Junho, encarou a ex-LP, já que nada teve a ver com o desmantelamento daquela organização, o qual competia a outras entidades. Estavam-lhe, sim, cometidas tarefas de liquidação do passivo e activo da ex-LP

Apresentam-se seguidamente os principais capítulos da actividade da Comissão Liquidatária.

INSTALAÇÕES

Da relação de instalações ocupadas pela ex-L.P. figuravam nada menos de 252 imóveis, alguns deles já desocupados à data de extinção daquela corporação.

A distribuição das instalações pelos 22 distritos do continente e ilhas adjacentes era a que se indica seguidamente: Lisboa 27, Aveiro, 13; Beja, 7; Bragança, 9; Braga, 15; Castelo Branco, 7; Coimbra, 15; Évora, 5; Faro, 11; Guarda, 11; Leiria, 10; Portalegre, 7; Porto, 17; Setúbal, 11; Tomar, 13; Viana do Castelo, 16; Vila Real, 9; Viseu, 24; Funchal, 5; A. Heroísmo, 7; Horta, 5; P. Delgada, 8.

Das 252 instalações referidas, 6 encontravam-se em 25 de Abril 74, já desocupadas e entregues aos seus proprietários, por desactivação mais ou menos recente dos respectivos núcleos legionários, sendo a seguinte a situação das 246 restantes: — 175 arrendadas, 1 subalugada, 70 gratuitas.

As 175 instalações arrendadas foram devolvidas aos respectivos proprietários em datas que mediaram geralmente entre 30 de Abril 74 a 31 de Julho 74, com excepção de 2, requisitados por entidades oficiais; prédio na Avenida Central, em Braga, atribuído ao respectivo Governo Civil, com destino à instituição «A Caridade», prédio na Avenida Luisa Tody, em Setúbal, para o Comando-Geral da P.S.P., com destino ao comando distrital da corporação.

O imóvel subalugado (ex-D.C.T. no Porto) foi cedido ao Ministério da Defesa Nacional para o S.N.P.C.

Das 70 instalações referidas como ocupadas pela ex-LP a título gratuíto, 2 foram devolvidas aos seus proprietários, 28 entregues às entidades oficiais e autarquias locais que as haviam cedido à ex-L.P. e as 40 restantes, pertencentes ao Estado, foram atribuídas a diversas entidades.

Salienta-se o destino de algumas das principais instalações da ex-L.P.

— Quartel da Penha de França, Lisboa — atribuído ao C. G. da P. S. P.: prédio da Tv.ª do Guarda-Mor, n.º 25, Lisboa — devolvido ao «Grémio Lusitano», como seu legítimo possuidor; Quartel do Castelo de S. Jorge, Lisboa — atribuído à Junta da Freguesia do Castelo; Forte da Giribita — atribuído ao Ministério da Marinha; prédio no Carvalhido, Porto — atribuído parte à R. M. do Norte e outra parte cedida, sob aluguer, à Associação dos Deficientes das Forças Armadas; Castelo do Queijo, Porto — atribuído à R.M. do Norte (para instalação de um possível museu militar); prédio na Rua Abade de Loureiro, Braga — atribuído ao M.E.I.C., com destino à Universidade do Minho; prédio no Largo da Misericórdia, em Évora — atribuído ao Ministério do Exército para o futuro «Club de Sargentos da Guarnição Militar de Évora».

Acrescenta-se que estas largas dezenas de imóveis afectados à ex-L.P. eram do mais diverso tipo, desde as magníficas instalações do Quartel-General da Penha de França, em Lisboa, até pseudo-quartéis que se confinavam apenas a uma sala, com pouco mais de uma mesa, um armário e um armeiro.

Com o aluguer de instalações despendia a ex-L.P. uma importância anual de 1 909 500 escudos (um milhão e novecentos e nove mil e quinhentos escudos), atribuída elas áreas dos respectivos comandos distritais, sendo de destacar, pelo seu volume, os distritos do Porto (375 600$00), Lisboa (257 400$00), Viseu (135 480$00) e Aveiro (127 200$00).

Como nota final, refira-se o facto de a grande maioria dos contratos de arrendamento da ex-L. P. serem apenas verbais.

Galeria de comandantes da ex-Legião Portuguesa

VIATURAS

Não pode a Comissão Liquidatária garantir com absoluta certeza o número exacto de viaturas existentes na antiga Legião Portuguesa, pois não foram encontradas as respectivas cargas mas tão-só relações isoladas. Julga-se, porém, não andar longe da verdade ao afirmar que a extinta corporação dispunha de 219 viaturas, excluindo bicicletas — estando cerca de 20 por cento em estado incapaz.

Procedeu-se à sua criteriosa distribuição por diversas entidades militares e civis, sendo de destacar a devolução ao Ministério do Exército de 48 viaturas (auto-metralhadoras Daimler e jeeps) que estavam, somente a título de empréstimo, ao serviço da ex-L.P., bem como a atribuição de uma ambulância a Timor e outra ao Hospital de Tarouca.

ARMAMENTO

Logo após o «25 de Abril» diversas unidades militares procederam à sua apreensão, vindo a fazer a respectiva entrega no Depósito Geral de Material de Guerra, em Beirolas e na sua delegação no Porto. Tal não evitou, no entanto, que esta Comissão Liquidatária tenha conhecimento do desaparecimento de algum armamento e munições.

Coligindo os elementos existentes nesta comissão, conclui-se terem dado entrada no D.G.M.G. cerca de 18 000 armas, das quais cerca de 14 000 espingardas, 1200 metralhadoras e pistolas metralhadoras, 2100 pistolas e revólveres, 5 lança-granadas foguetes e 49 caçadeiras, além de muitas granadas de mão, ofensivas e de instrução e milhares de munições diversas.

MATERIAL DE TRANSMISSÕES

Pode-se dizer que a ex-Legião Portuguesa dispunha de excelente material de transmissões no C. G. da Penha de França (Central de Comunicações e Escuta), a par de muito outro obsoleto nos restantes comandos distritais.

A referida Central de Comunicações e Escuta (Rádio) foi desmantelada, sendo a respectiva aparelhagem distribuída pelas seguintes entidades: Emissora Nacional, Serviço de Telecomunicações Militares, chefia do Serviço de Reconhecimento de Transmissões e P. S. P.

Dispunha ainda a ex-L.P. de cerca de uma dúzia de aparelhos emissores receptores issimulados em viaturas civis (geralmente Wolkswagens) e que estavam ao serviço dos F.A.C.'s (Força Automóvel de Choque).

Essas viaturas e respectivos rádios foram atribuídos ao Serviço de Telecomunicações Militares e à G.N.R.

O restante material de transmissões da ex-L.P., espalhado pelos comandos distritais, deu entrada na sua quase

Continua na pág. 18

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

Concurso de efectivos do CPES e ES

O plenário convocado para o dia 20 de Fevereiro não se realizou por falta de quorum, ficando adiado para o dia 5 de Março em local a indicar posteriormente.

Foram enviadas no dia 22 de Fevereiro circulares para todas as escolas do CPES e ES dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, contendo as propostas e estudos apresentados na Mesa para o plenário convocado no dia 20 e o texto do memorando entregue à SEAE no dia 22 de Fevereiro, informando do processo definido pelos professores presentes na Aula Magna no dia 20. **Apela-se aos delegados sindicais e professores do CPES e ES para que promovam reuniões de debate nas suas escolas em torno das propostas enviadas, mobilizando para uma presença massiva no plenário do dia 5 de Março.**

A COMISSÃO DIRECTIVA

BOA COLOCAÇÃO COM BOM VENCIMENTO

Obterá se frequentar os Cursos que se iniciam no **PRÓXIMO dia 2 de MARÇO**, de:

* Desenhador da Construção Civil
* Programação de Computadores
* Medidor Orçamentista Const. Civil
* Secretaria * Contabilidade
* Gestão e Administração de Empresas
* Marketing e Técnica de Vendas
* Relações Públicas
* Perfuração-Verificação (IBM) (individual)
* Decoração de Interiores

A ÚNICA EMPRESA QUE ASSEGURA ESTÁGIO

Os nossos alunos beneficiam, em vários países, de BOLSAS DE ESTUDO e reconhecimento oficial dos seus cursos.

INSTITUTO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO ACELERADO

Rua Nova do Almada, 81, 3.º—LISBOA—Tel. 32 55 77
No PORTO — Rua Passos Manuel, 44 — Tel. 25007

Em PORTIMÃO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na CASA INGLESA

Nacional

PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

Seis listas para um sindicato

Seis listas concorrem às eleições para a Direcção do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa (distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém). Salta à vista a pulverização que a classe sofre não sendo estranho a este facto a desmobilização dos professores e a desorganização e fragilidade de estruturas do sindicato o que as listas (mesmo a afecta à actual C.D.P.) são unânimes em reconhecer. Em medidas pontuais conseguem a concordância a quase totalidade das listas. Se se dividem entre o apoio à Intersindical, a reserva e recusa a esta, apoio e repúdio à unicidade, já são concordantes na urgência da elaboração de um projecto de Estatuto de Professor. Para os temas quentes (colocação dos professores) já as opiniões divergem. Quanto à inserção da escola na comunidade é aceite por todas as listas concorrentes mas como é óbvio em perspectivas diferentes segundo as directrizes ideológicas que lhes assistem.

Com peso: as críticas à política educacional do M.E.I.C. e à C.D.P. do Sindicato dos Professores que acusam de se transformar numa máquina burocrática e veicular-se a interesses partidários.

LISTA A: UNIR, ORGANIZAR, TRANSFORMAR

Com a sigla «Unir os professores, organizar o Sindicato, transformar o Ensino», o programa da lista A aponta para a definição do Estatuto de Professor, reorganização sindical e intervenção dos professores na definição política progressista do ensino, bem como intervenção dos mesmos ao lado dos outros trabalhadores para uma consolidação da democracia.

No seu balancete, lembra a lista A o que foram as actividades do Sindicato e quais as reivindicações satisfeitas. A título de exemplo: reajustamento da letra, pagamento nas férias aos professores provisórios, revisão do contrato colectivo de trabalho dos professores do ensino particular e revisão do sistema de contagem do tempo de serviço docente.

Nos seus princípios gerais a lista A que defende a necessidade de uma Frente de Acção Sindical, reafirma alguns pontos que fazem parte do articulado das Bases de uma Reforma para o Ensino Superior, elaborado no V Governo e que chegou a ser aprovado pelo C.R. designadamente acesso a uma formação superior, criação de centros regionais de apoio e investigação científica, estruturação da Universidade Aberta.

Defendendo a reforma aos 60 anos de idade ou após 35 anos de serviço, a lista A avança a necessidade da ligação dos professores ao movimento popular e a urgência na tomada de medidas concretas para os vários graus de ensino do pré-primário ao superior.

Defende a criação da F.E.S.I.P. (Federação do Sindicato dos Professores), apoia a unicidade, a existência de uma Central Sindical Única e a ligação à Intersindical.

A UNIR OS PROFESSORES ORGÂNIZAR O SINDICATO TRANSFORMAR O ENSINO

B MOBILIZAR COMBATER UNIR POR UMA PRÁTICA SINDICAL ANTICAPITALISTA

C PELA DEMOCRACIA PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

D POR UM SINDICATO DE PROFESSORES DEMOCRÁTICO E INDEPENDENTE

E UNIR OS PROFESSORES PÔR A ESCOLA AO SERVIÇO DO POVO TRABALHADOR

F POR UM SINDICATO ÚNICO E DEMOCRÁTICO PELA ESCOLA NOVA LUTA! UNIDADE! VITÓRIA! LISTA DE UNIDADE ANTIFASCISTA E ANTI-SOCIAL-FASCISTA

LISTA B: MOBILIZAR; COMBATER, UNIR

«Cúpula sindical, reformista e controleira» — assim é definida pela lista B a C.D.P. do Sindicato dos Professores acusada de ter montado uma máquina burocrática de preferência à defesa da classe.

A actuação da C.D.P., por esta ordem de ideias, apenas conduzirá à «desagregação definitiva do nosso sindicato». Alerta, porém, a lista para o perigo do «trade-unionismo» tão característico de alguns programas vencedores em sindicatos de serviços.

Com uma orientação anticapitalista — asseguram as bases programáticas da lista B — defendem uma acção sindical independentemente de ingerências partidárias, exigem a revogação da lei da greve, o fim do trabalho eventual, a criação de condições de trabalho, a nacionalização do Ensino Particular e a luta contra o desemprego e aumento de custo de vida.

LISTA C: PELA DEMOCRACIA E INDEPENDÊNCIA

Actividade da C.D.P.: «nefasta, antidemocrática, golpista e desmobilizadora» — acusa a lista C que se apresenta sob a sigla «Pela democracia! Pela independência nacional!»

No campo sindical propõe-se «construir a unidade sindical repudiando quer a unicidade na lei, quer o pluralismo». Defensora de uma Central única e forte a lista C recusa a actual Intersindical e exige a revogação dos decretos que impõem a unicidade.

No seu programa de acção inscrevem-se medidas como a elaboração de um projecto de Estatuto de Professor, acções de reciclagem e a colocação dos professores antes do início das aulas.

LISTA D: A NECESSIDADE DE UM SINDICATO

«Por um sindicato dos professores democrático e independente» assim se assina a lista D, que constatando a desmobilização da classe, opina que «os professores gritam a necessidade de um sindicato» Entre o que a lista defende salienta-se: Central Sindical Única que permita a expressão de várias correntes de opinião, direito de tendência; no que recusa ressalta o repúdio da unicidade imposta pela lei.

Defendendo uma política global de ensino que elimine «o elitismo e contribua para a construção de uma sociedade socialista», nas suas reivindicações imediatas a lista D defende a redução do leque salarial e o projecto do Estatuto de Professor, o direito ao trabalho por período nunca inferior a cinco anos, e (o que nos parece irrealista ou então um pouco eleitoralista) «a criação de um gabinete de apoio em cada escola constituído por um médico, uma enfermeira, um assistente social e um psicólogo».

Finalmente, exige a revogação das «três leis»: dos despedimentos, da greve e das associações sindicais. Nega qualquer «representatividade e legitimidade às actuais estruturas autoeleitas da Intersindical», apoia a criação de um boletim do Sindicato e defende a realização de um Congresso do Sindicato dos Professores.

LISTA E: UNIR OS PROFESSORES

Reconhecida a desmobilização da classe e a desagregação da vida sindical, denunciadas as alianças da C.D.P. com o M.E.I.C., a lista E sob a sigla «Unir os professores — pôr a escola ao serviço dos trabalhadores», propõe nos seus objectivos imediatos o fim do trabalho eventual e propõe-se reivindicar a criação de cursos de formação pedagógica e científica actualizada para todos os professores que controlariam a orgânica e funcionamento desses cursos. Defende: a redução do leque salarial e a actualização constante dos vencimentos.

Quanto à situação actual do ensino que a lista E considera caótica, é assim descrita: «uma tremenda carência de edifícios escolares; muitas escolas arruinadas e superlotadas, não oferecendo quaisquer condições de trabalho; cortes drásticos nas já de si exíguas verbas orçamentais destinadas ao ensino como, por exemplo, nas escolas superiores; lançamento de reformas improvisadas, como o 7.º ano unificado, sem estarem realizadas as condições mínimas quer materiais (equipamento escolar), quer humanas (preparação dos professores) completa ausência de apoio pedagógico a todos os professores ao longo do ano; descalabro total do sistema de colocação dos professores, com a consequente perturbação de toda a vida escolar».

LISTA F: PELA ESCOLA NOVA

Libelo acusatório anti-P.C. e anti-C.D.P., o extenso programa apresentado pela lista F sob a sigla «Por um sindicato único e democrático! Pela Escola nova», dá especial relevo à situação política do País e anuncia «o avanço impetuoso da Revolução».

Considera a Intersindical «traidora», é contra a verticalização do sindicato e é de opinião que é falsa a alternativa do pluralismo sindical ou unicidade sindical.

Propõe a ligação aos órgãos de vontade popular e a existência de contratos com a duração de três anos. Quanto ao ensino particular, a lista F defende que o «Estado deve apoiar os estabelecimentos de ensino particular» onde eles, por ausência ou escassez do ensino oficial, sejam necessários.

C.A.P. ganha terreno no Nordeste

MIRANDELA, 26 — Repetiram-se os ataques à Reforma Agrária e ao ministro Lopes Cardoso na reunião de lavradores transmontanos ontem efectuada no Cine-Teatro de Mirandela. Usaram da palavra pessoas da região e ainda dois elementos da C. A. P., Sá Meneses e José Casqueiro, além de lavradores da região de Rio Maior, também presentes em Mirandela. Em relação ao ministro Lopes Cardoso foi comum a todos os oradores um voto de desconfiança que, todavia, afirmaram não ser extensivo ao Primeiro-Ministro e ao VI Governo Provisório. No final, foi aprovado por todos os presentes a seguinte moção: «Quatro mil agricultores de Trás-os-Montes reunidos no seu primeiro plenário em Mirandela, depois de aprovarem os estatutos da Federação de Agricultores Transmontanos, decidem unir-se aos restantes agricultores portugueses na Confederação de Agricultores de Portugal. Exigem que a C. A. P. actue junto do Governo de forma a garantir a imediata revisão do preço dos produtos agrícolas, carne, leite, cereais, madeiras, etc. Exigem que a C. A. P. actue junto do Governo para que aos agricultores seja garantida a assistência social, pois são a classe mais desfavorecida em Portugal e das que mais trabalham. Exigem a extinção das comissões liquidatárias dos ex-grémios e a sua integração completa nas cooperativas ou associações de agricultura locais. Exigem que a lavoura regional seja auscultada para a reestruturação do complexo agro-industrial do Cachão. Exigem a reestruturação dos serviços regionais agrícolas oficiais, e definição clara e imediata das suas atribuições, com quadros técnicos da confiança da lavoura. Exigem que a legislação sobre a Reforma Agrária seja elaborada pela Assembleia Constituinte.»

Como se conclui da presente moção aprovada em Mirandela, a Federação dos Agricultores Transmontanos fica integrada na C. A. P. significando, portanto, que será este último organismo, em derradeira instância, o representante da agricultura daquela província do Norte do País.

Pararam os Serviços de Água

PORTO, 26 — Paralisaram esta manhã, entre as 8 e as 10 horas, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Porto. A paralisação deve-se ao facto de os trabalhadores considerarem que há discriminação nos critérios do Ministério da Administração Interna sobre a actualização de vencimentos por letra.

Esgotadas outras diligências, e como forma de luta, os Serviços paralisaram

COMERCIANTES DE PEIXE CONTESTAM SECRETARIA DE ESTADO

A Associação dos Comerciantes de Pescado, numa circular enviada ao Governo contesta as afirmações recentes da Secretaria de Estado das Pescas segundo as quais «os armazéns frigoríficos da Docapesca estavam repletos de peixe pertencentes aos comerciantes enquanto o produto faltava no mercado».

Recusando assumir as responsabilidades dos problemas que afectam o sector pesqueiro, a Associação considera que é ao Governo que incumbe efectivamente a responsabilidade da marcha deficiente da pesca nacional, na medida em que ele «parece incapaz de resolver (...) as realidades que caracterizam o sector».

No que se refere à tabela exarada em Decreto-Lei N.º 79/76 de 27 de Janeiro de 1975, a Associação contesta a possibilidade de os consumidores serem tratados num plano de igualdade em qualquer ponto do País no que respeita aos preços estabelecidos. No que se relaciona com este problema concreto a Associação interroga-se sobre «qual será a entidade pública ou privada que virá a suportar as despesas com o transporte dos produtos para as zonas mais afastadas. A não ser que o Estado — prossegue a Associação — chame a si a tarefa da distribuição e as consequentes despesas, não vemos como se poderá vender, em igualdade de preço, o mesmo produto, seja em Lisboa, seja em Miranda do Douro, tendo em linha de conta que o transporte, até por se tratar de peixe congelado, terá que ser efectuado em carros frigoríficos.

Ainda na circular, a Associação considera «não ser imaginável» que o retalhista veja diminuída a sua «já magra percentagem de lucro» com o pagamento dos transportes.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS DO SUL

CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO VERTICAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA E PETROLÍFERA

Convocam-se os colegas e Delegados Sindicais do Sector, para uma reunião a realizar no dia 27/2/76, pelas 21H00, na sede do SETS — Rua Jardim do Regedor, 37-2.º, Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Discussão do anteprojecto do CCTV da Indústria Química e Petrolífera; clausulado geral a partir da cláusula 15.ª inclusive.

A Direcção

PUB

Sindicato Nacional dos Agentes Técnicos Agrícolas

COMUNICADO

Foram publicados no «Diário do Governo», n.º 43 — III Série de 202/76 os Estatutos que regularão o funcionamento deste Sindicato, que engloba os diplomados com os cursos de Feitor Agrícola, Agente Rural e Geral de Agricultura.

Paiã, 25.2.76.

Pel'A Comissão Directiva Provisória

Artur David das Mercês Duarte

PARA O SEU LAR
QUADROS A ÓLEO
LINDAS PAISAGENS
FRUTAS E FLORES
BONS PREÇOS
A. VENCEDORA
Rua de S. Lázaro, 127-A

PUB

Empresa das Águas Minero-Medicinais de Caldelas, S. A. R. L.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da Lei e dos Estatutos, é convocada a Assembleia Geral Ordinária desta Empresa, para reunir na sede social, em Caldelas, no dia 27 de Março de 1976, pelas 12 horas, a fim de:

a) Discutir, aprovar ou modificar o Relatório, Balanço e Contas da Administração e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1975.

b) Eleger os membros da Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, para o triénio de 1976/78, de harmonia com o art.º 17 dos Estatutos.

Caldelas, 19 de Fevereiro de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Luís Nunes da Ponte

COMPANHIA ELÉCTRICA DO ALENTEJO E ALGARVE – CEAL

SEDE: Rua de D. Francisco Manuel de Melo, n.º 23-A, 5.º 6.º e 7.º — LISBOA-1

CAPITAL 70.000.000$00

Tendo-se procedido em 28 de Janeiro p. p. ao sorteio de obrigações desta Companhia de 5 %, 1959, foram extraídos os seguintes números:

OBRIGAÇÕES DE 5% — 1959

33133 34052 34289
34385 34427 36112
36409
34801 a 34900

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1976.

A Comissão Administrativa da Comp. Eléctrica do Alentejo e Algarve C E A I

Francisco Pessoa Sousa Dias
João Lemos Didier

PUB

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CENTRO

ASSEMBLEIA GERAL

SESSÃO ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do n.º 3, do Artigo 22.º dos Estatutos, convoco todos os Sócios deste Sindicato, no pleno uso dos seus direitos sindicais para uma ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar no Salão do INATEL, Rua António Granjo, 6, em Coimbra, no dia 27 de Fevereiro de 1976, pelas 21 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO ÚNICO — Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal.

Coimbra, 18 de Fevereiro de 1976.

Pel'O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Graciano Nogueira Cabral
1.º Secretário

NOTA: — Nos termos do Art.º 26.º a Assembleia Geral terá início à hora marcada com qualquer número de sócios.

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

MOÇÃO

Porque até hoje em Portugal a Previdência não passou de uma obra de fachada, que para além de não abranger toda a população activa também não correspondia às necessidades das massas trabalhadoras, tanto no campo assistencial como na parte seguradora, é necessário e urgente que os trabalhadores tomem medidas tendentes à criação de uma verdadeira Previdência ao serviço do povo.

Assim, os Delegados Sindicais reunidos em Plenário no Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, no dia 24/2/76, aprovaram por aclamação a seguinte moção:

1.º — **Repudiamos a política de saneamento levada a efeito nas Comissões Administrativas das Caixas de Previdência e todo o tipo de estatização que leve à perda das conquistas alcançadas pelos trabalhadores.**

2.º — **Exigimos que seja reconhecido aos trabalhadores, o Controlo efectivo da Previdência,** única forma de a pormos ao serviço do povo em geral.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 1976

A DIRECÇÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do artigo 13.º n.º 5 alínea a) dos Estatutos, convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar no dia 26 de Fevereiro de 1976, pelas 21 horas no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Discutir e decidir da posição do Sindicato sobre a estatização da Previdência.

Nota:

1) Nos termos do n.º 7 do artigo 13.º esta Assembleia Geral Extraordinária só poderá realizar-se se estiverem presentes dois terços dos requerentes;
2) Os requerentes deverão assinar, à entrada do Pavilhão, lista própria de presenças;
3) A apresentação do cartão de sócio ou documento que o substitua é imprescindível para a entrada nas instalações.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 1976 **O Presidente da Mesa da Assembleia Geral**
JOSÉ LUÍS PACHECO GASPAR

Nacional

Gás butano

Abastecimento normalizado

«A situação está praticamente normalizada», diz um comunicado da Secretaria de Estado da Energia e Minas, emitido a propósito das «fortes perturbações no abastecimento de gás butano engarrafado» ocorridas nos meses de Dezembro e Janeiro últimos. Acrescenta a nota que, no entanto ainda se verificam pequenos atrasos, «sobretudo na periferia de Lisboa, os quais estão a ser rapidamente eliminados.»

Diz a Secretaria de Estado da Energia e Minas que essas «perturbações» não foram devidas a falta de gás no país, «mas sim a particularidades inerentes à distribuição», que enumera, indicando em seguida alguns dos factores que contribuiram para as faltas verificadas, como o «aumento de consumo anormal, por acréscimo substancial de contratos firmados pornovos consumidores» e a «retenção pelos consumidores de garrafas quer cheias quer vazias, com temor de falta de gás ou de elevação de preços».

O comunicado diz ainda que o referido departamento governamental «está a envidar todos os esforços para resolver os problemas que cabem na sua competência de forma a que se não repitam as perturbações verificadas ultimamente.» E termina apelando para que, «no interesse do próprio consumidor este não retenha garrafas de gás, além das absolutamente indispensáveis».

PUB

Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos

MOÇÃO

APROVADA PELOS SINDICATOS METALÚRGICOS DE: ALENTEJO, AVEIRO, BRAGA, BRAGANÇA, CASTELO BRANCO, COIMBRA, FARO, FUNCHAL, GUARDA, LEIRIA, LISBOA, PORTALEGRE, PORTO, SANTARÉM, SETÚBAL, VIANA DO CASTELO E VISEU

CONSIDERANDO:

1 — Que em 17 de Dezembro de 1975 a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos propôs uma entrevista ao Ministro Tomás Rosa sem que até à data lhe tenha sido dada qualquer respota;

2 — Que em 6 de Fevereiro de 1976 a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos propôs ao ministro Tomás Rosa e ao seu Secretário Dr. Marcelo Curto nova entrevista para tratar do Contrato Colectivo Vertical Nacional da Metalurgia e Metalomecânica sem que, até hoje, Suas Excelências se dignassem receber os representantes dos Metalúrgicos Portugueses.

As Direcções dos Sindicatos Metalúrgicos Portugueses reunidas em 18 de Fevereiro de 1976, decidem:

I — Repudiar a atitude do ministro Tomás Rosa e do Secretário de Estado Dr. Marcelo Curto sempre de braços abertos para receber os patrões ao mesmo tempo que se recusam a receber os representantes dos operários metalúrgicos portugueses;

II — Exigir uma audiência ao Ministro Tomás Rosa e ao Secretário de Estado Marcelo Curto afim de tratar dos problemas dos metalúrgicos nomeadamente os ligados ao C.C.T. Vertical da Metalurgia e Metalomecânica;

III — Face à gravidade dos problemas a tratar e à urgente necessidade de lhes dar solução os Dirigentes metalúrgicos entendem que essa entrevista deve ter lugar até ao próximo dia 24 do corrente.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1976

NOTA: Esta moção foi entregue ao Ministério, em 19 de Fevereiro, pelos Dirigentes Metalúrgicos de todo o País. Até hoje, 25 de Fevereiro, não recebemos qualquer resposta.

FEIRA DO TURISMO

STANDS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

DIA 26, das 17 às 19 horas
DIAS 27, 28 e 29 das 13 às 19 horas

GALERIAS DO HOTEL RITZ

RUA JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR — LISBOA

Trabalho

Muitos trabalhadores convocados por vários Sindicatos não puderam entrar na F.I.L., cuja porta estava cercada pela Polícia

COMÍCIO NA F.I.L.

Polícia à porta desmobilizou alguns

Uma força policial aparatosa cercou ontem à tarde os acessos o Pavilhão da Feira Industrial de Lisboa, não permitindo que nele entrassem os trabalhadores que pretendiam participar na concentração-comício marcada para as 19 horas por várias organizações sindicais, nomeadamente os sindicatos dos Metalúrgicos, Químicos, Construção Civil, Rodoviários, Transportes Colectivos, todos estes de Lisboa, e ainda Electricistas do Sul, Têxteis, Lanifícios e Vestuários do Sul e Ferroviários do Centro. A cintura Industrial de Lisboa e o Conselho de Trabalhadores da Zona Ocidental de Lisboa também aderiram à iniciativa.

Segundo declarou à Anop um elemento da comissão organizadora alargada que para o efeito foi constituída, o dispositivo policial surpreendeu muito desagradavelmente os milhares de trabalhadores que convergiram para a Feira das Indústrias, desmobilizando grande parte deles que supuseram não ser possível a concentração anunciada. De facto, e ainda segundo o mesmo relato, só por volta das 19 e 40 horas a força policial retirou após contactos telefónicos com o ministro da Administração Interna e com o Governador Civil de Lisboa. A estas entidades os elementos da Comissão Organizadora manifestaram a sua apreensão pelo que estava a acontecer, na medida em que as reuniões promovidas por sindicatos, ao contrário do que sucede com os partidos políticos, não necessitavam até agora de autorização oficial. E isto, porque o Governo Civil teria argumentado que a presença das forças policiais se devia exactamente à circunstância dos organizadores da concentração não terem solicitado superiormente autorização.

Só praticamente uma hora depois o comício se iniciou. Com o receio de qualquer confrontação com as autoridades, muitos trabalhadores já se haviam retirado.

No uso da palavra um representante do Sindicato dos Químicos apelou para a união de todos os trabalhadores, «contra as medidas antipopulares promulgadas pelo Governo», que considerou ao serviço das classes exploradoras. Acusou depois o Ministério do Trabalho de beneficiar o patronato e manifestou-se ainda contra o congelamento da contratação colectiva, que, disse, «na prática significa o mesmo que a proibição do direito à greve, abrindo caminho para a recuperação dos capitalistas e dos latifundiários».

Antes falara um membro do Conselho de Trabalhadores da Zona Ocidental de Lisboa, cuja intervenção versou sobretudo o aumento do custo de vida, assistindo-se logo após à aprovação, por aclamação, de uma moção de apoio ao reconhecimento da República Popular de Angola e ao Presidente da República, general Costa Gomes. Depois da intervenção do representante do Sindicato dos Químicos, foi lida uma «mensagem dos trabalhadores expulsos da Rádio Renascença» que anunciou para dentro de poucos dias a criação legal de uma Cooperativa Popular de Informação.

Seguidamente um elemento da Comissão Provisória da Cintura Industrial de Lisboa fez também um apelo à unidade entre todos os trabalhadores, afirmando a dado passo: «Tenhamos a coragem de não baixar os braços perante a ofensiva capitalista e reaccionária que ameaça o nosso país».

GOVERNO CIVIL JUSTIFICA

Eis o comunicado do Governo Civil face aos acontecimentos ocorridos na FIL:

1.º Foi amplamente divulgada na Imprensa a convocatória duma concentração-comício a realizar em 25 de Fevereiro nas instalações da FIL.

2.º A natureza das organizações que se indicavam como promotoras de tal manifestação deixava antever que fossem rigorosamente observadas as disposições legais reguladoras do exercício do direito de reunião, conforme, aliás, se verificara anteriormente em relação às mesmas entidades.

3.º Tal não sucedeu, porém, tendo-se verificado falta da comunicação, que, nos termos legais, deveria ter sido antecipadamente apresentada no Governo Civil.

4.º Verificado assim o incumprimento das disposições legais e tendo-se criado legítimas dúvidas sobre o possível significado daquela omissão, tomaram as autoridades de segurança as medidas que estão previstas para garantir, em tais casos, o respeito da ordem democrática.

5.º Tendo-se entretanto, os promotores do comício apresentado no Ministério da Administração Interna e posteriormente neste Governo Civil, e verificado que não existia oposição entre o espírito da lei e as declaradas intenções dos promotores, as autoridades anuiram à realização do comício.

6.º Torna-se desnecessário insistir em que está plenamente garantido o exercício do Direito de Reunião, nos termos da lei em vigor, cujo espírito aponta no sentido de facilitar o seu exercício e não no de lhe opôr dispensáveis entraves.»

HOJE: CONCENTRAÇÃO EM MOSCAVIDE

Em Moscavide, logo à noite, vai realizar-se mais uma concentração-comício de protesto contra o aumento do custo de vida, o congelamento de salários, o regresso dos patrões e o terrorismo, promovida pela comissão organizadora alargada de 17 de Janeiro.

«Para resistirmos à ofensiva da direita, que visa roubar-nos as conquistas alcançadas durante meses e meses de luta, teremos de nos unir e organizar», lê-se na convocatória, subscrita por oito dos principais sindicatos operários da zona sul, pela organização da Cintura Industrial de Lisboa, e pela Assembleia Popular da 7.ª Zona.

O comício inicia-se às 21 horas, no Pavilhão Atlético de Moscavide.

METALÚRGICOS

A greve mantém-se

«Só serve para desmobilizar e dividir» — afirmou-nos esta manhã um dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Lisboa, em relação à nota oficiosa do Ministério do Trabalho, que garante o início das negociações para o restante clausulado do contrato colectivo de trabalho, com uma reunião no próximo dia 1

«Só se for uma reunião entre o Ministério e os patrões. Nós, os trabalhadores, ainda não fomos convocados» — prosseguiu o mesmo dirigente. Mantém-se, assim, a greve convocada para esta tarde, entre as 15 e as 17 horas.

Entretanto, os metalúrgicos socialistas já divulgaram a sua disposição de não aderir à greve, considerando que esta paralisação tem «objectivos puramente divisionistas».

Marcelo Curto anuncia novo sistema de credenciais

«O Ministério do Trabalho deixa de passar credenciais que permitam às comissões de trabalhadores executar os actos administrativos das respectivas empresas. Esta função passará, a partir de agora, para a competência dos Ministérios com jurisdição sobre o sector de actividade das empresas» — anunciou ontem, no decurso de uma conferência de Imprensa, o secretário de Estado do Trabalho, dr. Marcelo Curto, o qual classificou esta decisão de «uma viragem na orientação do Ministério do Trabalho relativamente ao problema das credenciais».

O secretário de Estado do Trabalho esclareceu que as empresas possuidoras de credenciais tinham sido divididas em duas categorias: as empresas contestadas pelas entidades patronais, cujos pedidos de renovação serão prorrogados por 60 dias, a fim de possibilitar que os processos possam ser estudados e despachados pelos respectivos Ministérios, e as empresas cujos antigos proprietários não as tenham contestado, receberão uma nova credencial, também ainda passada pelo Ministério do Trabalho, válida até 31 de Maio.

Depois de acentuar que o seu Ministério nunca entregou nenhuma empresa aos patrões», o dr. Marcelo Curto salientou mais adiante que «é público e notório que os partidos de direita, nomeadamente o CDS, se preparam para contestar as próprias nacionalizações». Também em relação ao congelamento da contratação colectiva, esclareceu o dr. Marcelo Curto, a direita em geral interpretou esse decreto-lei como um instrumento que visava a defesa dos seus interesses, mas que «isso nunca esteve nos propósitos do Ministério do Trabalho».

ATÉ AGORA: CEM CONTESTAÇÕES

O secretário de Estado do Trabalho disse que até agora só tinham sido recebidas no seu departamento cem contestações da parte de antigas entidades patronais, «provavelmente as empresas com maior viabilidade económica, ou pelo menos, de viabilidade económica mais imediata».

Os Ministérios que terão a seu cargo mais processos relativos a credenciais serão por ordem decrescente, o da Indústria, do Comércio Externo e Turismo, do Comércio Interno, havendo no entanto mais departamentos governamentais que terão de resolver sobre o assunto. Haverá, por outro lado, dentro em breve uma resolução do Conselho de Ministros, relativa aos critérios que deverão ser adoptados para a emissão de credenciais, na tentativa de evitar possíveis desigualdades no tratamento a dar aos diveros casos.

NO PORTO

Credenciais em debate

O secretariado das empresas em autogestão e cooperativas, juntamente com diversos sindicatos reunem amanhã na Faculdade de Engenharia do Porto a fim de debater o problema das credenciais, analisar a situação daquelas empresas e cooperativas e decidir das medidas a tomar. Este problema está a agravar-se com a aproximação do fim do corrente mês, data limite para a resolução deste problema das credenciais por parte do Governo. Como temos noticiado estão em causa os postos de trabalho de algumas dezenas de milhares de trabalhadores de algumas centenas de empresas que se têm mantido graças ao esforço desenvolvido pelos trabalhadores que obstaram ao seu encerramento. A passagem de credenciais tem sido encarada como da maior urgência uma vez que se levantam problemas jurídicos, dificuldades da banca e ainda dos fornecedores que carecem de solução com vista a permitir o funcionamento normal e as legais relações económicas dessas empresas.

Elementos daquele secretariado avistaram-se esta semana com o comandante Martins Guerreiro, do Conselho da Revolução que se mostrou muito interessado pelo problema, segundo nos informou ainda aquele secretariado.

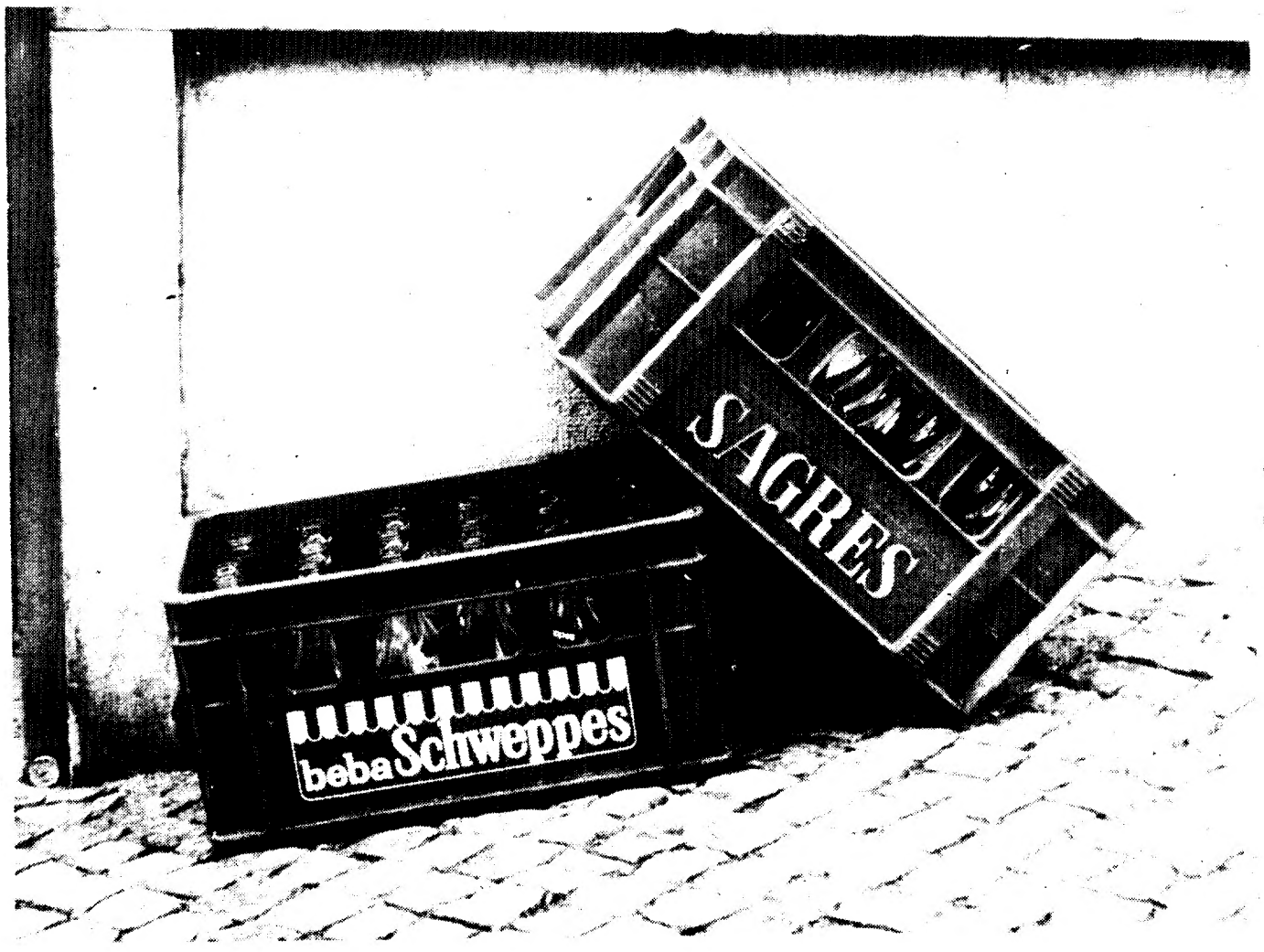
O secretariado daquelas empresas, diversos sindicatos e uma equipa de juristas procederam entretanto à elaboração de um anteprojecto de decreto-lei que será discutido na reunião de amanhã e que visa ser apresentado como alternativa dos trabahadores a outro projecto que estaria em elaboração sobre este caso. Segundo esse mesmo anteprojecto prevê-se que os trabalhadores possam assumir a gestão de uma empresa privada «sempre que os seus gerentes ou administradores a abandonem sem causa legítima e ainda quando a respectiva gestão por exercida de modo a pôr em sérios riscos a sobrevivência da empresa ou constitua grave ameaça de redução e postos de trabalho».

Nomeadamente, nesta última hipótese, nos casos já previstos em legislação anterior. Prevê-se ainda no anteprojecto que irá ser discutido, que a gestão dos trabalhadores naqueles casos seja precedida «de inquérito ordenado pelo ministério a que respeupeita a actividade económica da empresa».

Patrões afastados constituem União...

Está em organização, segundo anúncios que vêm publicados na Imprensa diária, a «União dos Empresários com Fábricas Ocupadas» (U.E.F.O.), em que se afirma: «Se tens a tua fábrica ocupada esoreve-nos, temos de lutar para nos ser entregue aquilo que nos usurparam». O secretariado das empresas em autogestão referiu-nos este problema em correlação com as demoras que se verificam quanto às credenciais, e acrescentou-nos que decorrem ainda entrevistas com representantes de diversos Ministérios.

Nacional



SOCIEDADE CENTRAL DE

Comissão d apurou irreg

A luta iniciada pelos trabalhadores da Sociedade Central de Cervejas originou a nomeação duma comissão de inquérito às actividades e gestão da empresa cujo relatório foi entregue ao Conselho da Revolução em 30 de Julho do ano passado. Apesar das conclusões terem revelado a existência de irregularidades administrativas que punham em risco a sobrevivência da empresa e de crimes praticados com a importação, exportação e aplicação de capitais, não foi tomada qualquer decisão definitiva pelo Governo, até este momento. Segundo notícias recentes o Conselho da Revolução enviou ao Conselho de Ministros os relatórios que lhe foram entregues pela Comissão de Inquérito.

Os trabalhadores continuam porém a aguardar que o Governo dê seguimento à proposta de nacionalização do sector da indústria de produção de cerveja. Os atrasos verificados na solução definitiva estão a comprometer a unidade dos trabalhadores, a degradar a situação económica deste sector de actividade, especialmente das novas empresas produtoras, a pôr consequentemente, em risco, o emprego dos trabalhadores e a facilitar o regresso dos capitalistas que estão neste momento, a exercer uma forte pressão para ocupar os seus antigos postos, a partir dos quais exploravam os trabalhadores e cometiam toda a espécie de fraudes, com prejuízo do povo português.

A Sociedade Central de Cervejas e a Companhia União Fabril do Porto pertencentes ao mesmo grupo capitalista detiveram o monopólio da produção de cerveja até Abril de 1972. Estas empresas continuam, apesar de o seu monopólio ter acabado legalmente com a licença de construção de mais três empresas, a dominar o sector, pois detêm uma capacidade de produção instalada de 323 milhões de litros, cerca de 76 por cento do total de 423 milhões de litros de cerveja que podem ser produzidas pelas unidades de produção autorizadas.

A posição monopolista que a Sociedade Central de Cervejas, cabeça do grupo, teve durante dezenas de anos permitiu uma forte implantação no mercado que lhe deu não só o controlo do capital, como o da produção e da comercialização em todo o território nacional. Em 1974 por exemplo, a Sociedade Central de Cervejas e a Companhia União Fabril do Porto venderam cerca de 91 por cento da cerveja consumida no País. Só não venderam mais porque não conseguiram abastecer todos os sectores do mercado que dominam, nos períodos de ponta.

O monopólio da Sociedade Central de Cervejas no respectivo sector de produção pode ser apontado como um caso exemplar das estruturas económicas capitalistas. Na verdade a análise da actuação da sua administração ultrapassa os simples limites da análise financeira e económica da empresa e da sua posição no sector, como oportunamente referiremos.

Em resumo e segundo as conclusões a que chegou a «Comissão de Análise e Inquérito à situação económico-financeira do grupo de que faz parte a Sociedade Central de Cervejas», podem resumir-se nos seguintes pontos as irregularidades detectadas até este momento:

— As dificuldades financeiras em que a empresa se encontra são a consequência directa da má gestão do Conselho de Administração como se pode exemplificar pelos seguintes números: Entre 1965 e 1974 a Sociedade Central de Cervejas pagou aos seus administradores-accionistas cerca de 450 mil contos em dividendos e remunerações, emprestou a outras empresas do grupo, quase sempre gratuitamente, cerca de 310 mil contos, investiu na compra de outras empresas, muitas delas sem interesse económico, cerca de 350 mil contos enquanto se endividava ao ponto de, em 31 de Dezembro de 1974, dever um milhão e 400 mil contos, dos quais 900 mil à banca. Nos últimos anos a empresa não pagou totalmente os seus impostos, distribuindo dividendos de lucros que não existiam, procedimento que foi ainda mais grave quando no fim de 1974, foi desviada grande parte de um empréstimo externo para pagamento de dividendos.

— A Sociedade Central de Cervejas serviu desde sempre para pagar os «negócios» do grupo, sendo os lucros distribuídos pelos administradores-accionistas muitas vezes. Por exemplo a participação de 30 por cento do grupo na empresa angolana NOCAL, foi paga pela SCC, mas em benefício exclusivo da Portugália, Estrela, Jansen e seus accionistas.

— Os administradores do grupo cervejeiro nunca tiveram qualquer problema em prejudicar o País ou agir ilegalmente. Deste modo transferiram para o Brasil ilegalmente, mais de 100 mil contos. O investimento no Brasil é alvo de uma tentativa de roubo por uma empresa «fantasma» chamada «Vita France», atrás da qual consta estarem os principais administradores da Sociedade Central de Cervejas e das empresas do grupo.

— O grupo liderado pela Sociedade Central de Cervejas viveu sempre em regime de monopólio. Monopolizava o mercado português por intermédio da SCC e da CUFP, o angolano por meio da CUCA, Nocal e importante participação ilegal na EKA e o de Moçambique através de um acordo ilegal com o grupo Mac-Mahon/Borges, sindicatos de votos, etc. Recentemente adquiriu uma parte importante nas novas empresas cervejeiras COPEJA e IMPERIAL, participações essas que foram fraudulentamente «desviadas» em benefício de alguns administradores, deixando as empresas Portugália e Estrela em difícil situação financeira.

— Os principais administradores do grupo usaram sempre as empresas em benefício pessoal. Além das empresas lhes pagarem os impostos ainda pagavam outras despesas sob a forma de «despesas confidenciais» como por exemplo as despesas com o iate «Red Pirate», as coutadas e as caçadas pagas pela Portugália. De facto mais de metade dos pagamentos feitos pela Portugália, directa ou indirectamente aos seus administradores, foram feitos sob a forma de «gastos confidenciais». Entre 1966 e 1974 as empresas SCC, Portugália e Estrela gastaram cerca de 110 mil contos em «gastos confidenciais» para benefício da administração.

As colónias, nomeadamente Angola, foram usadas sistematicamente pelo grupo como fonte suplementar de rendimento. Assim foram transferidos ilegalmente para fora de Angola ou transferidos para fins diferentes daqueles para que efectivamente foram autorizados, mais de 150 mil contos. Estas transferências são da responsabilidade da administração da Cuca. Particularmente foram «desviados» de Angola cerca de 40 mil contos em «sobrefacturação» na compra de matérias-primas que depois eram anualmente distribuídas pelo Conselho de Administração. Isto é na compra de matérias-primas era mandado acrescentar uma percentagem sobre o preço oferecido pelo fornecedor e que depois era entregue por este aos compradores.

A SCC PAGAVA MENSALMENTE À P.I.D.E. 36 CONTOS

Apesar de ser impossível resumir e divulgar todos os factos que levaram a Comissão de Inquérito a estas conclusões, a apresentação de alguns factos concretos permite-nos avaliar a desinestidade da administração deste grupo cervejeiro e do sistema capitalista implantado no nosso país e do qual parece começar a haver saudades. Os trabalhadores e o povo em geral eram os mais prejudicados pelo sistema e só eles podem ter força para impedir o seu regresso nos casos em que já foram alcançadas algumas vitórias, ou para alcançar a sua destruição total.

Está a desenvolver-se um «ataque» generalizado às nacionalizações com base na afirmação de que as empresas nacionalizadas estão a dar prejuízos. Esta conclusão apressada pode levar os trabalhadores desprevenidos a aceitar a «evidência dos factos» que na maior parte são o resultado da situação em que as empresas estavam antes da nacionalização ou da intervenção dos trabalhadores. Através de vigarices encadeadas que eram mais ou menos protegidas ou pelo menos não fiscalizadas pelos departamentos governamentais, as empresas defraudavam os trabalhadores e o povo, fazendo cair sobre eles as consequências da sua injusta sede de lucros. Aliás a ligação entre as estruturas do poder e da Sociedade Central de Cervejas está suficientemente demonstrada pela divulgação de recibos através dos quais se mostra que esta empresa pagava mensalmente à P.I.D.E. a verba de 36 mil escudos.

A análise da situação económica e financeira da SCC, da qual já apresentámos algumas referências no resumo das principais conclusões da «Comissão de Inquérito» revelam ainda que só uma estrutura bancária completamente ao serviço do capitalismo, permitia que as empresas monopolistas subsistissem e apresentassem ao público lucros que de facto não existiam e que hoje estão a ser utilizados como armas contra os trabalhadores.

O MONOPÓLIO DA SCC DUROU 40 ANOS

A Sociedade Central de Cervejas foi criada em 1934 pelas empresas produtoras de cerveja Portugália, Estrela, Jansen e Coimbra, para exploração conjunta das actividades daquelas companhias, desde a produção à comercialização, mediante a retribuição de 0,5 por cento dos resultados. O capital da nova empresa era apenas de 100 contos. Só a partir de 1965 a SCC deixou de ser mandatária destas companhias para explorar actividades próprias e distribuir dividendos aos accionistas. A partir desta data a SCC entra numa fase da grande expansão e começa a tomar posição no capital de outras empresas.

É um facto que o valor das vendas aumentou de ano para ano, especialmente a partir de 1948. Isto deve-se principalmente à posição monopolista que deteve até 1972 e que lhe permitia estabelecer os preços de acordo com as suas conveniências.

Esta situação de monopólio continua a manter-se apesar das autorizações governamentais para a instalação de outras empresas produtoras de cerveja. A Sociedade Central de Cervejas e o grupo que lidera continua a dominar o mercado, quer através da capacidade de produção instalada e a instalar (cerca de 76 por cento do total), quer através da sua organização, volume de vendas e participação ainda que indirecta, nas novas empresas. A Cergal que começou a produzir em 1972 tinha acumulado, em 1974 prejuízos de 101 604 contos e cerca de 444 mil contos de dívidas, dos quais 240 mil a curto prazo, para um capital de 250 mil contos.

Apesar de ter sido proibida por lei a participação das empresas produtoras de cerveja existentes no capital das novas empresas autorizadas a partir de 1972, a Sociedade Central de Cervejas e respectivo grupo estão representadas no capital das novas sociedades através da participação noutras empresas ou de pessoas que actuam em seu nome. Apenas como exemplo, pois não é fácil apresentar uma lista completa, a SCC tem a maioria do capital das empresas Guilherme e Roldão e da Sociedade Águas do Luso, que possuem 6,3 por cento do capital da Cergal; José Guedes de Sousa e António Fisterra, subscreveram 15 por cento da COPEJA e 15 por cento da Imperial, que irão ser respectivamente instaladas em Santarém e Portimão.

450 MIL CONTOS DE REMUNERAÇÕES E DIVIDENDOS

Entre 1965 e 1974 o passivo da Sociedade Central de Cervejas passou de 94 173 contos para 1 387 473 contos dos quais 961 815 a curto prazo. Ao mesmo tempo a administração utilizava os dinheiros da SCC para actividades que beneficiavam os administradores. Os benefícios eram recebidos através de lucros das empresas em que aquela participava, investia ou subsidiava, dos «gastos confidenciais», dos ordenados e dos dividendos anualmente distribuídos.

As participações financeiras «passaram de 1660 contos para 347 413 sem que a entrada

de
cior
Os
dur
atin
con
me
me
e a
rec
de
raçõ
nist
nos

OS
AC

C
Soc
jas,
uni
por
do
cap
per
faze
trel
con
(12,

Cerveja não é só o líquido. Há que
Neste trabalho, feito ao ar livre, p
se queixam das condições

Nacional

CERVEJAS

e inquérito
gularidades e crimes

Texto de MÁRIO BACALHAU

Fotos de Arquivo "DL"

rendimentos fosse propornal aos valores investidos. rendimentos acumulados rante este período teriam ngido em 1974, apenas 7063 ntos. Os créditos e adiantantos concedidos, principalnte às empresas associadas ccionistas e de muito difícil cuperação, atingiram cerca 307 mil contos. As remuneções e dividendos dos accioas somaram 450 mil contos últimos dez anos.

S ADMINISTRADORES CUMULAVAM CARGOS

Os aumentos de capital da ciedade Central de Cerve- entre 1964 e 1973 ficaram camente a dever-se à incorração de reservas, não tenos accionistas entrado com ital novo. O capital da SCC tencente à PARFIL (de que em parte a Portugália, a Esa, a Jansen e a Coimbra) n 60 por cento, à Portugália ,6 por cento), à Estrela (12,6 cento), à Coimbra (3 por to), à Jansen (1,8 por cento) e ao público e pessoal (10 por cento). Estas mesmas empresas detêm 69 por cento do capital da CUFP, 6,3 por cento da Cergal, através de Guilherme Pereira Roldão e Sociedade Águas do Luso, 27,6 e 7,3 respectivamente da COPEJA e da Imperial através de José Guedes de Sousa e família, 30 por cento das empresas de Cervejas da Madeira e 80 por cento da Fábrica de Cerveja e de Refrigerantes João Mello Abreu, Lda., através da Empresa de Cervejas da Madeira. As participações no capital destas empresas eram como já se referiu, pagas pela SCC, mas os rendimentos iam parar aos bolsos dos accionistas-administradores, quer sob a forma de dividendos quer de ordenados atribuídos aos lugares acumulados nas diferentes administrações e corpos sociais.

arrumar garrafas e grades. rticipam trabalhadores que mpostas pela S.C.C.

A SCC ESTAVA NAS MÃOS DO BANCO ESPÍRITO SANTO

A análise da situação financeira e o progressivo endividamento revela que apesar da situação de liquidez apresentada pela empresa nos últimos anos não ser negativa, está extremamente dependente de capitais alheios e apoia-se em valores que a empresa dificilmente pode recuperar. A administração da SCC, afirma-se nos documentos que integram o relatório apresentado ao Governo, nunca se preocupou em garantir uma situação financeira sã, antes parece ter entregue progressivamente, a empresa à dependência do capital alheio.

É esta a conclusão que se tira da leitura da soma das participações financeiras com reduzidas vantagens para as empresas que atingiram como vimos 250 mil contos, entre 1970 e 1974, e das dívidas totais que aumentaram cerca de 854 mil contos. Este desvoi de fundos e o progressivo endividamento eram tanto mais prejudiciais ao futuro da empresa quanto é certo que existia um passivo elevado a descoberto ou a curto prazo e que a Sociedade Central de Cervejas trabalhava apenas com o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa.

Aliás a análise da composição do capital social das empresas do sector de produção de cerveja parece mostrar que o grupo financeiro que se apoiava no Banco Espírito Santo se preparava, para o dominar. Este grupo é directa ou indirectanente accionista de 5 empresas de produção de cerveja, do Continente. Não tem outra justificação a irracionalidade capitalista de investir em três novas empresas quando se sabia que a capacidade instalada era suficiente para satisfazer o consumo máximo previsto para o País. Segundo as estimativas internacionais utilizadas nos países da Europa Ocidental, nomeadamente a França e a Espanha, o planeamento das instalações de fabrico de cerveja prevê um consumo máximo de 40 litros por habitante. Só uma estratégia que previsse o domínio do sector poderia levar ao investinento numa actividade que já tinha praticamente esgotadas as suas capacidades de expansão e que se encontrava dominada por um poderoso concorrente técnica e comercialmente bem apetrechado.

Na verdade o Banco Espírito Santo participa indirectamente na SCC e na CUFP através da participação no capital da companhia Estrela. E participa directamente na COPEJA e na Imperial. Apoiando estas novas empresas o grupo Espírito Santo enfraquecia a posição da Sociedade Central de Cervejas, uma vez que os sócios resistiam à alteração das suas posições. Esta hipótese está fundamentada ainda na posição de extrema dependência em que se encontrava a SCC do Banco Espírito Santo. Esta dependência manifesta-se no valor da dívida contraída por aquela e sobretudo pelo modo como ela foi contraída. Os créditos ou empréstimos eram feitos a curto prazo e por meio de saques a descoberto que, em Fevereiro de 1975, atingiram 180 mil contos. Isto é, o grupo Espírito Santo por intermédio do seu Banco, poderia em qualquer momento ou num período muito curto exigir o pagamento das dívidas ou forçar a administração da SCC a negociar as posições de controlo da empresa, ficando portanto a dominar de direito e de facto o sector cervejeiro. A concretização desta hipótese reforçaria a posição do grupo Espírito Santo no controlo da economia nacional e iria agravar o carácter monopolista do sector, com todas as consequências económicas de acumulação de capital e de aumento de custos e outros prejuízos para o consumidor e para os trabalhadores.

100 CONTOS ANUAIS PARA COMPRA DE CARRO

Voltando à análise da situação financeira que estávamos a apresentar, não podemos deixar de acentuar a contradição e o comportamento da administração no que diz respeito a remunerações e a lucros e aos quais já fizemos algumas referências. Entre 1965 e 1974 o capital próprio da empresa aumentou apenas cerca de quatro vezes e meia, enquanto o passivo aumentou cerca de 14 vezes e os indicadores de liquidez (relação entre disponível/realizável e passivo a curto prazo) revelam uma situação financeira periclitante. Perante esta situação os accionistas não injectaram nenhum capital como seria aconselhável, pelo contrário continuaram a receber dividendos e remunerações de vária ordem.

Os dividendos distribuídos entre 1965 e 1974 totalizaram cerca de 237 mil contos e as remunerações pagas à administração no mesmo período, somaram 216 mil contos. Cada administrador recebia ainda anualmente 100 mil escudos e cada administrador adjunto 50 para a compra de um automóvel. Todavia é necessário ter em conta que na quase totalidade dos casos o accionista e o administrador coincidiam na mesma pessoa. Daí se conclui que os accionistas-administradores puseram de lado os mais elementares princípios da boa gestão para conseguir simultaneamente distribuir entre si elevadas percentagens dos lucros da empresa, receber como administradores boas remunerações e atingir uma elevada taxa de expansão da empresa que redundava em aumento dos seus benefícios sem investimento pessoal.

Apesar da Sociedade ter detido, durante longo tempo, o monopólio da venda, os trabalhadores da secção instalada em Vialonga nunca tiveram acesso a razoáveis condições de trabalho

NÃO FORAM PAGOS 61 300 CONTOS DE IMPOSTOS

O balanço final de 1974, além de revelar um prejuízo de exploração de cerca de 90 570 contos apresenta alguns dados que reforçam a conclusão de que a empresa se encontrava numa situação de grande debilidade financeira, devido à orientação da gestão para benefício pessoal e às fraudes cometidas.

Na rubrica de «participações financeiras», avaliada em cerca de 347 mil contos, destaca-se a elevada participação na Sociedade Internacional de Participações, sociedade «holding» constituída no Brasil com o fim de englobar as participações de um grupo português num grupo cervejeiro do Brasil e que serviu para a exportação de capitais para fins diferentes dos praticados. Como teremos ocasião de verificar na análise da «operação Brasil» em próximo artigo, de 98 mil contos que sairam de Portugal, nem a Sociedade Central de Cervejas, nem o País receberam qualquer proveito das divisas que perderam.

Outra rubrica do balanço de 1974 que chama atenção é a dos «devedores diversos». Esta rubrica atinge o montante de 204 mil contos e inclui o financiamento a diversas empresas do grupo, associadas ou sem qualquer ligação, para as quais a SCC funcionava como banco, oferecendo melhores condições do que a banca comercial e por vezes sem quaisquer encargos.

Merecem ainda especial referência as «contas transitórias» cujo montante ascende a 26 mil contos, grande parte dos quais foi exportado para o Brasil (18 368 contos) e que integra avales dados pelos administradores à CUCA, à Companhia Industrial Vidreira, à CICER (Guiné), etc. Isto é, a Sociedade Central de Cervejas tinha praticamente imobilizado nestas rubricas cerca de 180 mil contos em 31 de Dezembro de 1974.

No capítulo referente ao passivo da empresa é de salientar que a dívida à banca a curto prazo era de 481 mil contos e a longo prazo de 425 mil contos e que além de revelar uma política de financiamento ruinosa em virtude dos equipamentos instalados terem uma duração superior a dez/vinte anos, soma 906 mil contos.

No capítulo das dívidas estão ainda incluídos cerca de 90 mil contos para pagamento de impostos. A maior parte deste valor (61 300 contos) destina-se a pagar impostos sobre os lucros dos anos anteriores e que não foram incluídos nos respectivos balanços. Esta actuação originou um aumento dos resultados que foram distribuídos sob a forma de dividendos pelos accionistas-administradores com prejuízo para o Estado e para a estabilidade futura da empresa.

Aliás esta falta de escrúpulos está bem patente no desvio de 54 296 contos de um empréstimo externo contraído junto de um banco americano, com o aval do Banco Espírito Santo, para pagamento de dividendos. Este facto prejudicou a situação financeira da Sociedade Central de Cervejas, o investimento na compra de equipamentos e constitui um crime à face da lei que autoriza a importação de capitais para determinados objectivos.

Parecem-nos pois suficientemente justificadas as conclusões que transcrevemos no início deste texto, embora voltemos a analisar no futuro alguns aspectos que reforçam a sua gravidade. Fica igualmente manifesto em todos os aspectos apontados que os prejuízos não advêm da nacionalização ou da intervenção dos trabalhadores. O que se pode afirmar é que na maior parte dos casos, os trabalhadores puseram a claro situações financeiras cujos resultados eram empolados, através da fuga ao pagamento de impostos inclusivamente, para que o volume dos lucros pessoais dos capitalistas fosse mais elevado. Por outro lado é natural que o justo aumento dos salários, das matérias-primas, vasilhame e embalagens, exija uma revisão dos preços à saída da fábrica e dos circuitos e margens de comercialização, que neste momento atingem cerca de 100 por cento.

Estrangeiro

Mantém-se o diferendo Lisboa - Bissau

Enquanto prossegue em Bissau a quinta fase das conversações entre Portugal e a Guiné-Bissau sobre assuntos económicos, financeiros e de cooperação, mantém-se o diferendo suscitado pela retirada dos controladores portugueses do aeroporto de Bissalanca, acto que foi alvo de um editorial do órgão oficial do Governo guineense, o jornal «Nô Pinthca», e de uma nota oficiosa do Ministério português da Cooperação.

É o seguinte o texto do editorial do «Nô Pintcha», subordinado ao título «A Chantagem não resultou — O aeroporto de Bissau mantém-se aberto».

«Abandonaram o nosso país na passada quinta-feira, sem terem sido enviados de Portugal os substitutos, os controladores de tráfego aéreo portugueses que trabalhvam no aeroporto de Bissau.

O nosso Governo tomou imediatamente as medidas adequadas destinadas a evitar o encerramento do único aeroporto internacional do país, estando em curso iniciativas no sentido de normalizar a situação.

A partida dos controladores segue-se a mais um diferendo entre o Estado da Guiné-Bissau e as autoridades portuguesas, o que demonstra bem o espírito que norteia actualmente a política do Governo Português em relação ao país e que, declarações feitas para tranquilizar aqueles que fora do Poder se preocupam com esta política, não conseguem esconder.

Recorda-se que a vinda para a Guiné-Bissau dos controladores militares portugueses — «a falta de pessoal disponível» — se encontrava regulamentada juridicamente.

Depois de afastada a hipótese de um acordo de cooperação militar com Portugal, o nosso Estado recusou submeter-se à pressão das autoridades da Força Aérea Portuguesa que pretendiam para os seus controladores um regime equiparado ao das missões diplomáticas e não o estatuto de cooperantes.

Esta exigência das autoridades portuguesas não tinha qualquer cabimento, na medida em que os cidadãos portugueses que trabalham na nossa terrra gozam de toda a protecção, tendo sido sempre respeitados pela sua contribuição para o desenvolvimento do país.

No momento em que reconstruimos, na nossa terra livre, as «tabancas» deixadas em ruínas pelos aviões portugueses, o gesto inamistoso das autoridades da Força Aérea Portugesa, que não tendo conseguido impor condições inaceitáveis retiraram os seus controladores e puseram assim em causa o funcionamento do aeroporto de Bissalanca, mais parece um acto de retaliação da parte daqueles portugueses do velho regime, que não conseguem perdoar ao nosso povo a derrota infligida, no ar como em terra, pelos gloriosos combatentes das nossas FAP.

Atitudes desta natureza não confundirão, porém, o nosso Governo, que continuará determinado a tudo fazer para assegurar uma cooperação franca e fraterna com Portugal, agindo constantemente na defesa intransigente dos interesses do nosso povo, os quais, apesar dos esforços dos saudosos do velho tempo, jamais contrariarão os interesses do Povo português».

NOTA OFICIOSA

Este editorial do «Nô Pintcha» mereceu uma nota do Ministério da Cooperação que considerou os termos em que foi redigido como «altamente lesivos do bom nome e da honra da Força Aérea e do próprio Governo da República Portuguesa».

É o seguinte o teor desta nota:

«1. O Governo Português tomou conhecimento do editorial do «Nô Pinthca», órgão do Comissariado de Informação da República da Guiné-Bissau, relativamente ao regresso a Portugal dos militares da Força Aérea que desempenhavam funções de controladores de tráfego no Aeroporto de Bissau, após a independência da Guiné.

2. Sem prejuízo, de através do Ministério da Cooperação, se esclarecer a opinião publica sobre os motivos do regresso dos militares portugueses, sente o Governo ser sua obrigação repudiar energicamente os termos do editorial do «Nô Pintcha», altamente lesivos do bom nome e da honra da Força Aérea, e do próprio Governo da República Portuguesa.

3. Manifesta o Governo Português a sua esperança que, da visita que o secretário de Estado da Cooperação inicia amanhã à República da Guiné-Bissau, a convite das suas autoridades, lhe sejam dadas as devidas explicações para um acto de ofensa às honrosas tradições das Forças Armadas Portuguesas.

4. O espírito de cooperação e amizade que Portugal deseja manter com a Guiné-Bissau não pode construir-se, sob pena de se negar, sobre a intolerância e a incompreensão do direito legítimo de cada país salvaguardar a sua própria independência nacional».

Internacionalismo proletário da URSS

MOSCOVO, 26 — (Serviço especial de VLADIMIR LOMEIKO) — A solidariedade do povo soviético para com o povo português, expressa no relatório de Leonid Brejnev ao XX Congresso do P. C. U. S., ecoou em todo o país. Os calorosos aplausos e o entusiasmo com que os delegados e convidados acolheram as palavras de Brejnev mostraram bem que o orador soubera expressar o sentir de todos os presentes.

Idêntica foi a atitude da sala, quando Leonid Brejnev se referiu à solidariedade dos soviéticos com todas as forças progressistas, democráticas e de libertação nacional, nossos amigos e camaradas de luta.

Nos intervalos do Congresso, conversámos com dezenas de pessoas, operários, empregados, camponeses, intelectuais. A relação completa dos seus nomes e profissões ocuparia páginas inteiras.

A todos eles fizemos uma única pergunta: «O que considera mais importante — a paz ou a liberdade?»

É o seu pensar e sentir que tentaremos levar até vós.

Os comunistas possuem uma bússola segura para se orientarem na política internacional — a sua consciência revolucionária, a sua fidelidade aos ideais da paz e da liberdade.

Há muito que os comunistas são alvo das mais diversas críticas, vindas, tanto da direita como da esquerda. Por um lado, as forças de direita gritam histericamente que os comunistas pretendem dominar o Mundo e interferem nos assuntos internos de outros países. Por outro, os ultra-esquerdistas de todos os matizes esmeram-se na calúnia de que teríamos traído os ideais revolucionários. O seu objectivo é o mesmo: desviar-nos do verdadeiro caminho, empurrar-nos para a conciliação ou para a aventura. Mas os comunistas soviéticos, que conquistaram a liberdade com as suas próprias mãos, sabem bem, não porque alguém lhes dissesse, mas pela sua própria experiência, quanto custa o seu sangue e qual o valor da solidariedade internacional.

A realização da Revolução em 1917, a sua defesa contra a intervenção de 14 Estados, logo nos primeiros anos que se lhe seguiram, a sua defesa contra a agressão dos fascistas alemães em 1941-1945, ensinaram-nos que um povo que acredita nos seus ideais e ama a liberdade é invencível. Por isso, entre nós, transmite-se de geração em geração a memória e o agradecimento para com aqueles internacionalistas de outros países, que então saíram às ruas das suas cidades exigindo: «Tirem as patas da Rússia soviética». No nosso país honra-se a memória dos patriotas estrangeiros que caíram na luta pela liberdade dos seus respectivos países. Na história do Estado Soviético, a fonte da nossa consciência revolucionária sempre foi a ideologia comunista. É ela que nos chama a solidariedade com os povos que lutam pela sua liberdade e independência. Os soviéticos não podem esquecer a tragédia e o heroísmo do Vietname. Eles fazem já parte da nossa vida, assim como a vitória do Vietname é a nossa própria vitória. Do mesmo modo que não se pode excluir da nossa História a amizade com a República Democrática Alemã, o primeiro Estado de operários e camponeses em solo alemão, durante tantos e tantos anos arrogantemente ignorado pelo Ocidente. Hoje, porém, aqueles mesmos que durante tanto tempo se recusaram a reconhecer a R. D. A., sentam-se lado a lado com os seus representantes na Organização das Nações Unidas.

A nossa solidariedade com a revolução cubana ficará para sempre na História universal. Sobre ela disse, com toda a sua sinceridade, Fidel Castro, no primeiro Congresso do Partido Comunista Cubano:

«A nossa confiança na Pátria de Lenine é ilimitada, porque, ao longo de mais de meio século, a revolução soviética demonstrou o seu apego aos princípios e uma linha invariável de conduta na sua política externa.»

«Os inimigos do nosso país odeiam a nossa solidariedade e tentam por isso denegri-la. Chamam-lhe interferência, tentando assim levantar uma cortina de fumo por detrás da qual levam a cabo, eles sim, actividades subversivas e de ingerência. Assim fizeram com Portugal: ao mesmo tempo que iam chamando ingerência à nossa solidariedade com o povo português, com os comunistas e todos os democratas, foram fornecendo, através da C. I. A., até que isso se transformou num escândalo mundial, um amplo apoio em dólares e armas à reacção portuguesa.

«Mal se libertou do colonialismo, Angola viu-se assediada por mercenários brancos e negros que tentaram sufocá-la. Para muitos, no Ocidente, isso estava dentro da «ordem natural das coisas». Foi justamente a nossa solidariedade e a nossa ajuda aos patriotas angolanos que permitiu romper essa» «ordem natural» injusta. «Afastem-se!» gritaram-nos — «vocês, estão a imiscuir-se nos assuntos internos de Angola e a sair da vossa esfera de influência!» mas não foi a U. R. S. S. nem outros países socialistas quem contratou mercenários: foram os monopólios que têm saudades da antiga segurança do seu império. É preciso não acreditar por completo na consciência nacional de um povo para se pensar que é possível fazê-lo erguer-se para uma luta de vida ou de morte por uma causa injusta. O povo angolano uniu-se em torno do M. P. L. A., e não da F. N. L. A. ou da U. N. I. T. A., conseguindo assim a vitória sobre os intervencionistas.

«Sim, nós somos pela paz, a coexistência pacífica e o desanuviamento. E essa é, não a nossa táctica, mas sim a estratégia da nossa política, do nosso próprio modo de pensar. Somos pela paz, porque a guerra significa uma ameaça à nossa riqueza nacional, à vida e à dignidade do nosso povo. A paz paralisa as forças da reacção e da agressão, a paz é um aliado natural dos povos que lutam pela sua liberdade e independência. Só em condições de paz as forças democráticas do Ocidente poderão fazer face à psicose militarista e impedir a corrida aos armamentos.

«Issto não significa, porem, que permaneçamos indiferentes face à luta dos povos e das forças democráticas pela liberdade e o progresso. A paz e a distensão não são uma garantia para a manutenção do «status quo» imperialista.

«Se perguntarem aos soviéticos o que é que eles apreciam mais, se a paz, se a liberdade, a resposta será: nós não concebemos a paz sem a liberdade.»

PUB

Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Fluviais

COMUNICADO

CAMARADAS:

Pelo interesse de que se reveste a Assembleia Geral, convocada **para o próximo dia 27 — Sexta-feira —**, para a **Rua do Alecrim, 46-1.º — LISBOA**, alertam-se todos os Trabalhadores Fluviais para que nesse dia não se efectue serão

NÃO FALTES

ABAIXO AS MANOBRAS REACCIONÁRIAS DO PATRONATO

UNIDOS VENCEREMOS

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1976

Pel'A DIRECÇÃO
António José

PUB

Trabalhadores da Indústria Química Unidos

EM FRENTE PELO CONTRATO VERTICAL

LEIRIA	26 — 5.ª FEIRA — AS 19 H.	PAVILHÃO DA FEIRA
FARO	26 — 5.ª FEIRA — AS 21 H.	CÍRCULO CULTURAL RUA DO CHIADO
A. DO SAL	27 — 6.ª FEIRA — AS 21 H.	CÂMARA MUNICIPAL SALÃO NOBRE
ALHANDRA	27 — 6.ª FEIRA — AS 21 H.	SOCIEDADE EUTERPE ALHANDRENSE
ÉVORA	28 — SÁBADO — AS 10 H.	SEDE DO I.N.A.T.E.L.
ABRANTES	28 — SÁBADO — AS 16 H.	UNIÃO DESPORTIVA ROSSIENSE ROSSIO AO SUL DO TEJO
CARTAXO	29 — DOMINGO — AS 10 H.	CASA DO POVO
LISBOA	1 DE MARÇO SEGUNDA-FEIRA — AS 20.30 h.	VOZ DO OPERÁRIO

O nosso Contrato Vertical é uma realidade e sê-lo-a certamente com a tua participacão

O CONTRATO É TEU! PARTICIPA NA DISCUSSÃO!
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!
PELA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA! POR UMA VIDA MELHOR!
EM FRENTE PELO CONTRATO VERTICAL!

Lisboa, 16 de Fevereiro de 1976.

A DIRECÇÃO

Estrangeiro

A Alemanha Ocidental negará ajuda a Cuba

BONN, 26 — (ANOP) — «Dei instruções para que não seja concedido auxílio para desenvolvimento a países que intervenham noutras nações» — declarou ontem em conferência de Imprensa o ministro da Cooperação Económica, Egon Bahr, acrescentando: «Isto aplica-se a Cuba».

Respondendo em seguida a críticas que lhe foram feitas pela democracia cristã, na oposição, por planear auxílio económico a Angola «e a outros países de orientação comunista», Egon Bahr esclareceu que a Alemanha Federal não recusa auxílio económico a nenhum país pelo simples facto de ser comunista.

«Não temos projectos concretos planeados para Angola que, aliás, ainda não nos solicitou qualquer forma de auxílio. Acrescentarei que, de uma maneira geral, não podemos considerar comunista o Movimento Popular para a Libertação de Angola, só porque recebeu armas do Leste.

«Devemos recordar que houve pessoas, no ano passado, que se mostraram prontas a considerar Portugal como comunista. Qual teria sido o resultado, se lhes tivessemos dado ouvidos?»

Bahr sublinhou que o Ocidente deve ter o cuidado de não boicotar certos países, o que só servirá para os obrigar a voltarem-se para a União Soviética quando precisarem de ajuda.

Ao referir-se a Cuba que intervém militarmente em Angola — afirmou que não receberá «nem um marco»

A Junta Democrática espanhola empenhada em derrubar o Governo de Arias Navarro

LONDRES, 26 — (R.) — A Junta Democrática, a coligação oposicionista clandestina em Espanha,, está empenhada em derrubar o Governo do primeiro-ministro Carlos Arias Navarro, segundo afirmou numa entrevista que concedeu ontem, à noite, à Televisão britânica Rafael Calvo Serer, membro de destaque dessa aliança política.

Calvo Serer, que tem vindo no exílio em Paris desde que o seu jornal foi fechado em Madrid pelo Governo, em 1971, declarou que a Junta estava a empregar «acção democrática pacífica» como greves.

Entrevistado no programa da BBC «Newsday», Calvo Serer disse que a aliança de comunistas, socialistas e centristas rejeitara a legalidade do rei Juan Carlos e pretendia restaurar a democracia em Espanha.

Salientou que a Junta era uma força poderosa em Espanha com membros em todo o país.

Ao ser-lhe perguntado que acção política directa, a Junta planeava, Calvo Serer respondeu: «Tentamos derrubar o Governo... por meio de acção democrática pacífica».

COMÍCIO EM PARIS

PARIS, 26 (F.P.) A Junta Democrática de Espanha (a que pertence o Partido Comunista Espanhol) e a Plataforma de Convergência democrática (animada pelo Partido Socialista Operário Espanhol) fizeram ontem em Paris o seu primeiro comício em comum, a fim de manifestar a sua solidariedade com os nove oficiais da União Militar Democrática (U.M.D.) perseguidos em Espanha por «sedição».

Recordando que o julgamento dos oficiais daria lugar à primeira reunião de um tribunal de guerra em Espanha desde a morte de Franco, os oradores afirmaram que era preciso fazer do seu processo «um caso exemplar na luta pelas liberdades em Espanha».

Mario Rodriguez de Aragon, membro do Partido do Trabalho de Espanha, que falava em nome da Junta, declarou que este julgamento se inscrevia no processo de «militarização» do regime espanhol que não hesitou em requisitar milhares de trabalhadores em greve nas últimas semanas.

O representante da Plataforma, Juan Jose Urrazola, lembrou, por outro lado, que os oficiais eram julgados unicamente em função das suas opiniões.

O porta-voz da U.M.D. no estrangeiro, capitão Jose Ignacio Dominguez, analisou, por sua vez, a composição do exército espanhol e distingiu entre os chefes do exército legal «que estão definitivamente ligados ao regime franquista» e um exército real em que «os militares, dos soldados aos comandantes, desejam servir a sua nação e não uma minoria».

GREVE DE PROFESSORES

MADRID, 26 — (R.) Cerca de 20.000 professores acham-se hoje empenhados numa greve em toda a Espanha, deixando mais de 800.000 crianças sem aulas, segundo revelaram fontes sindicais.

Os professores, o último grupo a juntar-se a um movimento grevista que alastra cada vez mais e que reivindica melhores salários e condições laborais, obrigou ao encerramento de escolas em toda a região basca e na Catalunha, afectando também o ensino nas grandes cidades industriais.

Na Catalunha, cerca de 150.000 trabalhadores encontram-se ainda em greve, estando paralisada a gigantesca indústria de construção civil de Barcelona, disseram as mesmas fontes.

A cidade industrial de Sabadell, perto de Barcelona, acha-se completamente paralisada pelo segundo dia consecutivo, após 40.000 pessoas terem abandonado o trabalho em fábricas, escritórios e estabelecimentos.

Na cidade basca de Vitória, onde 10.000 homens estão em greve, onze operários iniciaram uma greve de fome numa igreja local em apoio de reivindicações de aumentos de salários mensais de mil pesetas.

Na cidade de Elche, no Sueste, mais de 15.000 sapateiros abandonaram o trabalho, após votarem unanimemente a favor de acção grevista.

Uma greve dos 1.500 motoristas de camiões de Madrid espalhou-se ao Sul de Espanha com dirigentes do movimento reivindicativo, que pretendem portagens mais baixas nas auto-estradas e gasolina mais barata, ameaçando deixar a capital sem fruta e hortaliça no fim da semana.

Cerca de 2.700 músicos madrilenos entraram ontem, à noite, em greve, obrigando a fechar salas de dança, clubes nocturnos e teatros. Desejam que haja mais trabalho para eles, a fim de contrabalançar despedimentos recentes.

A ESPANHA ANTECIPA A SAÍDA DO SARA

MADRID, 26 — (R.) — A Espanha poderá abandonar hoje o Sará Ocidental, dois dias mais cedo do que estava previsto, entregando a Marrocos e à Mauritânia o território rico em fosfatos, segundo afirmou a agência noticiosa Europa Press.

Fontes bem informadas declararam ontem, à noite, a essa agência quea Espanha poderia terminar o seu papel na administração tripartida hoje em vez de fazê-lo no sábado, como estava programado.

A crise política que actualmente se vive na China traduz-se por uma vasta campanha de jornais de parede, como os que vemos na foto, cujo alvo principal é o vice-primeiro-ministro, Teng Hsiao-Pin, que os observadores davam como sucessor do falecido Chu En-Lai, no cargo de primeiro-ministro. Entretanto, decorre a visita do antigo chefe de Estado norte-americano, Richard Nixon, àquele país. Concluída a sua visita a Pequim, Nixon inicia uma deslocação pela província.

Violentos ataques à China no Congresso do P.C.U.S.

MOSCOVO, 26 — (F.P.) — Os discursos da segunda jornada do XXV Congresso do P. C. U. S. foram caracterizadas por violentos ataques à China e aos «desviacionistas de direito e de esquerda» do movimento comunista, ataques já feitos na terça-feira por Leonid Brejnev no seu discurso de abertura.

Enquanto os oradores soviéticos — sete membros do Politburo e o primeiro-secretário da Georgia — evocaram certas dificuldades económicas da U. R. S. S. e a necessidade de fazer reformas nos domínios da planificação e da gestão, os cinco primeiros-secretários de «pêcês» estrangeiros que tomaram a palavra quarta-feira prestaram homenagem à U. R. S. S. e ao P. C. U. S.

O Politburo e, nomeadamente, Leonid Brejnev, assistiram a ambas as sessões desta segunda jornada, a que presidiu Andrey Kirilenko.

O secretário-geral do P. C. U. S., conforme se pôde ver na TV soviética, tinha um auscultador colado ao ouvido.

Brejnev esteve igualmente presente quarta-feira ao fim do dia numa «festa desportiva» no Estado Lujniki, em Moscovo, em que participavam muitos campeões olímpicos.

Fidel Castro, Gustav Husak, Erich Honecker, Eduard Gierek e Le Duan, primeiros-secretários dos P. C. de Cuba, da Checoslováquia, da R. D. A., da Polónia e da República Democrática do Vietname, agradeceram calorosamente à União Soviética o apoio que lhes tem concedido, assim como aos outros povos «pequenos e fracos» na sua «luta contra o imperialismo».

Acentuaram que «o internacionalismo socialista» continua a ser «o dever e o melhor instrumento de luta» dos comunistas.

Os oradores atacaram os dirigentes chineses e aqueles que fazem «tentativas para se afastarem do marxismo-leninismo», numa alusão clara a certos partidos comunistas ocidentais.

Desenvolveram também estes temas os oradores soviéticos que se sucederam na tribuna. Tendo evocado igualmente os problemas económicos das diferentes repúblicas e gabado os méritos da «democracia socialista, de quem está agora na moda troçar no Ocidente».

ENCONTRO FIDEL-TITO

BELGRADO, 26 — (F.P.) — O primeiro-ministro cubano, Fidel Castro, encontrar-se-á durante dois dias com o presidente Tito, na Jugoslávia, imediatamente após o encerramento do XXV Congresso do Partido Soviético, soube-se através de fonte informada.

Segundo se pensa, um dos temas essenciais das conversações será a preparação da próxima «cimeira» não-alinhada de Colombo, que se realiza em Agosto próximo.

Caleidoscópio

■ WASHINGTON, 26 — (R.) — Tanto o presidente Gerald Ford como Ronald Reagan, o seu rival na corrida para a nomeação presidencial republicana, afirmam estar muito satisfeitos com o resultado indeciso na eleição primária de terça-feira no novo Hampshire, a primeira prova directa de votos na campanha deste ano.

«Hoje não é o meu dia de anos, mas recebi um presente muito lindo nas últimas 24 horas» — disse Ford comentando a sua vitória, com uma maioria reduzidíssima, sobre Reagan.

Por seu lado, o ex-actor, que obteve 49 por cento da votação no Novo Hampshire contra 51 por cento para Ford, descreveu o resultado como um empate virtual.

■ LONDRES, 26 — (R.) — Uma projectada visita oficial à Grã-Bretanha do presidente Ernesto Geisel do Brasil foi deplorada em Londres pelo Executivo do Partido Trabalhista, que ocupa o Poder.

A comissão executiva nacional, o órgão de planeamento político do Labour, que é dominado por elementos da esquerda, votou ontem à noite, por unanimidade no sentido de deplorar essa visita, numa resolução que descreveu o presidente Geisel como «chefe de Estado de um dos regimes mais repressivos da América Latina».

■ BUENOS AIRES, 26 — (R.) — A presidente Maria Estela Peron, da Argentina, sobreviveu hoje a uma tentativa da oposição de iniciar um procedimento de impugnação contra ela, mas depara com a crescente ameaça de demissão sumária do seu cargo pelo Congresso.

A proposta para um debate geral sobre impugnação da chefe de Estado foi derrotada, após uma acalorada discussão, durante três horas, caracterizada por avisos de que os militares se preparam para depor pela força a presidente-viúva.

CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE LOURES

AVISO

Faz-se público que se acha aberto concurso público, pelo prazo de 20 dias, contados a partir do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no «Diário do Governo», para adjudicação da empreitada de «Construção de um edifício escolar de 2 salas, tipo R-3, em A-dos-Cãos»

A base de licitação é de 878 000$00

O processo da empreitada pode ser examinado todos os dias úteis, durante as horas normais de expediente, nos Serviços Técnicos de Obras do Município

Os concorrentes deverão possuir alvará de empreiteiro de obras públicas, correspondente à 1 categoria ou da 1.ª subcategoria da 1 categoria e da classe que cubra o valor da proposta apresentada

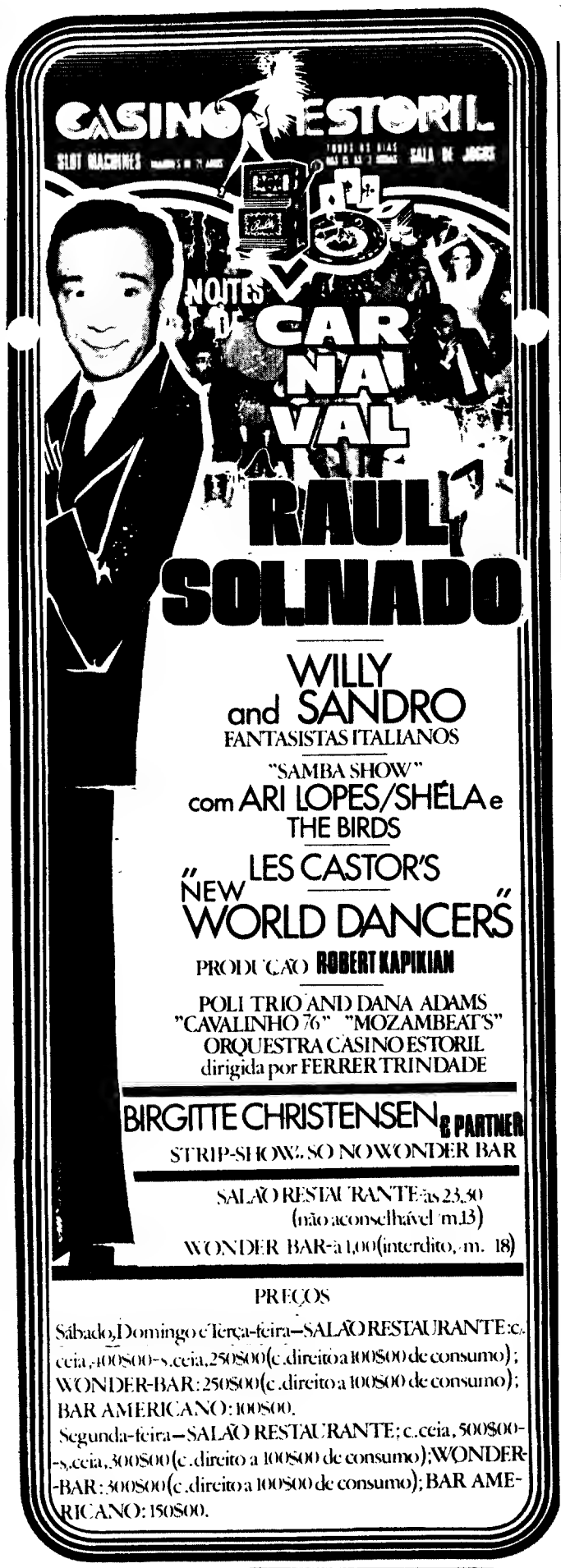
A Caução provisória é de 21 950$00

A abertura das propostas realizar-se-á perante a Comissão Administrativa na primeira reunião ordinária que se seguir ao termo do prazo fixado neste anúncio. A Comissão Administrativa reúne todas as quartas-feiras, pelas 10 horas no edifício dos Paços do Concelho

Paços do Concelho de Loures, 20 de Fevereiro de 1976.

O Presidente da Comissão Administrativa

José Augusto Gouveia



Espectáculos

PORNOGRAFIA

Aviso com carácter de urgência

Está a circular pelos gabinetes do Ministério da Comunicação Social um projecto de decreto-lei que visa a institucionalização da pornografia, por um lado, e, por outro, da censura e autocensura.

Embora confidencial, o projecto foi tornado público, nas suas linhas gerais, pelo semanário «Expresso». Em relação ao cinema, passará a fazer-se aquilo a que poderemos chamar a promoção da pornografia: desde que os filmes sejam exibidos em locais determinados, sejam vistos por maiores de 21 anos, e contenham a menção «chocante para o pudor», pagando por isso, uma sobretaxa cujo produto reverterá a favor do Instituto Português de Cinema — não haverá problemas. Poderá passar-se a exibir toda a porcaria que se faz lá por fora embora isso represente a saída de divisas e embora possa ter um nivel de baixeza inqualificável e ultrajante (não se noticiou recentemente que foram mortas mulheres em filmes desse tipo?).

Com o teatro, as coisas fiam mais fino. Antes da estreia do espectáculo será indispensável indicar o nome do seu responsável (aguenta, irmão) que virá a arcar com os prejuizos do que vier a acontecer em relação ao espectáculo (parece que segundo o Código Penal esse «prejuizo» poderá ir até aos 6 anos de cadeia). O mais brilhante, porém, é o que se segue: é «dever de qualquer autoridade judicial, policial, militar ou administrativa e *faculdade de qualquer cidadão*» (sublinhado nosso) participar aquilo que venha a considerar como pornográfico ou obsceno no espectáculo.

Antes do 25 de Abril, no tempo da censura, havia, como se sabe, muitos fascistas que se davam ao luxo de fazer o gosto ao dedo censório denunciando, para as entidades respectivas, o que para eles era ainda indigno de ser visto. Agora, parece-me, pretende-se estimular e institucionalizar esse gesto delator, fazendo de cada espectador um censor em potência (coisa muito diferente do que é uma manifestação pública contra um espectáculo, como uma pateada, por exemplo).

Será este um processo para acabar com o monopólio de Vasco Morgado (não são os espectáculos deste empresário, na sua maioria, pornográficos e até obscenos?) Aí estão dois termos que não poderemos voltar a utilizar porque se trata de um processo que não nos interessa, mesmo que seja para acabar com aquele monopólio de cuja existência, como se sabe, discordamos violentamente.

Resta-nos saber o que pensarão os trabalhadores de teatro — os últimos a tomar conhecimento, como os maridos enganados — de tudo isto.

CARLOS PORTO

Morreu uma cantora do grupo "Supremes"

Florence Ballard, de 32 anos, que fez parte do grupo original «The Supremes», morreu com um ataque cardíaco. Tal como Diana Ross e Mary Wilson, ela veio de Detroit para o topo do sucesso musical

Racismo atinge grupo musical

Um grupo musical negro, os «Three Degrees», foi proibido de entrar na África do Sul, onde esperava actuar perante plateias multirraciais — informa da cidade do Cabo a agência Reuter.

Segundo a lei do «apartheid» em vigor naquele país dominado por uma minoria branca, apenas o primeiro-ministro John Vorster, poderia autorizar o grupo a apresentar-se ante uma audiência mista.

O ministro do Interior, dr. Connie Mulder, declarou que Vorster não dera tal autorização contrariando afirmações do grupo, que dizia ter obtido licença especial.

O «Three Degrees» é composto por tres raparigas negras, e actuou já no país do «apartheid» no ano passado, apenas para plateias negras.

PUB

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DA ZONA SUL

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os Profissionais de Enfermagem para uma **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** a realizar no **dia 28/2/76, pelas 16 horas, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico.**

ORDEM DE TRABALHOS

1.º INFORMAÇÕES.
2.º PONTO DA SITUAÇÃO SINDICAL.
3.º CADERNO REIVINDICATIVO — mobilização para a greve, caso seja necessário.

TODOS AO TÉCNICO!

PREPAREMO-NOS PARA A LUTA!

Lisboa, 12 de Fevereiro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Teatro Maria Matos

COMUNICADO

O Actor Raul Solnado segue para o Brasil na primeira quinzena do próximo mês de Março, onde irá cumprir vários contratos já anteriormente assumidos. Assim, informamos que a peça «SCHWEYK NA II GUERRA MUNDIAL», de Bertolt Brecht, ficará em cena somente até ao próximo dia 7 de Março, com espectáculos todas as noites às 21.30 horas e «matinées» aos Domingos às 16 horas. Dia 1 (2.ª feira) véspera de Carnaval, espectáculo às 21.30, e dia 2, Carnaval, dois espectáculos à tarde, e à noite.

Bilheteira Tel. 897017

A. B. E. P. Tel. 328823

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

COMUNA
Teatro de Pesquisa

NOVO HORÁRIO
Às 5.ªs, 6.ªs e SÁBADOS ÀS 21.30

FOGO!

Domingos — Só às 18 h.

PRAÇA DE ESPANHA METRO - PALHAVÃ Tel. 762624

Sábado, 28, a peça «Fogo!» será apresentada no Salão dos Bombeiros em Mem Martins

MARIA VITÓRIA

Todos os dias 2 sessões às 20.30 e 22.45

(Não aconselhável a menores de 18 anos)

A PLURALIREVISTA DO POVO PARA O POVO

FORÇA, FORÇA CAMARADA ZÉ!

SALVADOR ★ FLORBELA ★ HENRIQUE SANTANA

VITOR MENDES
CARLOS GONÇALVES
à frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional

Atracção nacional:
CIDÁLIA MOREIRA

Domingo e 3.ª feira de CARNAVAL, «matinées» às 16 h. e 2 sessões, às 20.30 e 22.45

2.ª feira, espectáculos às 20.30 e 22.45, descansando a Companhia na 4.ª feira de Cinzas

Bilhetes à venda sem aumento de preço

TEATRO INFANTIL no CARNAVAL — Sábado e 2.ª feira, 2 «matinées», às 15 e 17 h. com «O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»

Bilhetes a 10$00, 15$00 e 20$00 (só 1)

SOCIEDADE «ESTORIL»

LINHA DE CASCAIS

AVISO

Para execução de trabalhos de renovação da via, nos dias 23 e 24 no troço Belém-Algés e 25, 26 e 27 no troço Cruz Quebrada-Caxias, a circulação de comboios, das 10 às 12 e das 14.30 às 16 horas, far-se-á apenas por uma das vias, com os atrasos daí resultantes.

Em FARO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA FARRACHA

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

O MONÓLOGO DA MENINA AURORA

«Sou de Santa Comba Dão, distrito de Viseu. Vim no comboio quando cheguei a S. Apolónia para me conhecerem deram-me um ramo de flores prá mão, quando cheguei a Santa Apolónia estava lá então a governanta do Senhor Doutor. E daí regressei a casa dele nas Cortes e mandaram-me sentar num sofá, sentei-me no sofá, o Senhor Doutor chegou-se ao pé de mim e disse: *Ó Maria, ó Micas, esta é viva, tem os olhos espertos.* A Micas era a criada do Senhor Doutor, a governanta, que dizem que é amiga dele, que pró Senhor Doutor quem cozinhava era a governanta, eu servia à mesa a governanta, e a Etelvina, que era a criada de fora, servia o Senhor Doutor. Então a filha do Senhor Doutor que era a Maria Micas, quando ela estava e os filhos, os meninos iam comer com o avô e a mãe dos meninos comia também com o avô, que era o pai dela, e a senhora comia separado, que era a governanta do Senhor Doutor, comia numa mesa separada — o Senhor Doutor era aqui, mais os meninos e a filha, os netos e a filha, e o Senhor Doutor comia noutra mesa separada no corredor. Eu servia a governanta e a criada servia o Senhor Doutor e os meninos e a governanta nunca se sentou à mesa, nunca se sentou à mesa com o Senhor Doutor, na nossa frente, nunca, nunca, nunca, a gente procurava por que é que não se sentava, dizia que era por causa da vergonha, que se envergonhava de estar assim, agora se era, não sei.

«Quando eu fui mais a governanta para a praça da Ribeira, ela disse-me logo onde é que eu havia de comprar o peixe, a fruta, que era em cima, o peixe em baixo, a hortaliça a outro lado e eu como comprava aos montes as folhas de lombarda pegava numa saca, ensacava, que era para levarmos para os aviários, eram cinco ou seis sacas e eu carregava aquilo à cabeça e ia levá-las à carroça, que era do Estado. Tinha um automóvel que levava a carne, o peixe, as frutas, tudo numa alcofa na mão, ia pela ladeira acima, a palmilhar a pé, e noutros dias ia no carro do chofer e a carroça seguia na frente. Chegada a casa, dizia-me assim o Senhor Doutor *Então pequena, o peixe é bom? ó Senhor Doutor, faça o favor de ver a pescada.* Mas a pescada tinha os olhos arremelados e ele diz *vá, vai ja lá trocá-la.* E eu fui. E ele falou com a peixeira, porque eu não sabia lá os contratos da peixeira, a gente não escolhia, era a peixeira que já nos a dava, e ele pelo telefone disse-lhe: *Você dê a pescada boa, não mande pra cá pescada com os olhos arrebentados e arremelados.* Cheguei lá e disse assim: *Bote comer aos pintos que estão cheios de fome.* E eu disse assim: *Não estão, nada, Senhor Doutor. Mas eles estão a subir por mim acima.* E digo-lhe eu *olhe que devem ter mas é sede.* E ele vai e chamou os animais, piu, piu, piu, piu, e vai lá à pia, às gamelas.

«Á meia-noite ja sempre bater-nos à porta: *Ó Aurora, anda acima, venha cá acima, que é para ver o que vai naserra.* Isto é verdade. A gente íamos ver os fogos. Chegava ao quarto da outra: *Ó Maria, vem cá acima, vem cá ver o que vai naserra.* Chegava ao quatro de outra...andava sempre naquilo, em todos os quartos, juntávamos todas, às vezes, ate às duas e três da manhã.

«O meu ordenado eram 350 escudos. Inda pagava menos do que pagavam na minha terra quando fui para lá. Quando fui. Porque eu na minha terra também estive 18 anos só a ganhar 50 escudos por mês, 50. Eu trabalhava muito e pedi mais ordenado ao Senhor Doutor, à governanta, e a governanta disse que era com o Senhor Doutor e eu fui ter com o Senhor Doutor e o Senhor Doutor disse-me: *Não, mais ordenado não posso dar, porque isto é para dar exemplo ao povinho. Se eu vou dar mais ordenado a vocês, o povinho diz que quer mais* «queria dizer que o povo também queria mais aumentos nos ordenados deles, e ele então disse pra mim que não podia ser e eu disse»: Então assim vou-me embora e ele respondeu: *Não te vais embora porque me fazes falta poor causa da praça.»* E eu disse. *Assim não, assim não me serve* — Foi então quando ele me subiu para 450 escudos e a governanta disse: *Ó Aurora, eu dou-lhe mais 50 escudos, porque você merece e não diga nada às suas colegas.*

«Ao cabo de dez anos não chegou bem a dez anos. Fui operada desta perna direita. Estava eu na cama, fui operada à perna quando ele morreu. Depois levaram-no ao colo e eu fui para a televisão de uma vizinha ver o enterro do Senhor. Vi-o chegar à terra, à província, lá a Santa Comba Dão. Chegou a Santa Comba Dão, a governanta pôs-lhe assim a mão por cima e disse: *Deus te dê o céu eterno.* E as lágrimas cobriam-na. Estava uma rapariga de preto, que era minha colega, que era criada de mesa, chamava-se Etelvina, estava ao lado dela, e também chorou e também lhe disse: *Deus lhe dê o céu eterno.*

(Do programa Para todo o Serviço)

Sobe a Tribunal o processo dos sindicalistas baleados

PORTO, 26 — O caso dos dirigentes sindicais dos Vidreiros do Porto, baleados na madrugada do dia 26 de Novembro último, conforme noticiámos, está em vias de julgamento. O processo foi ontem enviado a Tribunal pela Polícia Judiciária.

Entretanto, recolheu à prisão de Custóias o indivíduo suspeito de ser autor de uma morte e de um ferido grave então ocorridos.

MULHER E SEMPRE NOTICIA

«Um livro que é um desassombro»

SEM PAPAS NA LÍNGUA

não CENSURADO

as memórias da menina da franjinha

BEATRIZ COSTA

«NINGUÉM TEVE A CORAGEM DE DIZER O QUE EU DIGO» – «JÁ QUE ESTOU NA FOGUEIRA, QUE ARDA ATÉ AO FIM»

Com um prefácio de JORGE AMADO

4ª edição

Uma edição PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

CARNAVAL
TORRALTA
1976

LAGOS

28, 29 de Fevereiro — 1 e 2 de Março
BOITE DO HOTEL GOLFINHO
Conjunto GRUPO 4
A Voz de JOSÉ PORTUGAL
SERVIÇO PERMANENTE DE BAR E SNACK
Preço por pessoa Esc.: 100$00
HOTEL SÃO CRISTÓVÃO
Conjunto OS GOLFINHOS
SERVIÇO PERMANENTE DE BAR E SNACK
Preço por pessoa Esc.: 75$00

PASSE OS 4 DIAS DE CARNAVAL NOS HOTÉIS:
GOLFINHO Tel. 62081/3 Telex 18289
Preços desde 170$00, p/dia e p/ pessoa
S. CRISTÓVÃO Tel. 63051/2 Telex 18289
Preços desde 120$00, p/dia e p/pessoa
MEIA PRAIA Tel. 62001/2 Telex 18289
Preços desde 120$00, p/ dia e p/ pessoa

PEÇA INFORMAÇÕES, FAÇA A SUA RESERVA:
LISBOA Av. Duque Loulé, 24 T. 571748 Telex 16465
Nos Hotéis ou nas Delegações TORRALTA
PORTO T. 22749 BRAGA T. 26765 V. REAL T. 23521
COIMBRA Tel. 24950 COVILHÃ Tel. 24871 LEIRIA
T. 25143 C. RAINHA T. 23433 SETÚBAL T. 26177
ÉVORA Tel. 25718

CANTINA (VELHA) DA CIDADE UNIVERSITÁRIA

CARNAVAL BRASILEIRO

com

«OS ACADÉMICOS DO SAMBA»

4 NOITES DE CONVÍVIO

Sexta-feira (27) — 22 h.
Sábado (28) — 22 h.
Domingo (29) 22 h.—16 h. «Matinée» infantil
Segunda-feira (1) — 22 h.

DIRECÇÃO DA A. F. F. M. L.

PREÇO 50$00

Hoje

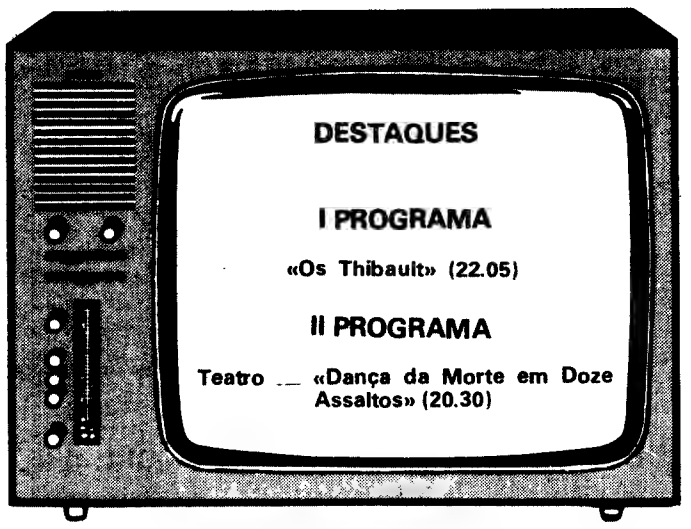
«Os Thibault»

I PROGRAMA

19.00 Abertura e **«O Palhaço Ferdinand»**
19.30 **«A Flecha Negra»** — série filmada.
19.55 **TV Palco** — actualidades teatrais por Igrejas Caeiro.
20.30 **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.05 **Momento Político** — com o ministro das Finanças dr. Salgado Zenha.
21.35 **Panorama** — Vila da Feira em festa.
22.05 **«Os Thibault»** — série realizada para a Televisão Francesa por André Michel e Alain Boudet e inspirada na famosa obra com o mesmo título da autoria de Roger Martin du Gard, Prémio Nobel da Literatura.
22.50 **Telejornal** — 3.ª edição
23.10 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e **«O Golfinho Branco»** — série filmada.
20.30 **Teatro** — «Dança da Morte em Doze Assaltos» — de Friedrich Dürrenmatt na tradução de Ricardo Alberty e adaptação de Jorge Listopad. Representação de Cármen Dolores, Álvaro Benamor e Augusto Figueiredo. Realização de Jorge Listopad.
22.10 **Telejornal** — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30.
22.40 Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

. . . . **1.º Período** — **13.15**: Abertura e Telejornal — 1.ª edição; **13.30**: «Os Robinsons Suíços» — série filmada: **14.00**: Logo à Noite — cartaz dos cinemas e teatros de Lisboa e Porto e da TV. **Ciclo Preparatório TV** — **14.10**: Língua Portuguesa (2.º ano): **14.35**: Matemática (1.º ano): **15.00**: Francês (2.º ano): **15.25**: Ciências da Natureza (1.º ano); **15.50**: Educação Visual (2.º ano); **17.35**: Língua Portuguesa (1.º ano); **18.00**: Trabalhos Manuais (2.º ano). **2.º Período** — **19.00**: Abertura e «Era uma Vez... Três» — programa produzido pelo Departamento de Programas Juvenis e Infantis; **19.14**: As Pedras e o Homem — Marvão; **19.55**: Momento Desportivo; **20.30**: Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro: **21.05**: Recital de Canto — Barbara Vogel: **21.30**: «Os 4 de Blindados e o Seu Cão» — repetição do último episódio: **22.15**: Cinema-76 — actualidades cinematográficas por Alfredo Tropa: **22.45**: Telejornal — 3.ª edição: **23.00**: Fecho.

II PROGRAMA

. . . . **20.00**: Abertura e «Os Robinsons Suíços»: **20.30**: «Madigan» — série policial com Richard Widmark no protagonista: **21.30**: Fronteiras do Amanhã — a segurança nos transportes aéreos: **21.35**: Passatempo: **22.45**: Telejornal: **23.15**: Fecho.

Desporto

No Jamor, com sol

Seleccionados em forma marcaram (só) oito golos

Fase movimentada do treino do Jamor

A ma[illegible] mês do encontro amigável que os nossos «AA» disputa[illegible] com idêntica formação [illegible], os considerados [illegible] do actual momen[illegible]stico estiveram [illegible] acariciador sol, n[illegible] propriamente à produ[illegible] apuro de forma, ma[illegible] etudo — em busca [illegible] entrosamento, de un[illegible] produção que result[illegible] ctivização do noss[illegible] «asso[illegible]».

Diga-se desde já que o treino (foi de um apronto, embora ligeiro, que se tratou) correspondeu à expectativa, a despeito das ausências que se fizeram sentir — o que também é costume nestas andanças a meio da semana.

Entre elas, assinale-se a de Moinhos, que parece estar a contas com uma lesão meniscal. Mas outras houve, como a de Marinho, que lá do Sameiro (Sp. de Braga) não se esqueceu de avisar. Jordão e Damas, embora presentes, não se equiparam e, portanto, também não evoluíram no verdejante relvado do Jamor, presumindo-se em relação ao atacante «encarnado» que, por razões óbvias, procura não despender energias em excesso até quarta-feira, que é «data europeia» para o Benfica, «obrigado» a medir forças com um Bayern que é de boa cepa, como o vinho (perdão: como a cerveja bávara), mas que não se encontra na melhor das suas terríveis formas.

Mas o desentorpecimento, que meteu bola e corridas, gritos e golos, teve, também, a curiosidade de permitir a presença de Mário Wilson (a compensar a falta de Moinhos?), que deve ter ido ali para observar «in loco» os convocados de Belém e outros mais. Antes que disso pudesse extrair as primeiras impressões, o professor José Falcão ministrou a todos aqueles profissionais exercícios de aquecimento e desentorpecimento muscular, após o que se seguiu o imprescindível conjunto dirigido por Juca na ausência de José Pedroto.

O treino, que foi bastante agradavel de presenciar e proporcionou meia dúzia de lances de superior craveira técnica, para além do engodo que os atacantes mostraram pelas redes, originou a constituição de duas equipas, que apresentamos assim:

VERMELHOS — Botelho; Artur, José Mendes, Freitas e Taí; Octávio, Alves, Toni e Vítor Martins; Marinho e Nené.

AMARELOS — José Henrique; Rebelo, Barros, Carolino e Cardoso; Fraguito, Teixeira e Shéu; Oliveira, Manuel Fernandes e Seninho.

Para além do número de golos (oito), muito bem repartidos (4 para cada lado), saliente-se a convocação e presença de Teixeira (F.C. do Porto), que não é «profeta» no seu club (porquê Monteiro da Costa?), mas tem a confiança e o aval do seleccionador-treinador dos «AA».

Marcha do marcador: Alves fez 1-0, Oliveira empatou para os «Amarelos», Octávio e Nené, em poucos minutos, alcançaram mais dois golos ante o desespero de «Zé Gato», Manuel Fernandes encurtou (2-3), Oliveira (que tinha trocado com M. Fernandes)pôs pela primeira vez no 2.° tempo — que durou 25 minutos, isto é, menos 15 que o primeiro — as equipas em igualdade, Seninho desempatou e, quase a terminar, Nené, numa excelente tabela com o seu companheiro Toni, colocou o resultado como no princípio: nulo.

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 26, DE 29 DE FEVEREIRO DE 1976

Alvo Desportivo — 111 1xx 111 1211; Badaladas — xx1 11x x11 1112; Boa Nova — 1xx xxx 111 1111; Cardeal Saraiva — x11 x11 111 1111; A Comarca de Arganil — x11 1x1 1111 1121; Cavalgada do Ritmo — x11 xxx 111 1111; Clube do Ar — x21 111 112 1x11; O Distrito de Setúbal — xxx xxx 11x 1x11; Rádio Totobola — xxx xxx 111 11xx; Barlavento — x11 1xx 11x 1111; O Comércio de Leixões — 11x x11 111 1111; O Concelho de Estarreja — xxx 11x 1111 x111; Correio dos Açores — 1x1 x11 11x 1211; Correio de Coimbra — 111 x11 111 1111; Correio do Vouga — 1xx x11 111 1111; A Defesa — 11x 21x x12 11x1; Às 10 Espere por Nós — xxx x21 1x1 1xx1; Diário dos Açores — x11 x1x 111 1x11; Diário de Coimbra — 111 x11 111 1111; Diário de Lisboa — x11 21x 1x2 1211; Diário do Porto — xx1 x11 111 1111; Ecos de Cacia — 11x x11 111 1111; Estrela da Manhã — x1x x21 111 1x21; Eu Sei Tudo — 111 2x1 111 1121; Folha de Domingo — 111 1x1 111 1111; Dos Fracos Não Reza a História 2x1 2xx x21 x221; Jornal da Beira — 111 1x1 111 1111; O Jornal de Felgueiras — x11 11x 111 1111; Jornal da Graça — 111 111 111 1111; O Jornal da Lixa — 11x, x1x 111 1211; Jornal de Sintra — xx1 x1x 11x 1111; Jornal do Sul — 1x1 x11 111 1211; A Voz do Domingo — x1x xxx 111 x121; Linhas de Elvas — 111 x11 111 1x11; Litoral — xx1 x11 121 1111; Manchete Desportiva — 111 111 1xx 1111; Maria da Fonte — xx1 111 1x1 1111; Mundo Desportivo — x11 x11 111 1211; O Norte Desportivo — 1x1 x11 11x 1111; Notícias do Douro — 11x 111 111 x11; Notícias de Évora — xx1 xx1 111 1111; Notícias de Felgueiras — x1x xx1 111 1111; Notícias de Gouveia — 1xx x11 112 1111; Penalti — 11x 111 111 1111; Póvoa de Lanhoso — 111 1x1 111 1111; Presença Coimbrã — x1x x1x 111 1111; Rádio Altitude — 111 111 111 1111; Rádio Alvo — xx1 xx1 111 1211; Reconquista — 1x1 x11 111 1111; Renovação — 111 x11 111 1111; Repórter do Dia — 111 2x1 111 1x11; Encontro Musical — xxx x11 xx1 1x11; Ritmo e Amizade — xx1 xx1 111 x111; A Voz das Beiras — 11x 111 111 1111; A Voz de Lamego — 111 xx1 11x 1211; A Voz dos Ridículos — 111 x21 11x 1221; A Voz do Casa Pia — 111 x11 111 1111; Auto Rádio — xx1 2xx 111 1211; Boletim Desportivo — x11 221 21x 1xx1; Estúdio 64 — xx1 x1x 111 1211; Miscelânea Musical — 111 111 111 1111; Montra do Êxito — x11 x11 111 12xx; Música e Desporto — xx1 xx2 111 x1x1; Programa da Manhã — xx1 2x1 x11 1121; Só Rádio — 1x1 11x 22x x11x; O Jornal de Notícias — 111 x11 111 1x11; Placard Desportivo — x11 xx1 111 1x11; O Primeiro de Janeiro — x11 x1x 111 1211; Programa Sem Nome — 111 xxx 111 12x1; Quadrante Desportivo — xxx x1x 111 1x11; Quadrante Norte — x1x xx1 x21 1x21; Panorama — x11 2x1 111 1x11; Rádio Placard — 111 111 111 1111; Rádio Sports — 111 xx1 111 1111; Resenha Desportiva — xx1 x21 121 1221.

	RESUMO 1	X	2	BOLAS 1	X	2	(a)
1. TORRES NOVAS-ALBA	31	38	1	5	6	1	
2. GIL VICENTE-U.LAMAS	16	28	1	7	4	1	
3. SALGUEIROS-SESIMBRA	54	21	0	9	3	1	
4. ALMADA-ESPINHO	20	11	9	3	7	2	
5. VASCO GAMA-LAMEGO	43	27	5	7	4	1	
6. ORIENTAL-PENAFIEL	51	25	1	8	3	1	
7. MARITIMO-PAREDES	67	6	2	10	1	1	
8. TORRES NOVAS-ALBA	65	5	5	10	1	1	
9. GIL VICENTE-U.LAMAS	61	10	4	9	2	1	
10. SALGUEIROS-SESIMBRA	68	7	0	11	1	1	
11. ALMADA-ESPINHO	45	14	16	7	2	3	
12. VASCO GAMA-LAMEGO	59	7	9	9	1	2	
13. ORIENTAL-PENAFIEL	71	3	1	10	1	1	

a)Nos termos do Artº. 10º. do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "chave" lógica será: X11 X11 111 1111

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO EXTRAORDINÁRIO DE 2/3 DE MARÇO DE 1976

Alvo Desportivo — 11x 211 xx1 11; Badaladas — 21x 211 121 221; Boa Nova — 11x 111 1x1 x11; Cardeal Saraiva — 111 111 111 111; Cavalgada do Ritmo — 11x 11x xx2 x11; Clube do Ar — 112 112 11x x11; O Distrito de Setúbal — 211 111 111 x11; Rádio Totobola — 111 x1x xxx x11; O Comércio de Leixões — 21x 21x 12x 211; O Concelho de Estarreja — 111 111 111 111; Correio de Coimbra — 111 112 1x1 x11; Correio do Vouga — 111 x11 111 x11; Às 10 Espere por Nós — x11 21x 1xx 2xx; O Diário dos Açores — 11x 111 12x x11; Diário de Lisboa — 112 x1x 1xx x11; Diário do Porto — 11x 11x 111 111; Ecos de Cacia — 111 x11 112 x11; Estrela da Manhã — 11x 21x 111 x1x; Eu Sei Tudo — 11x 21x 12x x11; Folha do Domingo — 11x x12 11x 21x; Dos Fracos Não Reza a História — 12x 2x1 1xx 1x2; Jornal da Beira — 112 x12 12x 211; O Jornal de Felgueiras — x1x 211 x11 211; Jornal da Graça — 111 111 111 111; O Jornal da Lixa — 11x 111 11x 111; Jornal do Sul — 11x 212 111 x11; A Voz do Domingo — 111 x11 1x1 111; Linhas de Elvas — 11x 21x 11x x11; Litoral — 11x 11x 12x x11; Manchete Desportiva — 111 11x x22 x11; Auto-Rádio — 11x 11x 111 111; Estúdio 64 — 11x x1x xxx xx1; O Primeiro de Janeiro — 111 111 1x1 211; Programa Sem Nome — 112 11x 1x1 111; Quadrante Desportivo — x11 11x 1xx x11; Quadrante Norte — 1x1 x11 121 11x; Panorama — 111 x11 21x 1x1; Rádio Placard — 111 111 111 111; Repórter do Dia — 11x 11x 12x 211; Resenha Desportiva — 12x 212 11x 211; Jornal de Notícias — 11x x11 1x1 x11; Placard Desportivo — 111 211 1x2 x11; Maria da Fonte — 112 11x 111 x11; Mundo Desportivo — 111 11x 1x2 111; O Norte Desportivo — 111 11x 1xx x11; Notícias de Évora — 11x x1x 12x x11; Notícias de Felgueiras — x11 11x 1xx 111; Notícias de Gouveia — xx2 212 1xx 211; Penalti — 111 111 111 111; Póvoa de Lanhoso — 112 11x 12x x11; Presença Coimbrã — 112 111 122 111; Rádio Alvo — 112 x1x x21 111; Reconquista — x1x 211 111 x11; Renovação — 11x 211 122 x11; Encontro Musical — 112 11x 11x 111; Ritmo e Amizade — 11x 11x 111 111; A Voz das Beiras — 11x 212 121 2x1; Voz de Lamego — 111 21x 111 211; A Voz dos Ridículos — 111 x12 112 211; A Voz do Casa Pia 11x x11 111 x11.

	RESUMO 1	X	2	BOLAS 1	X	2	(a)
1. BENFICA-BAYERN MUNIQUE	51	6	3	10	1	1	
2. DINAMO KIEV-ST. ETIENNE	56	2	2	10	1	1	
3. HAYDUK SPLIT-EINDHOVEN	23	27	10	5	5	2	
4. M"GLADBACH-REAL MADRID	28	15	17	6	3	3	
5. CELTIC-S.ZWICKAU	59	1	0	11	1	1	
6. GRAZ-E. FRANKFURT	25	26	9	5	5	2	
7. ANDERLECHT-WREXHAM	52	7	1	10	1	1	
8. DEN HAAG-WEST HAM	26	19	15	5	4	3	
9. DINAMO DRESDEN-LIVERPOOL	28	24	8	6	5	1	
10. F.C.BRUGES-MILAN	20	27	13	4	5	3	
11. BARCELONA-LEVSKY SOFIA	54	5	1	10	1	1	
12. HAMBURGO-STAL MIELEC	55	4	1	10	1	1	

a)Nos termos do Artº. 10º. do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "chave" lógica será: 11X 11X 111 X11

Nacional

Congressistas durante a recepção que lhes foi proporcionada ontem à tarde num hotel de Lisboa. Em inglês no original: uma «Lisbon Alfama Evening» («Noite na Alfama lisboeta»)

Pinheiro de Azevedo na abertura do Congresso da A.S.T.A.

O almirante Pinheiro de Azevedo presidiu esta manhã à sessão oficial de abertura do IV Congresso Internacional de Turismo da Associação Americana de Agentes de Viagem (A. S. T. A), que decorreu na Fundação Gulbenkian.

Assistiu também à sessão o ministro do Comércio Externo e Turismo, prof. Jorge Campinos, que leu a mensagem de boas-vindas aos 500 congressistas (150 são americanos) representando cerca de 40 países.

Os participantes abordarão durante três dias, temas como a «Estratégia de Marketing no Atlântico Norte» (amanhã) e «Viagem Para a Europa (sábado). A conferência de hoje foi pronunciada por Adi Katgara do «United States Travel Service», que falou sobre «O Bicentenário americano e a sua utilização como motivador de turismo». Após a conferência, os congressistas almoçaram a convite da Câmara Municipal de Lisboa. À tarde é inaugurada, num hotel da capital, uma feira de turismo.

A A. S. T. A. é a maior organização de turismo do mundo, agregando numerosas instituições particulares e oficiais americanas. Portugal concorreu em 1974, com Paris e Esmirna, à realização deste congresso, candidatura aprovada durante o III Congresso que decorreu no Rio de Janeiro no ano passado.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS, LANIFICIOS E VESTUARIO DO SUL

CONVOCATÓRIA

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul convoca todos os trabalhadores dos sectores dos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Tinturarias e Lavandarias, para um **encontro que terá lugar no LICEU GIL VICENTE (Rua da Verónica, à Graça) no próximo dia 29 de Fevereiro (domingo) pelas 10 horas** (Durará todo o dia).

Este encontro terá como finalidade a discussão das teses e preparação para o Congresso dos Trabalhadores Têxteis que se realizará nos próximos dias 18, 19, 20 e 21 de Março.

Devido à importância que o Congresso terá para os trabalhadores do nosso sector e não só, apela a Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul para uma participação maciça de todos.

— **Em frente com o Congresso!**
— **Prepara-te para o Congresso dos Trabalhadores Têxteis!**
— **A luta continua!**
— **Unidos e organizados o fascismo não passará!**
— **Venceremos!**

Pel'A DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS CARPINTEIROS NAVAIS, CALAFATES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO DISTRITO E PORTO DE LISBOA

A LUTA CONTINUA

Pelo recomeço das negociações do Contrato Colectivo Vertical Nacional
Pelo cumprimento da Portaria de 8 de Setembro
Contra o aumento do custo de vida
Contra o congelamento de Contratação Colectiva
Contra a recuperação Capitalista
Contra a política reaccionária do Ministério das Corporações
Pela revalidação das Credenciais às comissões de trabalhadores
Pelo controlo operário da produção
Pelo controlo dos trabalhadores sobre a previdência
Contra o desemprego e direito ao trabalho
Contra o terrorismo e pelas liberdades e pela democracia

PARALISAMOS TODOS

Dia 26 de Fevereiro 1976 — Das 15 às 17 horas

UNIDOS VENCEREMOS

PELA DIRECÇÃO
O PRESIDENTE

Luís Barreto das Dores

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE CUBA

ANÚNCIO

Pelo Juízo de Direito desta comarca de Cuba, correm éditos de 30 dias contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando a ré ELISA DA CONCEIÇÃO IMAGINÁRIO COSTA, casada, doméstica, que teve a sua última residência conhecida no lugar do Barro, concelho e comarca de Loures e actualmente ausente em parte incerta, para no prazo de 20 dias, findo o dos éditos, contestar, querendo, os autos de acção de divórcio litigioso, que contra a citada foi intentada por seu marido Manuel José Caeiro Costa, servente de pedreiro, residente em Cuba, com os fundamentos das alíneas a) e e) do Art.º 1.778 do Código Civil.

Cuba, 14 de Fevereiro de 1976

O juiz de Direito, 3.º Substituto
(José Francisco Costa)

O Escrivão de Direito
(José Ferreira Garcia)

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 6.ª Vara

ANÚNCIO

Por este Tribunal correm éditos de trinta dias, que começarão a contar-se da segunda e última publicação do respectivo anúncio, citando o réu para no prazo de vinte dias, findo o prazo dos éditos, contestar a acção, sob pena de poder vir a ser condenado no pedido que, em extracto, é o seguinte: Pretende o autor que o réu e outros sejam condenados, solidariamente, a pagarem-lhe a quantia de Esc. 2 165 345$60, custas e mais legal, proveniente de letras accionadas, devendo ainda declarar se confessa ou nega as firmas apostas nos títulos ajuizados. O duplicado da petição inicial fica patente na referida Vara, para lhe ser entregue quando solicitado.

Acção Ordinária n.º 3163 1.ª secção. Autor Mário Manuel de Figueiredo Rodrigues Gaspar, solteiro, maior, residente na Av. Fontes Pereira de Melo, 49-2.º dt.º, em Lisboa.

Réu dr. Sebastião Maria de Almeida Santos de Castelo Branco, economista, separado judicialmente de pessoas e bens e com a última residência conhecida na Rua do Alecrim, 75, 2.º, em Lisboa.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1976

O Corregedor Presidente
Eugénio Ferreira Pestana

O Escrivão de Direito
Pedro Figueiredo Março.

EPAL

Empresa Pública das Águas de Lisboa

ANÚNCIO

CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DO LEITO DO RIO DE OTA, NA ZONA DAS CAPTAÇÕES

Faz-se público que no dia 31 de Março de 1976 pelas 15 horas, na Sede da Empresa Pública das Águas de Lisboa, na Avenida da Liberdade, 24, se procederá ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe.

As propostas serão remetidas sob registo e com aviso de recepção ou entregues contra recibo na Secretaria dos Serviços Técnicos da Empresa até às 17 horas do dia 30 de Março de 1976

O Processo de concurso estará patente todos os dias úteis, excepto aos Sábados, durante as horas de expediente, na Sede da Empresa, onde poderá ser examinado e obtida cópia.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1976.

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA
O Presidente da Comissão de Fiscalização
João Bau

PUB

Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos

MOÇÃO

APROVADA PELOS SINDICATOS METALÚRGICOS DE: ALENTEJO, AVEIRO, BRAGA, BRAGANÇA, CASTELO BRANCO, COIMBRA, FARO, FUNCHAL, GUARDA, LEIRIA, LISBOA, PORTALEGRE, PORTO, SANTARÉM, SETÚBAL, VIANA DO CASTELO E VISEU

CONSIDERANDO

1 — Que o auto-intitulado D.R.O.T. (Departamento de Relações com Organizações de Trabalhadores) é mais uma criação do Ministério das Corporações com a finalidade de dividir os trabalhadores, afastá-los dos Sindicatos e vergá-los à política Corporativa de conciliação de classes de que o ministro Tomás Rosa e o Secretário de Estado Marcelo Curto são destacados defensores;
2 — Que o auto-intitulado D.R.O.T., instrumento ao serviço da recuperação capitalista em marcha, é uma afronta aos trabalhadores portugueses e às suas conquistas de antes e depois do 25 de Abril;
3 — Que o auto-intitulado D.R.O.T., organização divisionista e reaccionária dirigida pelo conhecido lacaio do patronato, Júlio Dias, tem sido repudiado, desmascarado e escorraçado pelos trabalhadores e suas organizações de Norte a Sul do País,

As Direcções dos Sindicatos Metalúrgicos portugueses reunidas na sua Federação em 18 de Feveriro de 1976, decidem:

a) APELAR a todos os trabalhadores e suas organizações para que denunciem, desmascarem e dêem combate firme às manobras divisionistas do Ministério das Corporações.
b) EXIGIR a dissolução imediata do D.R.O.T. departamento deste Ministério ao serviço dos nossos inimigos de classe os capitalistas.
c) DECLARAR que não consentirão que os reaccionários D.R.O.T. prossigam na sua tarefa divisionista nem aceitarão quaisquer medidas que venham a ser propostas por esses lacaios do patronato.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1976

Geral

Gasolina mais barata para turistas e emigrantes

Os turistas e os emigrantes irão ter uma redução especial no preço da gasolina, confirmou ontem o ministro do Comércio Externo, Jorge Campinos. A medida já tinha sido anunciada pelo Governo quando estabeleceu os últimos preços deste combustivel e enquadra-se nas diligências que estão a ser feitas para incrementar o turismo e as férias dos emigrantes no nosso país.

Recorde-se o preço da gasolina em Portugal,

LEGIÃO PORTUGUESA: COMO FOI

Continuação da pág. 6

totalidade no Depósito Geral de Material de Transmissões, em muito más condições de utilização, vindo algum dele a ser recuperado por algumas unidades militares e corporações de bombeiros.

Refira-se ainda que a citada Central de Comunicações nos tempos que se seguiram a ocupação da Penha de Franca pelas F. A. foi vitima de arrombamento, pelo menos por duas vezes, por parte de elementos não identificados, os quais subtrairam dali algum material ligeiro que não foi possivel especificar, mas entre o qual se deve incluir cerca de uma dezena de emissores/receptores portáteis, de marca Tokai, recentemente adquiridos, e alguns gravadores.

FARDAMENTO E EQUIPAMENTO

O material de fardamento e equipamento da ex-LP era em elevado número e muito diverso, tendo sido distribuido por cerca de uma centena de corporações de bombeiros, e o restante entregue no respectivo depósito do Ministério do Exército que o aproveitou para trapos.

Destaca-se a cedência efectuada de algumas bandeiras, galhardetes e artigos de fardamento diverso a grupos de teatro, quer profissionais, quer amadores.

MATERIAL DE AQUARTELAMENTO E INTENDÊNCIA

A semelhança do que se passava com outro material, nomeadamente de transmissões, também neste capitulo, tirando Lisboa, Porto e Braga, os restantes aquartelamentos dispunham de material em condições francamente precárias, muito deteriorado pelo tempo e pelo uso.

Procedeu-se à sua distribuição por diversas entidades oficiais ou de benemerência, sendo, porém, o Comando Geral da P.S.P. (que ocupou as instalações da Penha de França) o principal beneficiário.

MATERIAL DESPORTIVO

Destaca-se apenas o destino dado às embarcações registadas como pertença da ex-Brigada Naval:

— 1 devolvida ao Instituto de Socorros a Naufragos, — 14 atribuidas à Federação Portuguesa de Vela, — 3 cascos de «Snipe» ainda em fase de acabamento foram cedidos a B.A. n.º 6 (Montijo).

MATERIAL DA «DEFESA CIVIL DO TERRITÓRIO»

Por iniciativa do Ministério da Defesa Nacional, em cujo âmbito devia vir a ser criado o futuro organismo sucessor da extinta D.C.T. (que funcionava na L.P.) — o que efectivamente veio a acontecer com a constituição do Serviço Nacional de Protecção Civil — foi, logo após a extinção da Legião, oficiado às unidades e estabelecimentos militares que todo o material da ex-D.C.T. apreendido devia ser ali guardado para posterior entrega ao organismo que lhe viesse a suceder.

O citado material já passou à Comissão Instaladora do S. N. P. C. que — ao que se supõe — o irá entregar a Liga dos Bombeiros Portugueses para sua distribuição pelas corporações mais ecessitadas, cumprindo assim uma inegável função social.

«OBRAS SOCIAIS» DA EX-L.P.

A ex-Legião acumulava com as suas funções informativas, policiais, e paramilitares outras de cunho populista, como refeitórios e centros sociais («Refeitório Lar da Junqueira», Centro Social e Paroquial do St.º Condestável, «Acção Social dos Bairros Municipais de Lisboa», «Obras de Cooperação Legionária do C.D. do Porto», «Cantinas Legionárias» em vários comandos distritais).

Procedeu-se à sua liquidação ou atribuição a outras entidades. O Centro Social do St.º Condestável, no Casal Ventoso, em Lisboa, foi entregue ao Centro Social do Casal Ventoso. Ressalta-se igualmente o destino dado ao «Refeitório Lar da Junqueira» que foi atribuido com todo o seu activo e passivo ao IARN.

ADMINISTRAÇÃO

As receitas da ex-LP tinham, fundamentalmente, as seguintes origens:

— 22 800 contos anuais atribuidos pelo ex-Ministério do Interior no capitulo de gastos confidenciais e reservados, — 4 500 contos anuais atribuidos pelo Ministério da Defesa para a D.C.T. — subsidios, quando necessários, de diversas entidades oficiais, — receitas provenientes das cantinas mantidas pela ex-Legião, — «dádivas» de empresas privadas.

A movimentação destas verbas era feita através de duas contas na Caixa Geral de Depósitos: — conta m/686, de carácter confidencial e que fugia a qualquer fiscalização — a administração do seu montante era da exclusiva responsabilidade da Junta Central da ex-LP.

Existiam ainda outras contas bancárias dos vários comandos distritais.

A Comissão Liquidatária recebeu, no inicio do seu exercicio, cerca de 2000 contos distribuídos da seguinte forma: — cerca de 714 contos na conta m/90, — cerca de 1180 contos na conta m/686, cerca de 270 contos nas contas particulares dos vários comandos distritais.

DIVERSOS

. . «: Como é do conhecimento público, diversas organizações políticas ocuparam, após o «25 de Abril» instalações onde havia estado instalada a ex-LP. Essas situações arrastaram-se mas encontram-se hoje totalmente ultrapassadas, havendo apenas a registar a existência de material de aquartelamento da ex-LP na posse de alguns partidos politicos que já foram notificados para procederem à sua entrega.

2. Regista-se ainda o facto de após a tomada de posse da comissão liquidatária, em 26 de Julho de 1974, ter tido esta o encargo de proceder ao despedimento de 134 ex-legionários que ainda prestavam serviço (remunerado) no Quartel da Penha de França. Salienta-se que esses ex-legionários pertenciam tão só ao pessoal auxiliar, com exclusão de quaisquer elementos dirigentes, FAC's, GIL's ou informadores.

Há ainda a referir que alguns ex-legionários apresentaram verbalmente, ou por escrito, pedidos de indemnização por, em seu entender, terem sido objecto de despedimento «sem justa causa»...

DIFICULDADES NO EXERCÍCIO DA C.L.

Foram elas as inerentes ao periodo revolucionário que se viveu após o 25 de Abril e que, fundamentalmente, se ligavam: — à falta de controle existente nas instalações da ex-LP, por vezes saqueadas pelas populações locais, — às ordens e contra-ordens que, no mesmo periodo, se seguiram, emanadas de diferentes entidades, — ao não aparecimento de cargas que deviam existir e não foram encontradas, — às carências de pessoal com que viveu a comissão, etc.

PUB

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CENTRO

ASSEMBLEIA GERAL

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 2 do Artigo 24.º dos Estatutos, convoco todos os sócios deste Sindicato, no pleno uso dos seus direitos sindicais, para uma ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar no Salão da INATEL, Rua António Granjo, 6, em Coimbra, no dia 26 de Fevereiro de 1976, pelas 21 horas, com a seguinte :

ORDEM DE TRABALHOS

— Apreciação do pedido de demissão do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Sr. Álvaro Ribeiro.

Coimbra, 18 de Fevereiro de 1976.

Pel'O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Graciano Nogueira Cabral
1.º Secretário

NOTA : — Nos termos do Art.º 26.º a Assembleia Geral terá início à hora marcada com qualquer número de sócios.

BARES • BOITES

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859/368197. Tina, Striptease.

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado ou limpo e o vento era fraco a moderado de Leste.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	12º
COIMBRA	13º
PORTALEGRE	8º
LISBOA	10º
FARO	12º
FUNCHAL	15º

TEMPERATURAS EXTREMAS

ANADIA
Máxima..... 20,5º

FIGUEIRA CASTELO RODRIGO
Mínima 1,6º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar	13,5º
Atmosfera	8º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
1.30	3,6 m	7.32	1,4 m
14.07	3.5 m	19.48	1,4 m
Dia 27			
2.25	3,8 m	8.20	1,2 m
14.55	3,7 m	20.32	1,3 m
Dia 28			
3.11	3,9 m	8.59	1,1 m
15.37	3,8 m	21.10	1,1 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente pouco nublado ou limpo excepto no Sul do território onde poderão ocorrer períodos de muito nublado; vento geralmente fraco ou moderado de Leste na Costa Algarvia.

AMANHÃ

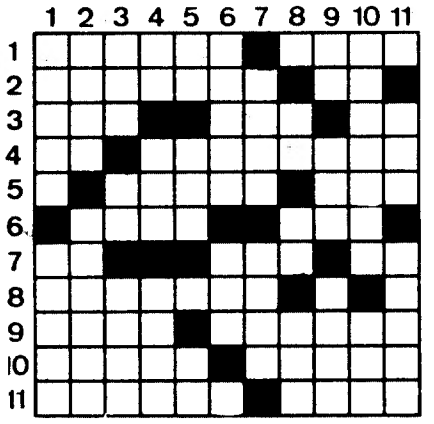
NASCER ÁS 8.13
OCASO ÁS 19.27

DIA 1 | DIA 9 | DIA 16 | DIA 22

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11306



HORIZONTAIS:

1 Dirigir em certa direcção a proa do navio. Nascimento de um astro.
2 Incinerais. Palavra latina pela qual começam muitos documentos pontificios de interesse para Portugal.
3 Preposição e artigo definido (pl). Pronome possessivo. Utensilio doméstico.
4 Bário (s.q.). Extrairias.
5 Livres. Mil quinhentos e um em romano.
6 Apelido de um dos grandes navegadores portugueses. Recusa.
7 Tempo do verbo haver. Saudável. Apelido da mãe de Luís de Camões.
8 Arejares.
9 Cabo da costa de Portugal. Chefe de tribo, em Moçambique.
10 Vem a tona de água (o peixe envenenado pelo pescador). Pessoa muito parecido com outra.
11 O mesmo que peneirar. Ratas.

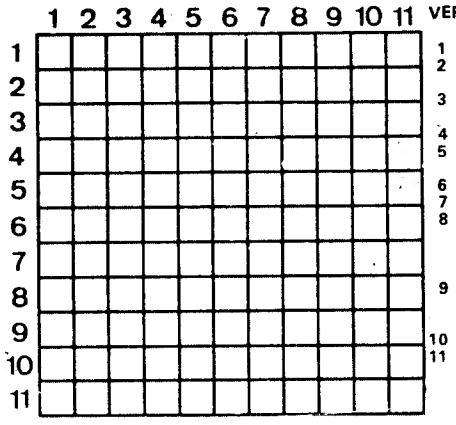
VERTICAIS:

1 Termina. Livro de orações.
2 Soberba. Criança.
3 Rente. Vossa alteza. Repetições de som.
4 Ribeira da Ásia Russa. Figura que simboliza o povo americano. Árvore indiana cuja casca é empregada como adstringente.
5 Autores. Nome de letra. Em partes iguais.
6 Traço. Preposição.
7 Transpiras. Pegas.
8 Viração. Laço. Tempo do verbo ir.
9 Ilha francesa do oceano Atlântico. Magnete natural. Instrumento para ficar à roca.
10 Vedados. Cento e dois em romano.
11 Agarrei. Levas à toa.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7466



HORIZONTAIS:

1 Mar interior nos confins da Europa e da Ásia. O mesmo que ovo (prov. ant.).
2 Filtrar. Bondoso.
3 Lavradas. Aqui.
4 Preposição. Enraivecidas.
5 Breieira. Lista.
6 Medida de superficie. Encolerizar.
7 Pronome pessoal. Desculpa.
8 Cidade de Portugal. Pequena bigorna de aço sem hastes.
9 Glutinoso.
10 Nesse lugar. Antes de Cristo. Lago da Finlândia.
11 Deu marrada. Parte das estaçõesdecaminho-de-ferro, onde se apeiam ou embarcam os passageiros.

VERTICAIS:

1 Terminaram.
2 Actínio (s.q.). Oportunidade. Ena!
3 Ecoa. Nota musical. Pronome pessoal.
4 Nome de peixe. Frutaria.
5 Cólera. Grão de tremoceiro.
6 Momento. Chefe etíope.
7 Botequim. Átrios.
8 Colocar-se-ia em posição conveniente para ser pintado ou fotografado. Antes de Cristo.
9 Preposição. Virgem de Alexandria patrona dos jardineiros.
10 Oculta. Nota musical.
11 Escavas. Quinhentas folhas.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11305

HORIZONTAIS: 1 Agradecidas. 2 Coes. Melo. 3 Itu. Cepo. VS. 4 Má. O. Sa. FIM. 5 Psi. Saído. 6 Desta. Unas. 7 COROA. Ura. 8 Amo. Amados. 9 La. Cró. Sobe. 10 Ora. Ri. 11 Rastejarias.

VERTICAIS: 1 Acima. Calor. 2 Gota. Domara. 3 Réu. Pero. As. 4 As. Osso. 5 Ita. Rue. 6 Emes. Ao. 7 Cepas. Um. Ba. 8 Ilo. Auras. 9 Do. Finado. 10 Vida. OBRA. 11 Sismos. Seis.

Provérbio: O FIM COROA A OBRA:

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7465

HORIZONTAIS: 1 Taipa. Cargo. 2 Odres. Alear. 3 Rua. Iara. 4 Desatar. Lot. 5 Lo. Limão. Te. 6 Arca. Lima. 7 Ea. Aaro. 8 Crus. Orar. 9 Ain. Vis. Nio. 10 Baila. Atoam. 11 Asais. Mossa.

VERTICAIS: 1 Tordo. Acaba. 2 Aduela. Rias. 3 Irás. Reunia. 4 Pé. Alças. Li. 5 As. Tia. Vás. 6 Cam. Ali. 7 Ca. Rala. Sam. 8 Ali. Oiro. To. 9 Real. Mornos. 10 Garota. Aias. 11 Orate. Croma.

farmácias de serviço

LISBOA

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALVALADE
S. Miguel, Praça Francisco de Morais, 1 (Tel. 771469); **Roma**, Avenida de Roma, 85-B (Tel. 772466); **Ideal**, Avenida Almirante Gago Coutinho, 49-A (Tel. 712803)
BAIXA
Centro Farmacêutico, Rua das Portas de Santo Antão, 88 (Tel. 321211)
CAMPOLIDE
Pinto, Rua de Campolide, 11-A (Tel. 682610)
CAMPO DE OURIQUE
Elma, Rua D. Maria Pia, 358-A (Tel. 686176)
ESTEFÂNIA
Mundial, Largo de D. Estefânia, 10 (Tel. 45578)
GRAÇA
Monte, Rua Senhorado Monte, 3-A/B (Tel. 867842)
LUMIAR
Patuleia, Alameda das Linhas de Torres, 362-B (Tel. 790332)
MADRAGOA
Lys, Rua da Esperança, 17-19 (Tel. 660913)
MARQUÊS DE POMBAL
Ribeiro e Castro, Rua Brancamp, 52-C (Tel. 43409)
POÇO DO BISPO
Freitas, Rua Zófimo Pedroso, 11 (Tel. 381136)
SANTO AMARO
Santo Amaro, Rua Filinto Elísio, 29-A/B (Tel. 637070)
S. S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Berna, Avenida de Berna, 44-A (Tel. 773568)
SETE RIOS
Canto, Estrada das Laranjeiras, 202-B (Tel. 780841)

TURNO H

TODA A NOITE

AJUDA
Lídia de Almeida, Calçada de Ajuda, 170 (Tel. 637318)
ALTO DE S. JOÃO
Zional, Rua Morais Soares, 58-C (Tel. 847708)
ALVALADE
Brisália, Avenida Rio de Janeiro, 66 (Tel. 722388)
AREEIRO
Central, Avenida Paris 2 (Tel. 720820)
AVENIDAS NOVAS
Cardote, Avenida Visconde Valmor, 28/A/C (à Avenida da República) (Tel. 772291)
BAIRRO AMÉRICA
Martins, Rua Fernão de Magalhães, 33 (Tel. 849448)
BAIXA
Durão, Rua Garret, 90 (Tel. 324166)
BENFICA
Santa Cruz, Avenida Gomes Pereira, 34-A (Tel. 704828)
CAMPO DE OURIQUE
Almeida, Rua Silva Carvalho, 136 (Tel. 681726)
CASTELO
Santa Luzia, Rua de Saudade, 2-B (Tel. 869831)
CHIADO
Durão, Rua Garret, 90 (Tel. 324166)
ESTEFÂNIA
Romano Baptista, Rua Passos Manuel, 6-10 (Tel. 570593)
PICHELEIRA
Marlux, Calçada da Picheleira, 140, B/C (Tel. 720703/728395)
OLIVAIS SUL
Higiene, Rua Cidade Vila Cabral, Lote 43 (Tel. 310026)
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
SousaMartins, (ao Matadouro) (Tel. 553468)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Almeida Nifo, Av. C.G.Guerra, 64 (T.2112070)
OEIRAS
Central, R.Conde Ferreira, 29 (T.2430058). Toda a noite
NOVA OEIRAS
Leal, Até às 22 horas
CARCAVELOS
Central, Toda a noite
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas
PAREDE
Grincho, Av. da República, 87 (T.2471204). Toda a noite
AMOREIRA
Amoreira, Até às 22 horas
ESTORIL
Marques dos Santos, R.Ferreira J.A., 15 (T.260116). Toda a noite
CASCAIS
Nova, E.de Alvide, Fontainhas (T.281044). Até às 22 horas: **Marginal**, Av. Marginal (T.280078). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora, P.28 de Maio, 3-A (T.935518); **Carmele**, R.Elias Garcia, lote 28 (T.933303); **Helénica**, R.Elias Garcia, 2 (T.933613); **S.Jorge**, R.Pedro del Negro, 5, Reboleira (T.938703)
DAMAIA
Lemos, R.de Goa, 21-A (T.971121)
QUELUZ
Queluz, Av. Miguel Bombarda, 123-A (T.951841)
CACÉM
Rodrigues Garcia, Av. dos Bons Amigos, lote 5-D
MEM MARTINS
Rodrigues Rato (T.2912038)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)
SINTRA
Simões, Estefânia (T.2930155)
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L.Coronel Ramos da Costa, 10 (T.234137)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R.Cândido dos Reis, 30 (T.204020)
ALMADA
Nuno Álvares, Av. D.Nuno Álvares Pereira, 39 (T.2750504)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E.Nacional, 178-B (T.2040302)
BARREIRO
Moderna, R.D.Henriqueta Gomes de Araújo, 12 (T.2073443)
COVA DA PIEDADE
Atlântico, R.Padre Manuel Bernardes, 1 (T.2764466)
MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)
MONTIJO
Moderna, R.Bulhão Pato, 60 (T.2310156)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)
SETÚBAL
Bocageana, R.do Romeu (T.23425); **Bairros**, B.Santos Nicolau (T.23330)
SEIXAL
Soromenho, R.Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 7

ATÉ ÀS 22 HORAS

Ameal, R.do Ameal, 1227 **Campo Alegre**, R.do Campo Alegre, 723 **Ferreira da Silva**, R.dos Mártires da Liberdade, 150 **Peninsular**, R.Chã, 100 **Melo Taveira**, R.Alcaide Faria, 77 **S.Roque da Lameira**, R.d S.Roque da Lameira, 1111 **Sá da Bandeira**, R.Sá da Bandeira, 236 **Prelada**, R.Central de Francos, 316 **Martino, Suc.**, P.Marquês de Pombal, 122 **Pombeiro**, Campo dos Mártires da Pátria, 152 **S.Lázaro**, Av. Rodrigues de Freitas, 297

COIMBRA

MONTES CLAROS
Rua dr. António José Almeida, 69 (Tel. 25904; VIEGAS E COELHO, Rua da Sofia, 21, (Tel. 22089)

cinemas

CASTIL
T.530194 15.30, 18.30 e 21.15
Int. a men. 18 anos
MÓNICA E O AMOR
c/ Glória Guida, Paolo Carlini
Real. Mário Imperoli

CALEIDOSCÓPIO
T.795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Para todos
Festival Jerry Lewis
PINTORES E RAPARIGAS
Um filme de Jerry Lewis

UNIVERSAL
T.774402 15.00, 19.00, 21.00
Não acons. a menores de 13 anos
DEUS PÁTRIA AUTORIDADE
de Rui Simões
Às 17 e 23 h
Não acons. men. 18 anos
SANGUE CONDOR

IMPÉRIO
T.555134 15.15, 18.30 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
67 DIAS Panavision
Para todos
Preços normais
Nas tardes de Carnaval
«FESTIVAL DO OESTE»
O filme mais divertido de todos os tempos!

EDEN
T.320768 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
Quanto mais prima...
«PECADOS EM FAMÍLIA»
c/ Simonetta Stefanella, Michele Placido

CONDES
T.322523 14.00, 16.30, 18.45 e 21.45
Não acons. a men. de 13 anos
Ele aí está — tremendo — Bud Spencer
O INSPECTOR MARTELADA

ROYAL
T.865037 15.15 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
CHAMAVAM-LHE AMEN
Carnaval - cinema e baile

ODEON
T.326283 15.15, 18.15 e 21.15
Não acons. a menores 18 anos
Extraordinária reaparição da famosa SARA MONTIEL na maliciosa
5 ALMOFADAS PARA UMA NOITE
Tinha 5 amantes. Mas logo fugiram quando ela disse estar grávida, quem era o pai?

BERNA
T.776098 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
HENNESSY
(O Militante)
5.ª Semana
um filme de Don Sharp

POLITEAMA
T.326305 14.15, 16.30, 19.00, 21.30
Não acons. men. de 18 anos
AS ORGIAS SEXUAIS DE
CAMILLE
2.ª semana de sensação

APOLO 70
T.763319 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA
10.º Semana
Hoje às 24 h (Grupo D - M/18 anos)
FOGO OU PALHA

LONDRES
T.801313 14.15, 18.00 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
CENAS DA VIDA CONJUGAL
com Liv Ulhmann e Bibi Anderson

VOX
T.720808 15.15, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
O MALUQUINHO DO SEXO
Um filme de Marco Vicário
3.ª semana em delírio

CASINO ESTORIL
T.264621 17.00, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
QUE NOITE DE NUPCIAS!...
c/Lando Buzzanca e Iva Furstenberg

ROXY
T.48560 Hoje às 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
ROMANCE POPULAR
Às 14.15, 16.30 e 18.45
EMILIENNE
Int. a menores de 18 anos

ROMA
T.727778 15.30, 18.30 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
AS INSACIÁVEIS
com Luciana Paluzzi e Robert Hoffman
5.ª Semana

S. JORGE
T.54153/4 21.15 — Estreia
Não acons. a men. de 13 anos
COM JEITO VAI NA FARRA
15.15, 18.15
A SÉTIMA ALVORADA

TIVOLI
T.570596 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. men. de 13 anos
ENTRE DOIS DESTINOS
com Joseph Bottome Deborah Raffin

D. JOÃO V DAMAIA
Tel. 971794 21.00
Não acons. a men. 18 anos
YUPPI DU

RESTELO
T.610375 21.00
Não acons. a men. 13 anos
A VINGANÇA DE MONTE CRISTO

AVIS
T.47163 15.30, 18.30 e 21.15
Para todos (M de 6 anos)
OS MALUCOS VÃO À GUERRA
14.ª Semana
Amanhão mesmo programa

ALVALADE
T.897480 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. a men. 13 anos
Ele aí está — Bud Spencer
O INSPECTOR MARTELADA
com Raymond Pellegrim
2.ª Semana

CARLOS MANUEL SINTRA
T.2930394 21.00
Int. a menores de 18 anos
UM FILME DOCE
Este filme contém cenas event. chocantes

PATHÉ
T.821933 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
Quente como fogo, duro como aço
JUSTIÇA DE MULHER
Em 2.ª semana

ESTÚDIO
T.555135 Estreia às 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
Michel Picolli-Annie Girarchot
DILLINGER MORREU
Um filme de Marco Ferreri

NIMAS
T.574362 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Não acons. a men. de 13 anos
NÃO TOQUES NA MULHER BRANCA
Um filme de Marco Ferri
6.ª semana

ESTÚDIO 444
T.779095 14.30, 16.45, 19.00 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
O RALLYE DAS GOZONAS
Este filme contém cenas eventualmente chocantes
9.ª Semana

MUNDIAL
T.538743 15.15, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
«O MATRIMÓNIO»
Visto por Claude Lelouch

rádio

1.º Programa

15.00 Painel da tarde
18.00 Música portuguesa
18.30 Temas sobre a condição de retornado
19.05 A criança, programa do Emissor Regional de Coimbra
19.30 A situação da agricultura na Revolução portuguesa
20.00 Jornal da noite
21.00 3.º episódio do folhetim «A Noite e a Madrugada», de Fernando Namora, numa adaptação de Judith Navarro — painel da noite
22.00 Falar educação, programa do I.T.E.
23.30 Programa desportivo
00.00 Último jornal
00.30 Retrospectiva
01.00 Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta — música na noite
02.00 Música na noite

2.º Programa

15.45 Que quer ouvir?
17.10 Uma cantata de Bach
18.00 Música de piano
18.30 Canções de Schubert
19.00 O canto e os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas
20.00 Música sinfónica
21.05 Ópera
22.00 Concerto de câmara
22.45 Concerto em si bemol maior, de Telemann
23.00 Intercâmbio musical
23.25 «Missa Solene», em ré menor, «Missa Nelson», de Haydn
00.03 Duas sonatas de Scarlatti
00.15 Música sinfónica
01.00 Fecho

RÁDIO RENASCENÇA

Emissão contínua — Onda Média (Lisboa), **233,2** m — **1286** KHz; Modulação de Frequência (Lisboa), **93,2** MHz

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

COLISEU
21.30 (6 anos)
1.ª Companhia Internacional de Circo 1976
ADÓQUE
20.30 e 22.30 (18 anos)
«Taran-Tan-Tan não Enche Barriga»
MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Força, Força Camarada Zé!»
MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Família Até Certo Ponto!»
COMUNA
21.30 (18 anos)
«Fogo»
VILLARET
21.30 (13 anos)
«Godspell»
MARIA MATOS
21.30 (13 anos)
«Schweyk na II Guerra Mundial»
CAPITÓLIO
20.30, 22.45 (18 anos)
«Mostra-me a tua Piscina»
ABC
20.30, 22.45 (18 anos)
«Afinal ¢como É?»

LISBOA/Cinemas

CINE-BOLSO
21.30 (18 anos)
«Kermesse Erótica»
S.LUIZ
21.15 (13 anos)
«Benilde ou a Virgem Mãe»
EUROPA
21.30 (18 anos)
«Sua Excelência Gostava de Saias»
SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Delícias Turcas»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«A Grande Luta»
ARCO
21.30 (10 anos)
«O Comboio apitou três Vezes»
PARIS
21.00 (13 anos)
«Zorro o Vingador»
PROMOTORA
21.00 (13 anos)
«A Mulher do Padre»
JARDIM
21.15 (14 anos)
««Cinco Patifes em Fúria»
IDEAL
21.15 (18 anos)
«Agulhas de Ouro»
PALÁCIO FOZ
21.00 (13 anos)
«Do Alto da Ponte»
LUMIAR
21.15 (18 anos)
«A Máquina do Amor»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
«Empresta-me o teu Motorista»
ESTORIL
Palácio
21.30 (14 anos)
«Até os Anjos Comem Feijões»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (13 anos)
«O Expresso de Von Ryan»
TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«Profissão Aventureiros»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (18 anos)
«Kung Fu no Oeste Selvagem»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.15 (13 anos)
«Adeus Valentina»
COLISEU
21.15 (6 anos)
Grande Companhia Internacional de Circo

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO FOCO
21.15 (18 anos)
«O Dia da Violência»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Aáina»
RIVOLI
21.15 (6 anos)
«Sim, Sim, Meu Coronel»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«A Linguagem do Amor»
S.JOÃO
21.15 (18 anos)
«A Estalagem do Prazer»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«A Estalagem do Prazer»
TRINTADE
21.15 (18 anos)
«A Religiosa»
ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«Quando há guerra há Esperança»
BATALHA
21.15 (18 anos)
«A Confissão de um Comissário»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«O Vício»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«As Viúvas Alegres»
JÚLIO DINIS
21.15 (6 anos)
«A Grande Corrida à Volta do Mundo»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«A Mulher de Azul»
S.TEOTÓNIO
21.15 (6 anos)
«As Aventuras de Pinóquio»
TIVOLI
21.15 (18 anos)
«A Batalha de Neretuza»
AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Sou curiosa»

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

Angola é testa de ponte contra Rodésia e R.S.A.

. ADIS-ABEBA, 26 — (UPI, ANOP, R) — A vitória do M.P.L.A. em Angola transformou o país «numa testa de ponte efectiva e digna de confiança para uma acção contra a Rodésia e a África do Sul» — afirmou o secretário-geral da Organização da Unidade Africana (O.U.A.), William Eteki-M'Boumona, num relatório apresentado ao Conselho de Ministros da organização.

Depois de saudar a administração da República Popular de Angola na O.U.A., M'Boumona acrescentou que «nada se pode esperar de qualquer acordo constitucional — em relação à Rodésia» e incitou a organização a «incrementar a capacidade de luta — das guerrilhas nacionalistas rodesianas».

O relatório geral da O.U.A. condenou, seguidamente, a actual conferência constitucional da África do Sul, na Namíbia, frisando que o território era «vítima de permanente agressão».

O secretário-geral acusou ainda a França de agressão contra a Somália na disputa sobre o futuro do território francês dos Afars e Issas, no golfo de Aden.

Eteki exortou os franceses a entrar em negociações sobre o futuro da colónia com legítimos representantes do povo e acrescentou que um referendo recente na ilha de Myotte, no Índico, em que a maioria votou a continuação da associação com a França, constituiu «um esforço ilegal para balcanizar» o arquipélago das Comores.

Sobre o Sará, espanhol, que está prestes a ser dividido entre Marrocos e a Mauritânia, no âmbito de um acordo com a Espanha, Eteki fez apenas notar que a Argélia se opõe ao tratado classificando-o de «contrário ao princípio da autodeterminação».

Semana de Cuba

O escritor Alexandre Cabral estará hoje à noite na sede do M.D.P.-C.D.E. em Queluz para orientar um colóquio sobre José Marti e a Revolução Cubana.

A sessão começa às 21 e 30 e abre uma semana que a base de Queluz daquela organização política dedica ao tema da Revolução Cubana.

FERNANDO NAMORA

DOMINGO À TARDE

11.ª EDIÇÃO 104.º MILHAR

Um romance que apresenta a "densa sobriedade de uma obra clássica".

Clément Borgal — LES NOUVELLES LITTÉRAIRES

LIVRARIA BERTRAND
APARTADO 37 — AMADORA

RECENTEMENTE A LIVRARIA BERTRAND PUBLICOU O ÚLTIMO LIVRO DE FERNANDO NAMORA

A NAVE DE PEDRA

uma autobiografia intelectual e afectiva

Pacto à espera de assinatura

Continuação da pág. 1

guesa, nas suas estruturas essenciais, teve como objectivo prioritário a restituição ao Povo Português do exercício pleno da sua soberania.

. Restituir ao povo o pleno e livre exercício da sua soberania, através da instauração e institucionalização de um sistema democrático em Portugal, lançar as bases de transformações estruturais do sistema económico e social apontando para um modelo de sociedade mais igualitária e mais juta e garantir o exercício do direito dos povos colonizados à sua autodeterminação e independência nacional, tais eram os grandes objectivos do Movimento das Forças Armadas, consignados no seu programa.

2. Se o último dos objectivos acima mencionados se pode dizer hoje, nas suas linhas gerais, ter sido atingido, os primeiros, não obstante os passos fundamentais e irreversíveis já dados no caminho da sua concretização, seguem ainda o seu curso de desenvolvimento.

É que a plena institucionalização da democracia numa sociedade com as características específicas da sociedade portuguesa, só será possível mediante profundas e efectivas transformações da base económica, social e cultural que, respeitando a expressão da vontade popular, assegurem as condições para que uma vida democrática efectiva se vá implantando aos vários níveis e nas várias instâncias do tecido social, por forma a proporcionar o desenvolvimento e consolidação de instituições políticas autenticamente democráticas e pluralistas em Portugal.

3. As grandes conquistas posteriores ao 25 de Abril, nos domínios social, económico e cultural, alcançadas pelo Povo Português e consagradas por uma Assembleia Constituinte eleita por este mesmo povo através das primeiras eleições livres desde 1926 e das eleições talvez mais participadas de todas a sua História, são, pois, a verdadeira base estrutural para a institucionalização de um novo curso democrático no nosso país. Garantir a consolidação e aprofundamento destas conquistas é, pois, garantir a democracia tanto no plano político, como económico e social.

4. Conforme a Base II da Lei n.º 17/75 de 26 de Dezembro «as Forças Armadas Portuguesas têm a missão histórica de garantir as condições que permitam a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo».

À luz destes princípios e tendo em conta as alterações sobrevindas após 25 de Novembro de 1975, havia que recolocar a questão da intervenção do M.F.A. na vida política portuguesa, nomeadamente havia que rever a plataforma de acordo constitucional assinada com os partidos políticos, definindo novos quadros institucionais em que a função do M.F.A. e das Forças Armadas na Revolução Portuguesa se conformasse aos objectivos expressos após 25 de Novembro de 1975 e consagrados na Lei Constitucional já citada.

5. *A intervenção das Forças Armadas e do M.F.A.* no período de transição definido pela presente plataforma tem, pois, o objectivo fundamental de *garante* do normal funcionamento das instituições democráticas definidas na Constituição e da consolidação e aprofundamento das grandes conquistas atingidas pelo Povo Português na transformação das estruturas socioeconómicas e culturais do País, consagradas constitucionalmente.

Assim se pretende assegurar o assumir pelo Povo Português da plenitude da soberania nacional, à luz dos grandes objectivos enunciados e que inspiram a presente Plataforma de Acordo Constitucional.

POSIÇÃO DOS CONTESTANTES

Entretanto, vale a pena resumir as posições do P.S., P.P.D. e C.D.S. (partidos que, recorde-se, haviam assinado o anterior Pacto Constitucional, cujo texto contrariava os programas dos dois últimos) sobre o preâmbulo, proposto pelo C.R. Tais posições mostram à evidência que a investida da direita se está a fazer a todos os níveis do poder, do político ao económico e financeiro.

Para o P.S., segundo Manuel Alegre, «o preâmbulo retomava a ideia do M.F.A., como motor da Revolução, ideia essa que é cara ao major Melo Antunes, mas que está ultrapassada pelos factos e que já não é viável nem está de acordo, tão pouco com a base constitucional que define o papel das Forças Armadas no contexto político actual».

O presidente do C.D.S., Freitas do Amaral, considerou que o preâmbulo estava escrito de forma inaceitável, nomeadamente quanto à descolonização, à concepção do papel das Forças Armadas no período de transição e quanto às relações entre a democracia económica e a democracia política.

Quanto ao P.P.D., embora não tenhamos conseguido qualquer declaração sobre o conteúdo do preâmbulo, um porta-voz daquele partido afirmou-nos que a sua supressão tinha causado» grande alegria».

nota tome

REVELAÇÃO

A campanha eleitoral promete em revelações sensacionais. Os indícios são por enquanto modestos: segredos menores de Conselhos de Ministros brotando de uma ou outra «sessão de esclarecimento».

Um exemplo: em Torres Vedras, Mário Baptista (P. S.) revela que Magalhães Mota (P. P. D.) — o ministro da «dieta nacional» — defendeu, em Conselho de Ministros, que a batata fosse tabelada a 10$00. E mais: «a indecisão no combate aos intermediários e a oposição sistemática a soluções de fundo para outros problemas, como o da distribuição (empresas de acção controlada), tem sido uma constante do dr. Magalhães Mota», revelou ainda Mário Baptista, conhecedor dos meandros do que se passa por S. Bento.

Vasco Lourenço em Mafra

Continuação da pág. 1

ponsáveis que querem ajudá-lo a libertar-se sejam competentes e mereçam chefiar».

Vasco Lourenço referiu-se ainda à Constituição e ao Pacto M. F. A.-Partidos, a assinar hoje. «Nele — disse — ficará consignado e de acordo com a Lei Constitucional 17/75 que diz que as F. A. Portuguesas têm a missão histórica de garantir as condições que permitam a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo» e que a intervenção das F. A. do M. F. A. no período de transição tem como objectivo fundamental garantir o normal funcionamento das instituições democráticas consagradas na Constituição e a consolidação e aprofundamento das grandes conquistas atingidas pelo Povo Português».

Dirigindo-se particularmente aos homens da E.P.I., o comandante da Região Militar de Lisboa recordou o seu papel no 25 de Abril e em toda a movimentação que o antecedeu — Évora, em 1973, S. Pedro do Estoril, Óbidos, Cascais — concluindo: «Dificilmente haveria M.F.A., se não houvesse E.P.I.».

Vasco Lourenço, em paralelo com a acção progressista daquela unidade, referiu ainda as próximas eleições, destacando a necessidade dos militares saberem respeitar o pacto com os partidos, mas esperando também que o acto eleitoral seja realmente livre.

DECLARAÇÕES AOS JORNALISTAS

O brigadeiro Vasco Lourenço, em conversa com os jornalistas durante a visita, chamou a atenção para a transcrição inexacta de uma parte do discurso que fez quando visitou o antigo Regimento da Polícia Militar.

Na verdade, ele afirmou que esperavam libertar o mais rapidamente possível os militares presos desde o 25 de Novembro, mas que isso não constituía «a passagem de uma esponja sobre o assunto», contratiàmente ao que foi divulgado por alguns órgãos de informação. No entanto, Vasco Lourenço não revelou com esta observação qualquer animosidade contra aqueles militares.

Logo a seguir o comandante da Região Militar de Lisboa sublinhou:

. «Nós consideramos que há possibilidade de recuperação de toda a gente, que há possibilidade de participação de todos, mas há responsabilidades e actos praticados que não podem passar em claro».

Vasco Lourenço aproveitou também a oportunidade para pedir aos jornalistas que explicassem relativamente a boatos que andam a ser espalhados, que não tem nenhum dinhevro na Suíça.

«Nem na Suíça, nem cá — acrescentou. — Não sou construtor civil, nem arranjo dinheiro facilmente. Não é o vencimento de capitão que dá para mandar capitais para a Suíça.»

Relações Lisboa-Luanda

Continuação da pág. 1

lo Antunes, e dirigida ao seu colega angolano, dr. José Eduardo dos Santos. É do seguinte teor aquela mensagem:

. «Por ocasião do acto de reconhecimento do Governo da República Popular de Angola por parte de Portugal, é-me grato transmitir a Vossa Excelência, em nome do Governo Português e no meu próprio, os mais sinceros votos para que a nação angolana, após os tempos conturbados e difíceis do passado recente, possa dedicar todos os seus esforços na consolidação da independência nacional e das tarefas da paz e do progresso. Igualmente desejaria exprimir a Vossa Excelência a disposição do Governo Português em estabelecer, com o Governo da República Popular de Angola, relações diplomáticas reflectindo os laços de estreita amizade e cooperação que estimaríamos ver assegurados entre ambos os Governos e povos, na base da estrita não ingerência nos assuntos internos de cada país, da igualdade soberana e do mútuo respeito pelos interesses nacionais dos dois Estados».

SUSPENSAS MERCADORIAS PARA A ZÂMBIA

LUSACA, 26 — (R) — O jornal «Times os Zâmbia» noticia que a República Popular de Angola suspendeu o movimento de mercadorias do porto do Lobito destinadas à Zâmbia.

Citando fontes bem informadas do terminal ferroviário da Zâmbia em N'Dola, o jornal declara que, embora tenham chegado navios ao Lobito para recebermos mercadorias destinadas à Zâmbia, as autoridades do M.P.L.A. deram ordens para que não fossem carregadas.

As importações zambianas retidas no Lobito incluem maquinaria pesada para as minas de cobre, projectos hidroeléctricos e industria de explosivos.

Últimas

Lisboa-Bissau: novo malogro

O impasse nas relações entre Portugal e a Guiné-Bissau continua após se concluírem ontem à tarde, em Bissau, as conversações entre a delegação portuguesa, chefiada pelo comandante Gomes Mota, secretário de Estado da Cooperação, e uma delegação guineense dirigida pelo comissário de Estado do Desenvolvimento e Planificação, Vasco Cabral.

Segundo declarações prestadas por Vasco Cabral, a vinda da delegação portuguesa «não trouxe nenhuma contribuição para a solução dos problemas e nós vamos tomar medidas para resolver, pelos nossos meios, os problemas pendentes. Decidimos também dispensar, definitivamente, a colaboração de controladores portugueses no aeroporto de Bissau».

Esta fase das negociações segue-se ao impasse surgido em Lisboa quando a transferência para a Guiné-Bissau do privilégio emissor do Banco Nacional Ultramarino.

GRIPE

. LONDRES, 26 — (ANOP) — Segundo o Departamento de Saúde britânico, durante a semana passada morreram devido à gripe, 259 habitantes de Inglaterra e do País de Gales.

Um porta-voz deste organismo anunciou que durante as últimas quatro semanas se verificou um total de 1.132 falecimentos, devido a gripe e pneumonia.